

**FACULDADE CÁSPER LÍBERO
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO**

MARIA TELMA VIEIRA DE OLIVEIRA MONDONI

**A cobertura do *Estadão* sobre a crise hídrica
paulistana em 2014: jornalismo na ideologia neoliberal**

Dissertação apresentada para a
obtenção do grau de Mestre em
Comunicação, na Linha de Pesquisa
“Produtos Midiáticos: Jornalismo e
Entretenimento”, da Faculdade Cásper
Líbero.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Novaes
Pinto Coelho

São Paulo

2017

Mondoni, Maria Telma V. O.

A cobertura do *Estadão* sobre a crise hídrica paulistana em 2014: jornalismo na ideologia neoliberal / Maria Telma Vieira de Oliveira Mondoni – São Paulo, SP, 2017.

184 f.: il; 30 cm

Dissertação (Mestrado) - Faculdade Cásper Líbero. Mestrado em Comunicação, linha B - "Produtos Midiáticos, Jornalismo e Entretenimento", 2017.

Dedicatória

À memória de José Carmo de Oliveira, meu querido pai, que com palavras e atos ensinou-me o verdadeiro sentido da palavra amor. Em seu inesquecível nome reverencio também a Deus e aos nossos antepassados.

Agradecimentos

O que seria de mim sem vocês?

Nestes dois últimos anos de dedicação ao Mestrado, confirmei o que já sabia: sou abençoada!

Abençoada e agradecida pela vida. À vida que em mim habita e a que compartilho com meu amado companheiro de jornada Moacir. Agradecida e abençoada pela parte de nós dois que em dois outros seres vive, e pelos quais entregamo-nos por completo: Thaís e Stephanie, filhas do coração. É tanto amor envolvido que extrapola o meu ser.

Entre as incontáveis e importantes situações de apoio nesta caminhada, destaco duas: Fana, você foi responsável por aquele empurrãozinho extra que faltava. Thata, a sua contribuição na classificação das 485 matérias do *Estadão* foi maravilhosa e primordial.

São tantos os motivos para gratidão que jamais conseguirei a todos verbalizar, mas, faço questão de mentalizá-los com vibrações de radiante colorido cada vez que algum deles surge à mente e ao coração.

E como não agradecer a ti, Nairzinha, mãe amantíssima? Ser humano no qual procuro me espelhar na esperança e na fé de que os dias sempre podem ser sonhados com olhos de quem aprecia as flores, mesmo que os espinhos teimem. Contigo aprendi que essas mesmas flores encerram em si a perspectiva de novos frutos, sementes e flores...

Muito obrigada pelo incentivo e compreensão à minha irmã de todo o sempre, Margareth.

Infinitos agradecimentos ao Professor Cláudio Novaes Pinto Coelho, que me conduziu pelo Mestrado com o peculiar olhar que somente os sociólogos por vocação são capazes de lançar sobre os semelhantes, e com a sapiência e

paciência comuns àqueles que de fato merecem o pleonástico, e contundente, título de Mestre-Orientador.

Meu muito obrigada às Professoras da Banca do Mestrado Rosana de Lima Soares e Simonetta Persichetti pela deferência, contribuições pertinentes e enriquecedoras.

Grata sou também aos demais Professores(as), Amigos(as) e Colegas com os/as quais convivi em salas de aula e pelos corredores da Cásper Líbero. Vocês me proporcionaram dias de impagáveis aprendizados; sobretudo pela força que nos une: a busca incansável por métodos pragmáticos para uma Comunicação Social aplicada ao afeto, alteridade, respeito.

Não poderia concluir esta seção sem antes agradecer aos funcionários da Pós-Graduação da Cásper Líbero, sempre solícitos e com um cordial sorriso na face a recepcionar-nos.

Arremato com um obrigada ao Neno, meu gatinho querido e com quem estabeleço relações EU-TU, segundo Martin Buber. Esse ser fez-me companhia em 100% do tempo desta caminhada. Apostilas, livros e teclado do computador se transformaram em “almofadas” favoritas, apesar do desconforto.

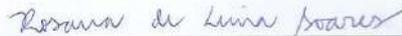


Se alguém te perguntar o que quisestes dizer com um poema, pergunta-lhe o que Deus quis dizer com este mundo... (Mário Quintana)

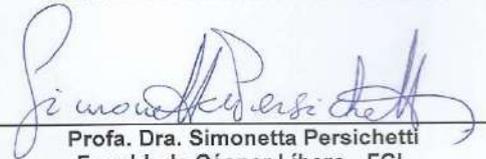
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

AUTORA: MARIA TELMA VIEIRA DE OLIVEIRA MONDONI

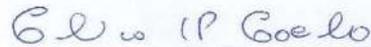
“A COBERTURA DO *ESTADÃO* SOBRE A CRISE HÍDRICA PAULISTANA EM
2014: JORNALISMO E IDEOLOGIA NEOLIBERAL ”



Profa. Dra. Rosana de Lima Soares
Universidade de São Paulo - ECA/USP



Profa. Dra. Simonetta Persichetti
Faculdade Cásper Líbero - FCL



Prof. Dr. Cláudio Novaes Pinto Coelho
Faculdade Cásper Líbero - FCL

Data da Defesa: 28 de setembro de 2017

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1	26
CONTEXTO DA CRISE HÍDRICA PAULISTANA EM 2014	26
1.1. A crise desembarca em Nova York	34
1.2. Sabesp: pública ou privada?	36
1.3. A maior das Américas	47
1.4. Do rural ao urbano	58
1.5. Privatizações a vista.....	60
1.6. Longe dos olhos, longe das urnas.....	68
1.7. A Comunicação da Sabesp durante a crise	70
1.3.8- Desafios do milênio	75
CAPÍTULO 2	83
O VEÍCULO ESTADÃO, MÃO DE OBRA JORNALÍSTICA E FONTES	83
2.1. Perfis corporativo e editorial do <i>Estadão</i>	83
2.2. O Estadão e a produção de notícias	85
2.3. Os campos jornalístico e político.....	94
2.4. Públicos-alvo	96
2.5. Análise quantitativa preliminar (<i>corpus totalis</i>)	96
2.6. Editoria São Paulo.....	99
2.7. Editorias São Paulo e Política	100
2.8- Editoria Política	101
2.9. Fontes ouvidas	102
2.10. Sistema Cantareira e obras.....	103
2.12. Defesa contra às críticas e interlocução com a população.....	104
2.13. Seca	104
2.14. CPI da Sabesp	104

2.15. Fontes cidadãos (sociedade civil organizada e não organizada).....	105
2.16. Considerações qualitativas	107
2.16.1. Repórteres do Estadão na cobertura da crise hídrica	107
2.16.2. Os enunciados das fontes	108
CAPÍTULO 3	109
A ANÁLISE DE COBERTURA DO ESTADÃO SOBRE A CRISE HÍDRICA EM 2014, SEGUNDO PROTOCOLO DE SILVA E MAIA (2010).....	109
3.1. Metodologia.....	114
3.2. Análise quantitativa	117
3.2.1. 1º Nível - Marcas de apuração.....	117
3.2.2. Local de apuração das informações	119
3.2.4. Origem da informação (fontes consultadas)	120
3.2.5. Natureza da fonte	121
3.2.6. Procedência das fontes	121
3.2.6.1. Percentuais	122
3.2.7. Informação de segunda mão	123
3.3 - 2º Nível- Marcas da composição do produto.....	124
3.3.1. Gênero do texto	124
3.3.2- Localização/hierarquização	124
3.3.3. Recursos visuais.....	125
3.4. 3º Nível – Caracterização contextual.....	126
3.4.1. Contexto Interno	126
3.4.1.1. Caracterização visual	126
3.4.1.2. Acessibilidade	129
3.4.2. Contextualização editorial e organizacional do veículo/empresa.....	130
3.4.2.1. Contextualização editorial do veículo/empresa	130
3.4.2.2. Perfil da redação e rotinas produtivas	131

3.4.2.3. Contextualização organizacional do veículo/empresa.....	131
3.4.2.4. Abrangência	133
3.4.2.5. Público-alvo.....	133
3.4.2.6. Acessos.....	133
3.5. Contexto externo	134
3.5.1. Caracterização do tema/acontecimento/assunto específico e da conjuntura sócio-histórico-cultural envolvente.	134
3.6. Análise qualitativa	134
3.6.1. Contexto interno	134
3.6.1.1. Assinatura	134
3.6.1.2. Local de apuração.....	136
3.6.1.3. Fontes	137
3.6.1.4. Informações de segunda mão.....	139
3.6.1.5. Formato.....	139
3.7. Localização/hierarquização no portal	140
3.7.1. Recursos visuais.....	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
BIBLIOGRAFIA	148
SITES CONSULTADOS.....	149
APÊNDICES.....	153
Apêndice I – Sabesp (Adriano Stringhini).....	153
Apêndice II – Prof. Antonio Carlos Zuffo (UNICAMP)	177
Apêndice III – Fábio Leite (Repórter Estadão)	180

TABELAS

Tab.I. Municípios paulistas: ranking nacional de saneamento/2016.....	57
Tab. II. Sorteio dos dias de publicação / amostra.....	116
Tab. III. Assinatura.....	118
Tab. IV. Local de apuração.....	119
Tab. V. Editoria.....	120
Tab. VI. Origem das informações.....	121
Tab. VII. Natureza das fontes.....	121
Tab. VIII. Procedência das fontes.....	122
Tab. IX. Percentuais da procedência das fontes.....	122
Tab. X. Informações de segunda mão.....	124
Tab. XI. Gênero do texto.....	125
Tab. XII. Localização / hierarquização.....	125
Tab. XIII. Recursos visuais.....	126

GRÁFICOS

Gráf. I. Ações da Sabesp.....	44
Gráf. II. Lucro da Sabesp (2013 a 2016).....	49
Gráf. III. Dividendos pagos pela Sabesp entre 2007 e 2014.....	50
Gráf. IV. Matérias publicadas (editorias <i>São Paulo</i> e <i>Política</i>).....	98
Gráf. V. Repórteres da editoria <i>São Paulo</i>	99
Gráf. VI. Repórteres e suas coberturas na editoria <i>São Paulo</i>	99
Gráf. VII. Notícias de terceiros e anônimas (editorias <i>São Paulo</i> e <i>Política</i>).....	100
Gráf. VIII. Repórteres da editoria <i>Política</i>	101
Gráf. IX. Fonte oficial (Geraldo Alckmin).....	102
Gráf. X. Enunciados de Alckmin.....	103
Gráf. XI. Fontes cidadãos.....	105
Gráf. XII. A voz do povo.....	105
Gráf. XIII. Narrativas da sociedade civil.....	106

RESUMO

Nesta pesquisa objetivamos analisar o fazer jornalístico na contemporaneidade, tendo como foco a cobertura relativa à crise hídrica vivida pela capital paulista, e sua região metropolitana, em 2014, devido ao alto grau de vulnerabilidade que a população local esteve exposta. O periódico eleito para a empreitada proposta é o veículo digital *Estadão*, que se encontra hospedado no endereço eletrônico www.estadao.com.br. Para tal intento, foram analisadas as matérias publicadas pelo *Estadão* entre 15 de maio e 31 de dezembro de 2014, período no qual se verificou – por diferentes motivos-, o recrudescimento da escassez de água na Grande São Paulo. Do ponto de vista pragmático, este trabalho ancora-se em um protocolo metodológico para a análise de cobertura jornalística. A perspectiva teórica baseia-se na reflexão sobre a dimensão ideológica da prática editorial do veículo e o seu vínculo com o modo de produção capitalista. A exploração comercial da água pela Sabesp é abordada sob a ótica neoliberal. O trabalho encontra-se dividido em três capítulos. O primeiro contempla o contexto histórico dos tópicos que desencadearam o estresse hídrico de 2014, e as características das administrações da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) a partir de sua criação em 1967. No capítulo 2, traça-se o perfil empresarial do *Estadão* e as questões ideológicas presentes em sua forma de atuação. Procedemos ao prévio levantamento quantitativo do *corpus* total da pesquisa, focando os itens que mais se destacaram durante a classificação das 485 matérias que compuseram a coletânea universal deste estudo. No último capítulo, realizamos a análise da cobertura do *Estadão* sobre a escassez de água na Grande São Paulo. Ao contrário da seção anterior, nesta derradeira fase foi avaliado *corpus* amostral com 54 matérias, contemplando todos os meses do recorte de tempo estudado. Entre os resultados mais emblemáticos, ressalta-se que apesar de ter reconhecido a importância da crise hídrica paulistana - a ponto de mobilizar um dos repórteres para a cobertura do assunto -, o *Estadão* não abdicou do discurso oficialista nem de seus critérios político-ideológicos em favor de cerca de 20 milhões paulistanos que foram afetados pela falta de água.

Palavras-chave: Jornalismo. Cobertura. Neoliberalismo. Estadão. Crise hídrica.

ABSTRACT

This research aims to analyze the journalistic practices in the contemporaneity, focusing on the coverage of the water crisis experienced by the city of São Paulo, and its metropolitan region, in 2014, due to the high vulnerability that the local population was exposed to. The newspaper chosen for the proposed work is the digital vehicle *Estadão*, which is hosted at the electronic address www.estadao.com.br. For that motivation, it was analyzed the news published by the regarded newspaper between May 15 and December 31, 2014. During this period, the scarcity of water increased in Greater São Paulo. From the pragmatic point of view, this research is anchored in a methodological protocol exclusively developed for the analysis of journalistic coverages. The theoretical perspective is based on the reflection of the ideological dimension related to the editorial practice of the communication vehicle under study, and its link with the capitalist mode of production. The commercial exploitation of water by Sabesp is examined from the neoliberal perspective. The work is divided into three chapters. The first one considers the historical context of the topics that triggered the water stress in 2014, and the characteristics of the administrations of the Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo (Sabesp) since its creation in 1967. In chapter 2, it's analyzed the corporate profile of *Estadão*, its ideological issues present in its way of production and a previous quantitative survey of the research's total corpus, by focusing on the items that stood out the most during the classification of the 485 news that compose the collection's universe of this study. In the last chapter, we performed the final analysis of the journalistic coverage of *Estadão* on the water scarcity in Greater São Paulo. Unlike the previous section, in this last phase, a sample corpus, with 54 subjects, was evaluated, contemplating every months of the cut time studied. Among the most emblematic results, it is noteworthy that, despite acknowledging the importance of the São Paulo water crisis - to the point of mobilizing one of the reporters to cover the subject -, *Estadão* neither abdicated to the officialist discourse nor to its political-ideological criteria, despite the at about 20 million of São Paulo's capital inhabitants who were affected by the lack of water.

Key-words: Journalism. Coverage. Neoliberalism. Estadão. Water scarcity

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa objetiva analisar o fazer jornalístico na contemporaneidade, tendo como foco a cobertura relativa à crise hídrica vivida pela capital paulista e sua região metropolitana em 2014. O periódico eleito para a empreitada proposta é o veículo digital *Estadão*, que se encontra hospedado no endereço eletrônico www.estadao.com.br.

O produto que alinhava esta história é a água, cuja importância é fundamental e inestimável. Ousamos a afirmar que este é o único bem que, de fato, nos iguala em nossa condição humana, independente de etnia, nacionalidade, gênero, clero e situação financeira. Sem água, não há vida.

E é justamente em função de sua essencialidade que o tema despertou a nossa atenção. Buscamos compreender como a grande mídia, representada aqui pelo *Estadão*, jornal digital do Grupo Estado, realizou a cobertura jornalística da questão tendo em vista os diferentes tópicos e os atores sociais implicados no enredo.

O recorte de tempo desta análise inicia-se no dia 15 maio porque foi a data na qual o governador do Estado de São Paulo Geraldo Alckmin (PSDB), através de um ato solene, deu início ao funcionamento das bombas para a inédita sucção de água da reserva técnica do Sistema Cantareira.

Até aquele momento, o Poder Executivo paulista negava a necessidade de medidas drásticas para a garantia do abastecimento de cerca de 20 milhões de vidas que habitam a Grande São Paulo. Apesar das evidências físicas contrárias verificadas junto aos corpos hídricos dos complexos de armazenamento público de água da RMSP.

Por outro lado, elegemos 31 de dezembro como data final da averiguação devido à relevância dos fatos que se interpuseram no transcorrer desse período, incluindo a campanha eleitoral para os cargos majoritários do País.

Entre o final de 2013 e no decorrer de 2014, a Grande São Paulo viveu o mais intenso período de estiagem desde 1969, de acordo com os dados do Instituto de Astronomia e Geofísica da Universidade de São Paulo (IAG/USP).

Segundo o IAG, 2014 foi o 13º ano mais seco desde que as medições começaram, em 1934, e se constituiu na pior estiagem a partir da criação do Sistema Cantareira¹, em 1973.

Com o objetivo de dirimir algumas dúvidas sobre como o evento climático afetou os reservatórios da Sabesp, tentamos contatar o Prof. Antonio Carlos Zuffo, um dos mais renomados especialistas em Engenharia Hidráulica e Saneamento do Brasil. Zuffo é responsável pelo Departamento de Recursos Hídricos – DRH da Faculdade de Engenharia Civil (FEC), junto à Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Entretanto, não logramos obter o seu retorno.

Porém, recomenda-se considerar que o estresse hídrico local não pode ser imputado apenas à questão climática. A metrópole, aqui compreendida pela capital do Estado paulista e 39 municípios vizinhos, é caracterizada pelo crescimento desordenado de seu território, em especial nas últimas quatro décadas.

O adensamento populacional, sem a devida assistência dos poderes públicos constituídos, resulta em grande quantidade de moradores que não gozam de

¹ Composto por seis represas, que juntas possuem uma capacidade de armazenamento de quase 1 trilhão de litros de água, o Cantareira é o maior sistema produtor da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). As represas Jaguari, Jacaré, Cachoeira e Atibainha estão localizadas na Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ), enquanto que as represas Paiva Castro e Águas Claras se localizam na Bacia Hidrográfica do Alto Tietê. As represas são interligadas por cerca de 28 quilômetros de túneis e canais, e contam com uma estação elevatória com capacidade para impulsionar 33 mil litros de água por segundo de água em um desnível geográfico de cerca de 120 metros. O tratamento é feito na estação de tratamento do Guaraú, a maior instalação de tratamento da Grande São Paulo a maior instalação de tratamento de São Paulo. Fonte: Sabesp (<http://site.sabesp.com.br/site/interna/Default.aspx?secaold=31>)

plenos direitos cidadãos como habitação digna, mobilidade e demais infraestruturas urbanas.

Tampouco esses locais receberam a atenção necessária no trato dos mananciais que ali remanesciam. Somam-se a essas mazelas, a destruição das matas ciliares, ocupação das várzeas de córregos, rios e represas e a deposição irregular de esgoto e lixo.

Outro aspecto importante a ser ponderado sobre o estresse hídrico paulistano de 2014 é a forma de administração da Sabesp. Independentemente de ter em mãos um bem comum, o Executivo estadual realiza gestão direcionada às práticas de mercado.

Em 1994, o governo de Luiz Antônio Fleury Filho do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) privatizou parte de seu capital. Em 2002, perante a administração do governo do PSDB, passou a negociar suas ações na Bolsa de Mercados e Futuros Bovespa Sociedade Anônima (BM&FBovespa S.A.) sediada em São Paulo e, simultaneamente, na bolsa de valores de Nova York, denominada New York Stock Exchange (NYSE).

Desde de a abertura de capital na BM&FBovespa e NYSE, a Sabesp tem remunerado substancialmente os seus acionistas. Porém, até 2014, quando da deflagração da crise hídrica, registra-se que não havia usado do mesmo empenho para realizar obras que diminuíssem a dependência da metrópole junto ao reservatório do Cantareira, conforme recomendação feita pela Agência Nacional de Águas (ANA).

A admoestação da ANA é de 2004 e consta do documento de renovação da outorga para o uso do manancial. Isto significa que uma década antes do colapso hídrico, o Governo paulista já tinha conhecimento da possibilidade de calamidade.

Esses são os fatos que nos vivificaram a procurar entender como a grande mídia brasileira realizou a cobertura do maior estresse hídrico na RMSP. E, para tal

intento, procedemos à análise das matérias publicadas pelo *Estadão* entre 15 de maio e 31 de dezembro de 2014, período no qual se verificou – reitera-se –, o recrudescimento da escassez de água na Grande São Paulo.

Com os procedimentos metodológicos adotados, e na sequência explicitados, procuramos estudar a forma como o *Estadão* procedeu à cobertura jornalística sobre os problemas de abastecimento de água da Grande São Paulo em 2014 tendo diante de si interesses antagônicos, inclusive de ordem própria.

Entre eles destacamos os quase 20 milhões de moradores da megalópole São Paulo que, além de usuários do sistema público de fornecimento e água, são potenciais consumidores dos produtos do Grupo Estado (GE), proprietário do *Estadão*.

Outro tópico pertinente relaciona-se ao expressivo quinhão que o grupo recebe das verbas publicitárias do governo do Estado de São Paulo e da Sabesp. A esta temática monetária junta-se ainda o fato de o GE gozar do *status* de cliente *premium* da companhia de saneamento estadual, o que lhe garante o privilégio de consideráveis subsídios. Benefícios, esses, que inexistem nas faturas mensais de água dos clientes comuns da empresa.

Ressaltamos que também se faz relevante, dentro da perspectiva deste estudo, o tópico sobre ideologia neoliberal do GE e do PSDB. Ambos são favoráveis à menor intervenção do Estado na economia.

O levantamento, do ponto de vista pragmático do *corpus* eleito, encontra-se respaldado na obra *Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico* de Gislene Silva e Flávia Dourado Maia (2011)².

² <http://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/51250>

Sob a perspectiva teórica contamos com Louis Althusser, que nos vale com a reflexão sobre a dimensão ideológica da práxis jornalística, e seu vínculo com o modo de produção capitalista de vertente neoliberal, cuja abordagem é complementada com Robert W. Mcchesney.

Dialogando com Pierre Bourdieu, procuramos compreender o enquadramento do *Estadão* no campo jornalístico, e identificamos a questão do *habitus* junto à sua força de trabalho. Ignácio Ramonet se soma à perspectiva deste setor profissional ao discorrer sobre a concentração das empresas de comunicação por grupos oligárquicos.

Sob as óticas de David Harvey e Aloysio Biondi abordamos a questão sobre a exploração comercial da água segundo os princípios do neoliberalismo. Stephen Faris e Vandana Shiva conduzem a busca pelo entendimento das questões ambientais que permearam o estresse hídrico vivido por mais de 20 milhões de habitantes da capital paulista e Grande São Paulo no recorte de tempo proposto nesta pesquisa.

O conteúdo sobre a ideologia neoliberal das administrações da Sabesp a partir da ascensão do PSDB ao Executivo paulista, em 1995, é baseado em David Harvey e sua obra *O neoliberalismo – histórias e implicações*; e em Aloysio Biondi, com *O Brasil privatizado*.

Consideramos importante registrar que não fomos bem-sucedidos na busca de bibliografias específicas sobre a mídia em conexão com os governos de Geraldo Alckmin – municipais e/ou estaduais -, que pudessem nos amparar no presente estudo. Fato semelhante foi registrado com a Sabesp e suas relações com a imprensa.

O levantamento da coleção do *Estadão* resultou em 485 matérias, das quais 405 da editoria *São Paulo* e outras 80 junto à seção *Política*. A partir daí, tratamos de selecioná-las observando os tópicos que constam do protocolo para análise de

cobertura jornalística das pesquisadoras Silva e Maia (2011)³ para buscar compreender, nas marcas de produção do *Estado* como o mesmo procedeu à cobertura jornalística sobre a escassez de água paulistana.

A presente pesquisa, portanto, justifica-se por procurar entender como o *Estado*, veículo diário de comunicação e de circulação nacional, atuou, em sua práxis cotidianas, com relação à cobertura jornalística empreendida sobre a maior crise de abastecimento hídrico vivida pela cidade de São Paulo e região metropolitana, nos últimos 84 anos, tendo pela frente seus próprios conflitos de interesses. A saber:

O profundo quadro de vulnerabilidade ao qual esteve exposto os seus leitores avulsos, assinantes, clientes de espaços publicitários, fornecedores, incluídos entre o cerca de 20 milhões de vidas humanas residentes na Grande São Paulo;

Identificação ideológica com o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); responsável pela gestão do Estado de São Paulo e da Sabesp nos últimos 20 anos. Também propositor e executor prioritário das políticas públicas de saneamento dos 645 municípios paulistas,

A defesa de seu sistema comercial de lucro incessante, tendo em vista os dois papéis que desempenha junto à Sabesp, conforme indicados abaixo:

- A. Situa-se entre os 10 maiores fornecedores de espaço publicitário desta companhia de saneamento, cuja verba para campanhas afins em 2014 foi de mais de R\$74 milhões⁴.
- B. Figura na lista dos 537 clientes *premium* da Sabesp. *Status* concedido aos grandes consumidores que firmam contrato de fornecimento denominado “Demanda Firme”. Estes chegam a usufruir de até 75% de desconto em

⁴ Dados informados para esta pesquisa pela superintendência de Comunicação da Sabesp.

suas faturas mensais de água, enquanto os demais usuários da companhia são onerados cada vez que ultrapassam as faixas de consumo estabelecidas a cada 10 metros cúbicos.

O primeiro capítulo desta dissertação versa sobre o perfil empresarial do *Estadão* e suas preferências político-partidárias, assim como seu enquadramento dentro da concepção althusseriana de Aparelhos Ideológicos de Estado (ARE).

Ainda na área das ideologias e práxis, usamos os conceitos de Pierre Bourdieu sobre campo jornalístico e *habitus* que coincidem com a forma pela qual o *Estadão* se insere no contexto social, e como seus profissionais reproduzem as estruturas internalizadas próprias do setor em que atuam.

Nesta primeira parte da dissertação, complementamos os entendimentos de Louis Althusser e Pierre Bourdieu com visões mais atualizadas sobre as questões colocadas segundo as acepções de Robert. W. Mcchesney e Ignacio Ramonet, respectivamente.

Outro ponto abordado refere-se às questões políticas que caracterizaram o ano de 2014 e a importância da conquista eleitoral em terras bandeirantes, haja vista a representatividade de seu colégio votante e da importância econômico-financeira de São Paulo perante a nação brasileira.

Desta parte, destacam-se também as formas de gestão dos governos peessedebistas do junto ao Estado de São Paulo nas duas últimas décadas e, por conseguinte, o modelo de administração que efetuam na Sabesp.

Consta ainda da seção inicial deste trabalho, a contextualização histórica da Sabesp com o intuito de apoiar-nos na compreensão das causas que desembocaram no maior problema de fornecimento de água registrado em solo paulista; fato noticiado pela imprensa nacional e estrangeira. Em seus 460 anos de existência, essa foi a situação que conseguiu deixar sob quadro de vulnerabilidade cerca de 20 milhões de residentes locais.

As ações de comunicação da Sabesp durante o período de estiagem em 2014 também estão contempladas neste primeiro capítulo. As informações foram gentilmente disponibilizadas para este estudo por Adriano Stringhini, diretor de Comunicação da entidade.

No capítulo 2, procedemos ao levantamento quantitativo e à avaliação qualitativa do *corpus* total da pesquisa, porém, com foco em poucos destaques. Haja vista que a plena análise de cobertura jornalística, conforme objetivo primordial deste trabalho, é apresentada no capítulo 3.

Esta antecipação foi realizada em função de alguns números terem chamado a atenção já no primeiro momento da seleção das matérias publicadas pelo *Estadão* sobre a crise hídrica, entre maio e dezembro de 2014.

O tópico que inaugura a verificação diz respeito à quantidade de notícias produzidas nas duas editorias analisadas; a *São Paulo* e a *Política*. Ficou destacada a proeminência das pautas sob a ótica de demanda urbana, com aproximadamente de 80% do total. Apesar de 2014 ter sido ano eleitoral, a seção *Política* respondeu apenas a cerca de 20% das matérias relativas ao assunto.

Outro tópico apurado junto ao total de notícias produzidas pelo *Estadão* consta a questão das fontes. O governador Geraldo Alckmin teve seus enunciados registrados em 40% das matérias sobre o estresse hídrico no recorte de tempo avaliado junto às duas editorias.

Em contraponto ao espaço concedido pelo *Estadão* ao governador, as fontes cidadãos tiveram suas vozes transcritas em menos de 0,5% do espaço disponibilizado ao assunto pela *São Paulo*. Elas inexistem na seção *Política*.

No capítulo 3, procedemos à análise de cobertura jornalística de acordo com o protocolo proposto por Silva e Maia (2011). Para realizarmos o estudo, elegemos, por meio de cálculos científicos, 54 matérias para assegurar resultados com 99%

de grau de confiança, e margem de erro de quatro pontos percentuais para mais ou para menos.

Esse total foi distribuído entre os meses sob avaliação. De maio a outubro - período no qual as disputas eleitorais se acirraram e o tema crise de abastecimento invadiu a esfera pública e os debates políticos -, foram selecionadas sete matérias para cada um (total de 42 notícias). Novembro e dezembro ficaram com seis notícias cada (total de 12). Os dias pesquisados foram eleitos por sorteio aleatório.

Em atendimento à proposta do protocolo das autoras, a análise foi efetivada com base nas marcas de apuração, marcas de composição do produto e aspectos de caracterização contextual.

CAPÍTULO 1

CONTEXTO DA CRISE HÍDRICA PAULISTANA EM 2014

Neste capítulo traçamos um panorama sobre a escassez de água na capital paulista e sua região metropolitana. Para melhor compreender os motivos que levaram ao colapso hídrico, buscou-se conhecer os diversos tópicos que permearam a questão, como o modelo de gestão da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), administrados pelo Grupo Estado e Governo estadual paulista, respectivamente. A entidade é peça fundamental dentro do contexto no qual se deu a cobertura jornalística do Estadão. Ainda, nesta primeira parte, apresentamos também a conjuntura político-eleitoral do período em questão, fato que guiou os posicionamentos do Governo do Estado de São Paulo perante a mídia, assim como os demais postulantes aos cargos Executivos em disputa.

Durante o recorte de tempo aqui investigado, o governador de São Paulo Geraldo Alckmin (PSDB) esteve diante de um de seus maiores desafios políticos, cujo pano de fundo foi a crise hídrica que assolou o Estado paulista, em especial a região metropolitana da capital.

O fornecimento de água e a coleta de esgoto de cerca de 21 milhões de habitantes da Grande São Paulo é, em sua maior parte, de responsabilidade da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). O governo estadual é o único gestor e o maior acionista da companhia, com 51% dos títulos; os demais são comercializados em bolsas de valores.

Mas, em 2014, o problema hídrico não afetou apenas Alckmin enquanto aspirante à própria recondução ao governo do Estado. Também deixou exposto às críticas o candidato do PSDB à Presidência da República Aécio Neves, assim como a hegemonia de 20 anos da legenda frente ao Executivo paulista.

Além de protagonista da própria campanha para governador, Alckmin também se investiu do papel de cabo eleitoral de Neves e sua administração serviu de vitrine do PSDB para o restante do país. Neste sentido, tratou de esmerar-se nas mensagens à população na tentativa de convencê-la que a escassez de água residu nas condições climáticas desfavoráveis que se abateram sobre o Estado em 2014, e não na ineficiência de seus governos frente à administração da Sabesp.

A exposição do governador exacerbou-se também porque ele se viu obrigado a chamar para si a incumbência da interlocução com a opinião pública, pois os principais executivos da Sabesp mostraram-se inaptos no diálogo com os diferentes atores imbricados na questão como a imprensa, entidades diversas, poderes públicos e a sociedade civil.

Discursos contraditórios e, até certo ponto, com conotação irônica, caracterizaram o tom dos porta-vozes do governo. Apesar de naquele momento necessitarem se mostrar coesos e solidários a Alckmin. Os mais dissonantes foram Paulo Massato e Dilma Pena, superintendente de abastecimento e presidente da empresa, respectivamente.

Não carece ser especialista no assunto para entender que aplacar a sede, e demais necessidades vinculadas ao uso de água tratada, de aproximadamente 20 milhões de pessoas é tarefa difícil de ser executada cotidianamente.

A questão, porém, torna-se mais crítica ao se constatar que os reservatórios, para a estocagem de essencial produto, não se encontram suficientemente abastecidos até o período subsequente de chuvas, que costuma acontecer durante os verões no Sudeste do país.

Entretanto, do ponto de vista político, a escassez de água é sempre um problema a ser debelado com responsabilidade e dedicação plena. O alimento pode ser variado, e isso depende – em sentido *lato* -, de questões culturais e climáticas, mudando de país para país.

Porém, em se tratando de água, as necessidades são idênticas em qualquer parte do mundo. A água é o único produto que nos iguala em nossa condição humana. Sem água, não há vida.

Referências numéricas sobre o Estado de São Paulo costumam ser superlativas. Em 2014, havia mais de 32 milhões de habitantes paulistas aptos a votar, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE)⁵. Cifra mais do que suficiente para fazer a diferença em qualquer eleição majoritária, especialmente quando se está em jogo o principal posto do país.

Pesquisa produzida pelo Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística (IBOPE)⁶, entre os dias 24 de novembro e 8 de dezembro de 2014, com 1.512 pessoas, moradoras de São Paulo, mostrava que 61% sabiam que a Sabesp é a principal encarregada pelo abastecimento de água, e 42% creditavam a crise à falta de planejamento do governo estadual.

⁵ Dados obtidos junto à Biblioteca Virtual do Governo do estado de São Paulo <http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/temas/sao-paulo/sao-paulo-populacao-do-estado.php>

⁶ http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/JOB_14_1395_IRBEM_2014_-_Indicadores_SP_Evento_vfinal.pdf

Motivo contundente para colocar em polvorosa qualquer plano de reeleição, quer seja em nível local ou nacional, caso a investigação do IBOPE tivesse sido feita antes das votações no primeiro turno das eleições de 2014. O estudo foi encomendado pela Rede Nossa São Paulo e a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio-SP).

A escassez hídrica submeteu o governo peessedebista em São Paulo ao alvo preferencial dos adversários políticos nas eleições de 2014. Para evidenciar suas fraquezas, os opositores se valeram das oportunidades oferecidas pelos palanques eleitorais e da exposição frequente na mídia.

Usufruíram da situação para também criticar os problemas da segurança pública e as denúncias de formação de cartel para compra e reformas de trens do Metrô e na Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM).

Há de se considerar, contudo, que os comitês de campanha do PSDB já deveriam ter previsto que o tema sobre o colapso de abastecimento de água paulista, em maior ou menor grau, os candidatos adversários de Alckmin e da legenda nas disputas pelos Executivos paulista e federal.

O tema “crise hídrica”, de certa forma, levou o governador a assumir posição de defesa nas páginas dos jornais. Aproveitou dos espaços midiáticos para reiterar que os 20 anos de governo peessedebista no Estado não negligenciaram o abastecimento da RMSP.

Justificou reiteradamente que, em suas gestões como governador, várias medidas foram adotadas, e inúmeras outras estavam sendo colocadas em prática para minimizar o desconforto dos paulistas em relação à falta de água em suas torneiras.

Dilma Rousseff (PT), então presidente da República que concorria à recondução ao Palácio do Planalto, bem como correligionários de peso de sua legenda como

o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, valeram-se com afinco desse ponto fraco da gestão pública paulista para tentar desconstruir a imagem autoelogiosa que as administrações do PSDB traçam a respeito de si próprias.

Alckmin esteve o período inteiro comprometido em salvaguardar o PSDB no que diz respeito aos seus gestores públicos “eficazes e eficientes”, numa linha condizente com os matizes ideológicos neoliberais que embalam o partido.

Pesquisa do Instituto Datafolha, efetuada entre 17/07 e 15/08/2014, indicava Alckmin oscilando entre 55 e 53% das intenções de voto no primeiro turno das eleições daquele ano. Fato que comprovava a efetividade dos enunciados do peessedebista junto ao eleitorado paulista.

Os números mostravam que o maior colégio eleitoral brasileiro o reconduziria ao Executivo estadual, apesar dos indícios de falhas no trato com o abastecimento de água em suas gestões e das denúncias aqui mencionadas.

Alckmin foi reeleito em primeira instância, com 57,31% dos votos válidos. O segundo colocado foi Paulo Skaf (PMDB), que somou 21,54%, e o terceiro Alexandre Padilha (PT), com 18,20%.

Os outros seis candidatos a governador de São Paulo obtiveram votações inexpressivas. Reitera-se que em 2014, São Paulo possuía aproximadamente 32 milhões de eleitores, segundo informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Neves não se sagrou campeão em seu pleito à Presidência da República, mas obteve um pouco mais de 44% dos votos válidos dos paulistas no primeiro período das eleições contra os 26% da candidata Dilma Rousseff.

No segundo *round* do escrutínio, o peessedebista conquistou ao redor de 64,5% dos votos válidos, enquanto Rousseff somou perto de 36%. São Paulo também concedeu a sua representação junto ao Senado brasileiro a José Serra (PSDB).

Mais uma vez o partido provou seu prestígio perante o colégio eleitoral paulista em 2014; apesar das adversidades pertinentes à falta de água nos reservatórios da Sabesp.

A questão hídrica de São Paulo não se resumiu ao seu território. O assunto foi permeado por celeumas com os Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais devido as águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, que banham os três Estados.

O Paraíba do Sul nasce em São Paulo mas, é de domínio da União em função de suas águas banharem três Estados distintos. Percorre no total 184 municípios, sendo 88 Zona da Mata mineira, 39 na região conhecida como Vale do Paraíba Paulista, e 57 no Estado do Rio de Janeiro.

Somente na área metropolitana do Rio, 12 milhões de fluminenses são abastecidos de água e energia elétrica produzidas pelo Paraíba do Sul.

A importância desta bacia para os paulistas situou-se no fato de em 2014 um de seus afluentes, o Rio Jaguari, ter se apresentado como uma das raras alternativas para que a Sabesp pudesse regularizar o nível do Sistema Cantareira.

Este conjunto de reservatórios, até 2014, era responsável pelo fornecimento de água de 8,5 milhões de pessoas, ou seja, quase 43% dos habitantes da Grande São Paulo. A ideia de Alckmin era transpor as águas do Jaguari para a Represa Atibainha, que integra o complexo de armazenamento do Cantareira.

O Cantareira, por sua vez, é o maior dos oito sistemas de reservação de água da Sabesp para o abastecimento da capital e RMS. Conta com área total de 2.279,5 km², abrangendo 12 municípios – quatro deles situados no Estado de Minas Gerais e oito no Estado de São Paulo.

Para arbitrar sobre o Paraíba do Sul/Jaguari foram envolvidos órgãos do governo Federal, como a Agência Nacional de Águas (ANA), Agência Nacional de Energia

Elétrica (Aneel), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), e o Ministério Público Federal (MPF).

Representantes dos comitês das bacias hidrográficas do Paraíba do Sul e dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ) também participaram ativamente das discussões relacionadas ao Cantareira.

Destaca-se, porém, que os protagonistas realmente resolveram assumir seus papéis a partir de 18 de março de 2014, quando Alckmin solicitou autorização federal para aumentar a captação da Represa Jaguari, ação que se daria através de uma obra orçada em R\$ 500 milhões. A proposta era interligá-la, por túnel, à Represa Atibainha.

O Rio Jaguari, onde se localiza a represa homônima dentro do município de Igaratá (SP), é um dos afluentes do Paraíba do Sul. Na data da requisição feita por Geraldo Alckmin ao governo federal, Sérgio Cabral (PMDB) ainda era o chefe do Executivo do Rio de Janeiro.

Cabral descompatibilizou-se em abril do mesmo ano para concorrer ao Senado Federal, cabendo ao governador Luiz Fernando de Souza (PMDB), mais conhecido como Luiz Fernando Pezão, dar continuidade à contenda.

Porém, os problemas do governador e candidato Alckmin referentes ao estresse hídrico não terminaram por aí. A Câmara Municipal de São Paulo aprovou a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

A proposta foi apresentada pelo vereador Laércio Benko do Partido Humanista da Solidariedade (PHS), com o objetivo de analisar o contrato de prestação de serviços estabelecido entre a Sabesp e a Prefeitura da capital.

Benko, que também concorria ao Executivo paulista por sua legenda política, alegava que a companhia não cumpria as cláusulas de garantia de abastecimento. Declarava à imprensa, e nos palanques, que a Sabesp priorizara o pagamento de

dividendos a seus acionistas em detrimento da execução de obras prioritárias para o armazenamento de água.

Outra acusação que o vereador desferiu contra a administração da Sabesp e o governador referiu-se à instalação de rodízio de água nos bairros da cidade. Afirmava que estavam operando um programa de racionamento sem a devida e necessária comunicação aos usuários.

Não menos importante do que as adversidades relatadas sob a perspectiva política de Alckmin, e para além das manifestações públicas dos movimentos populares, os paulistas atribuíam à administração peessedebista a responsabilidade pela ausência de água no sistema de fornecimento, como já esclarecido anteriormente.

Com tantos atores envolvidos na trama, à população, de fato, coube o ônus da falta do essencial produto na torneira. Mesmo sob situação caótica, o bom-humor se fez presente nas manifestações públicas que protestaram contra a escassez de água em São Paulo.

Dança da chuva, marchinhas de carnaval e caminhão-pipa com escolta foram alguns dos recursos que populares e movimentos sociais organizados usaram para cobrar do governo estadual e da Sabesp o restabelecimento do fornecimento de água na capital paulista, em especial nos bairros da periferia.

O *Estadão* cobriu quatro desses atos, dos quais dois elegeram o mesmo percurso para uma caminhada. Seguiram do Largo da Batata até a sede administrativa da Sabesp, na rua Costa Carvalho, ambos no bairro de Pinheiros.

Funcionários da companhia atenderam aos representantes das entidades envolvidas nos protestos e apresentaram dados que negavam a falta de água nas casas dos consumidores da Grande São Paulo, reiterando o discurso do governador.

1.1. A crise desembarca em Nova York

Por fim, a crise hídrica paulista extrapolou as divisas nacionais. Não apenas do ponto de vista financeiro, uma vez que as ações da Sabesp são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa S.A.) e na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE).

A questão alcançou a matriz da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, quando uma de suas executivas resolveu manifestar-se a respeito do assunto.

Catarina Albuquerque, relatora especial para água e saneamento da ONU, em setembro de 2014, fez a seguinte declaração: "O racionamento de água em São Paulo não é culpa de São Pedro, mas, sim, das autoridades, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo e da falta de investimentos". Alckmin não gostou da crítica e solicitou retratação em ofício enviado à entidade.

Albuquerque manteve o que disse e acrescentou que reconhecia que a seca tinha a ver com alterações climáticas, e que "às vezes" a gravidade causada pelo fenômeno fica fora do controle humano, advertindo, porém, que uma parte é previsível.

Ela também disse que da perspectiva dos direitos humanos, recomendava aos governantes planejamento, preparo e a adoção de medidas. Albuquerque destacou que se a Sabesp tem ações comercializadas na BM&FBovespa S.A. e na NYSE, deveria antes garantir o total acesso à água e saneamento aos moradores da capital paulista.

A contenda somente finalizou após o coordenador residente da ONU no Brasil, Jorge Chediek, encaminhar carta ao governador Alckmin, no dia 23 de outubro do mesmo ano. Explicou o papel das relatorias das comissões ligadas à organização, e informou que a executiva não estivera no Brasil em viagem oficial quando fez críticas à falta d'água em São Paulo.

O estresse no abastecimento de água que se abateu sobre a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), a segunda megalópole mais populosa do Continente Americano, entre 2014 e 2015, pautou o cotidiano de seus habitantes e da imprensa nacional.

O assunto também transpôs as fronteiras brasileiras e alimentou boa parte da grande mídia internacional que, por sua vez, deixou clara a sua perplexidade frente à questão.

A revista de negócios *Fortune*, por exemplo, na edição de abril de 2015, questionou como o Brasil, a “Arábia Saudita da Água”, poderia passar por semelhante problema.⁷ A analogia feita pelo periódico refere-se às reservas naturais características de ambos os países. Na Arábia Saudita, o petróleo e no Brasil, a água.

Segundo dados da Agência Nacional de Águas (ANA), aqui produzimos aproximadamente 12% da água doce superficial do planeta e, dispomos de 18% de toda água doce superficial da Terra.

Desde os primórdios da história do Brasil, a abundância de água chama a atenção de forasteiros. Pero Vaz de Caminha, em sua carta, de 1º de maio de 1500, à coroa portuguesa, faz um extenso relato sobre a nova terra descoberta por Pedro Álvares Cabral, em 22 de abril do mesmo ano.

Explica que não saberia dizer se havia metais preciosos no território recém-encontrado, pois não os tinha avistado, entretanto, destaca a considerável disponibilidade de água.

O escrivão da frota de Cabral complementa essas suas primeiras impressões informando que será uma terra produtiva em função das águas que possui.

⁷ Na mesma reportagem, a norte-americana *Fortune* aborda também a crise hídrica que em igual período afetava a Califórnia, nos EUA. <http://fortune.com/2015/04/06/brazil-california-water-crisis-drought/>

(...) Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos. Porém a terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados como os de Entre Douro e Minho, porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem (CORTESÃO, 1943, p. 240).

Depreende-se das palavras de Caminha que a coroa lusa poderia considerar o novo solo uma conquista alvissareira devido à disponibilidade de água e à possibilidade de seu cultivo. Deduz-se também que as impressões do escrivão sobre o precioso líquido devem ter dado certo alento ao reino português: água e alimentos são suprimentos essenciais para a manutenção da vida em qualquer lugar do planeta Terra.

Cinco séculos depois, hidrologistas e ambientalistas advertem que no Brasil ainda prevalece a cultura equivocada de abundância da água. Malu Ribeiro, especialista em gestão de recursos hídricos e coordenadora da Rede de Águas da Fundação SOS Mata Atlântica, em 2015, falou ao Instituto Trata Brasil⁸ que a falta de água na Grande São Paulo, nos anos de 2014 e 2015, decorria mais da poluição e do desperdício do que do clima. Para ela, os eventos climáticos extremos potencializaram a crise, mas eles não foram os culpados.

1.2. Sabesp: pública ou privada?

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), responsável pelo abastecimento de água da capital paulista e região metropolitana, nasceu há 44 anos, por meio da Lei Estadual nº 119 de 29 de junho

⁸ O Instituto Trata Brasil é uma OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público -, formada por empresas com interesse nos avanços do saneamento básico e na proteção dos recursos hídricos do país. Afirma que trabalha para conscientizar a sociedade para um Brasil mais justo, com acesso à água tratada, coleta e tratamento dos esgotos para todos.

de 1973. Foi criada como uma empresa de sociedade por ações⁹, também denominada sociedade anônima (S.A.), de economia mista, pelas mãos do governador Laudo Natel, vinculado ao extinto partido político Aliança Renovadora Nacional (Arena).

Na ocasião, Natel desfrutava de seu segundo mandato (15 de março de 1971 e 15 de março de 1975) à frente do Palácio dos Bandeirantes, para o qual fora eleito pelo voto indireto¹⁰, segundo a praxe vigente nos governos militares dos presidentes Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel; que ocuparam o poder presidencial durante a permanência de Natel no Executivo paulista.

A companhia foi instituída a partir da aglutinação de seis empresas que já operavam os serviços de distribuição de água e coleta de esgotos em diferentes municípios do Estado de São Paulo: Saec, Comasp, SBS, Fesb, Sanevale e Sanesp.

Constata-se que o estabelecimento da Sabesp se deu três anos após a promulgação do Plano Nacional de Saneamento Básico (Planasa), elaborado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH)¹¹, sob a égide da ditadura militar que governou o Brasil de 1964 a 1985.

O Planasa foi formalmente colocado em prática em 1970. Na ocasião, concedia incentivos financeiros aos Estados da federação que optassem por estabelecer as suas próprias empresas de saneamento básico.

⁹ A **Sociedade Anônima**, também chamada de companhia ou sociedade por ações, é nome dado a uma empresa com fins lucrativos que tem seu capital dividido em ações. A responsabilidade de seus sócios (acionistas) é limitada ao preço da emissão das ações subscritas (lançadas para aumento de capital) ou adquiridas. No caso da Sabesp, o Poder Público estadual é detentor da maior parte do capital e a ele cabe o controle das ações junto ao mercado.

¹¹ O BNH foi uma instituição federal de desenvolvimento urbano brasileiro, que atuou como gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e da formulação e implementação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Sistema Financeiro do Saneamento (SFS).

Para poder atuar, as entidades então recém-criadas, tiveram de negociar as concessões dos serviços de água e esgoto com os Municípios constantes em seus territórios.

Assinala-se, entretanto, que nos dias atuais a titularidade sobre o saneamento ainda é entendida como de competência municipal; exceto nas regiões metropolitanas ou aglomerações de cidades constitucionalmente previstas. Nestes casos, as atividades podem ser empreendidas por meio de gestão compartilhada, sem implicar em perda aos Municípios¹².

Nota-se que ao constituir a Sabesp, Laudo Natel seguiu as orientações do governo militar quanto ao formato jurídico da empresa. No escopo do Planasa, a recomendação era para que os Estados instituíssem suas empresas de saneamento básico segundo o ordenamento jurídico das economias mistas. Isto é, deveriam ser constituídas por capital público e privado.

Em linhas gerais, o Plano objetivava a melhoria da prestação dos serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo.

Suas metas eram audaciosas no tocante à ampliação do abastecimento público com água de boa qualidade e da coleta de esgoto. Previa levar os dois benefícios a 90% e 65% da população urbana, respectivamente, “no menor prazo, pelo menor custo, de maneira autossustentada, a preços acessíveis e atendendo a todos”, incluindo os habitantes menos favorecidos economicamente que estivessem domiciliarmente estabelecidos nas cidades.

¹² A Lei Federal nº 11.445/2007 regulamentada pelo Decreto nº 7.217/2010 estabelece que a responsabilidade pelo planejamento do saneamento básico da população é competência do Município. Somente no caso das Regiões Metropolitanas há o compartilhamento da titularidade entre o Estado e os Municípios, a ser exercida de forma "colegiada", em assembleias com a participação de todos os prefeitos e governador do Estado, de acordo com decisão de 2012 do Supremo Tribunal Federal relativa à Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 1.842/RJ.

Até o final da década de 1960, a maioria dos departamentos de saneamento básico no Brasil era gerenciada pelos próprios Municípios, sem a preocupação dos entes federais para a instituição de normas que atendessem a uma padronização nacional pertinente à potabilidade da água, conservação de mananciais, nem com metodologias sobre a qualidade dos serviços prestados por esses setores.

Verifica-se, entretanto, que nem sempre a água tem sido vista pelos poderes públicos constituídos como um bem essencial. O que de fato se observa é que continua negligenciada sob diversos aspectos, inclusive sobre o seu alto potencial de transmissibilidade patológica que, em última instância, onera as contas públicas.

Dentro do ordenamento jurídico estatal, apenas o Código Penal de 1940 - ainda em vigor-, refere-se à água como atributo fundamental quanto à qualidade de vida. Porém, o faz de forma parcial e limitada; não atribuindo, por exemplo, a sua salubridade e o seu acesso como um direito humano fundamental. O art. 271 de referido código estabelece que:

Corromper ou poluir água potável de uso comum ou particular, tornando-a imprópria para o consumo ou nociva à saúde. Pena: reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos. Se o crime é culposo¹³ – pena: detenção de 2 (dois) meses a 1 (um) ano (BRASIL, Decreto-Lei 2.848/1940).

Foi nesse ambiente histórico de regime militar e de implantação do Planasa que, em 1974, a cidade de Botucatu, no interior paulista, tornou-se o primeiro Município a repassar a concessão de seus serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos para a administração da Sabesp. Na sequência, Águas da Prata também concedeu a operação de seu saneamento básico à companhia estadual recém-estabelecida.

Segundo informações constantes do *website* da empresa, logo nos primeiros anos, a Sabesp passou a contar com a adesão média de oito cidades por mês.

¹³ Crime culposo é considerado aquele cometido de forma não intencional.

Rapidamente, já atuava em centenas de Municípios. Nos dias correntes, ela é responsável pela gestão do saneamento básico de 366 das 635 municipalidades que compõem o Estado de São Paulo.

Porém, conforme assinalou a Professora Doutora Sonaly Cristina Rezende Borges de Lima, do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental da Universidade Federal de Minas Gerais, em trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em novembro de 2002, o macro plano do período de governo militar no Brasil não conseguiu atingir suas metas.

(...) Sem haver cumprido as metas iniciais, o PLANASA desembocou em um estágio de “vazio institucional”, uma realidade que imprime uma lenta marcha às ações, que ainda estão longe de atender à demanda real. Nesse vazio, uma política privatista vem sendo instalada, sendo amplamente discutida nas três esferas de poder, no mercado e no meio científico, de maneira semelhante ao que aconteceu a outros setores, outrora públicos, e hoje conduzidos pela iniciativa privada (...) (LIMA, 2002, p. 22).

Apesar da descontinuidade do Planasa, inclusive pela extinção do BNH em 1986 -seu órgão financiador-, em função da crise econômica brasileira, assinala-se que o País experimentou um avanço em seu setor de saneamento básico; mesmo que em índices inferiores ao necessário. Dados do IBGE revelam que entre 1970 e final da década de 1980, o fornecimento de água aumentou de 60% para 86% e a coleta de esgoto, que antes era de 22%, passou a atender 48% das residências.

Frente a um panorama de desarticulação nacional com relação ao saneamento básico no início dos anos 1990, o governador paulista Luiz Antonio Fleury Filho, em 1994, resolveu abrir o capital da Sabesp. Entretanto, não optou de imediato pela comercialização das ações da empresa. O governo do Estado continuou como seu único acionista.

Em 1996, ou seja, dois anos depois, e já sob a primeira administração do governador Mário Covas (PSDB), a Sabesp descerrou as portas para o mercado de capitais e iniciou a venda de seus primeiros *commercial papers*. Esses títulos,

de curto prazo, são emitidos com o objetivo de captar recursos no mercado interno para financiar as necessidades de capital de giro¹⁴.

Mas Covas, em consonância com a prática Neoliberal predominante na ideologia do PSDB, sua legenda política, foi além. Autorizou o ingresso da companhia na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa) permitindo, inclusive, a entrada de dinheiro internacional.

A atitude de Mário Covas coincide com as práticas de mercado comumente observadas no Estado brasileiro entre 1995 e 2002, período no qual o sociólogo Fernando Henrique Cardoso de Mello, também do PSDB, ocupou a presidência da República. Os governos de Cardoso foram aguerridos defensores dos fundamentos do neoliberalismo, como o livre comércio e a menor participação do Estado na economia.

David Harvey, Professor da *City University of New York*¹⁵, traça uma convincente definição sobre o que considera um Estado Neoliberal por intermédio de um de seus comentários sobre a "Operação Liberdade do Iraque"¹⁶, lançada pelos Estados Unidos sob a administração do presidente George W. Bush, no contexto da Guerra Global contra o Terrorismo em 2003.

(...) um tipo particular de aparelho de Estado cuja missão fundamental foi criar condições favoráveis à acumulação lucrativa de capital pelos capitalistas domésticos e estrangeiros. Dou a este tipo de aparelho o nome de Estado neoliberal. As liberdades que ele encarna refletem os interesses dos detentores de propriedade privada, dos negócios, das corporações multinacionais e do capital financeiro (HARVEY, 2015, p.17).

¹⁴ Capital de giro é usado para financiar a continuidade das operações da empresa, seja para aquisições, para o estoque ou para despesas operacionais

¹⁵ Universidade da Cidade de Nova York (em livre tradução do inglês)

¹⁶ O objetivo principal, e bem-sucedido, da ofensiva foi derrubar o regime baathista de Saddam Hussein. Harvey argumenta que os documentos da coalização tratavam da suposta liberdade conferida ao Iraque que, por si só, era uma justificativa para a guerra.

Em linhas gerais, ele comenta que a liberdade promulgada nos decretos da *Coalition Provisional Authority*¹⁷, na verdade, não eram libertários ao povo iraquiano. Estando em conformidade com a ideologia neoliberal, previam a total privatização da economia, plenos direitos de propriedade às empresas estrangeiras e com negócios iraquianos, o direito de empresas estrangeiras expatriarem os lucros e a retirada de quase todas as barreiras comerciais.

Entre os itens, incluíam-se os serviços públicos, bancos e finanças, meios de comunicação, indústrias manufatureiras, serviços, transportes e construção. Harvey lembra ainda, que apenas o petróleo ficou isento de taxaço; que presume ter sido em função de sua importância geopolítica.

Fernando Henrique, no exercício da presidência da República, também usou da retórica libertária para cooptar a opinião pública. Peessedebistas e aliados das gestões de FHC abusaram do argumento de que as privatizações seriam os mecanismos mais eficazes para a melhoria dos índices de desenvolvimento socioeconômico do País. Mas, na verdade, o que se verificou foi a implantação de práticas mercantis desreguladas em prol, principalmente, dos capitais internacionais.

No editorial do jornal *Diário Popular* de 2 de janeiro de 2000, o jornalista Aloysio Biondi comenta sobre o discurso proferido por Fernando Henrique quando da virada do milênio, e lembra do desmonte da economia nacional promovido naqueles cinco primeiros anos de gestão do PSDB frente à presidência da República.

¹⁷ Autoridade Provisória de Coalizão (em tradução livre).

Um plano antinacional, do qual os brasileiros certamente não têm motivos para se orgulhar nos 500 anos do país. Aliás, o presidente da República destaca também que o Brasil foi um dos cinco países que apresentaram a maior taxa de crescimento nos últimos 50 anos. Decididamente, ele estava disposto a contar anedotas para fazer o brasileiro rir na “virada do milênio”. (...) estrategicamente evitou falar nos últimos cinco anos, aqueles de seu governo. Cinco anos em que a indústria brasileira, por causa do “escancaramento do mercado”, regrediu tanto, tanto, que vários setores goraram a produção em 30% a 50%. E o setor industrial como todo cortou o número de trabalhadores em nada menos que um terço, de 6,6 milhões para 4,5 milhões. O Brasil de que FHC falou não existe mais. Era um país com um projeto nacional. Foi assassinado pelo sociólogo amigo dos países ricos (BIONDI, 2014, p. 147).

Harvey, crítico declarado do neoliberalismo, aponta em seus escritos sobre essa disposição dos adeptos de mencionada doutrina em fomentar o desmonte dos Estados por meio de privatizações que alcançam, inclusive, bens comuns essenciais como água e terra.

Os neoliberais são particularmente ativos na promoção da privatização de ativos. A ausência de claros direitos de propriedade – como sucede em muitos países em desenvolvimento – é julgada uma das maiores barreiras institucionais ao desenvolvimento econômico e à melhoria do bem-estar humano. O reconhecimento e a atribuição de direitos de propriedade são tidos como a melhor maneira de proteger as pessoas da chamada “tragédia dos bens comuns”, a tendência de superexploração de alguns indivíduos de bens comuns a todos como a terra e a água (HARVEY, 2014, pp.75, 76).

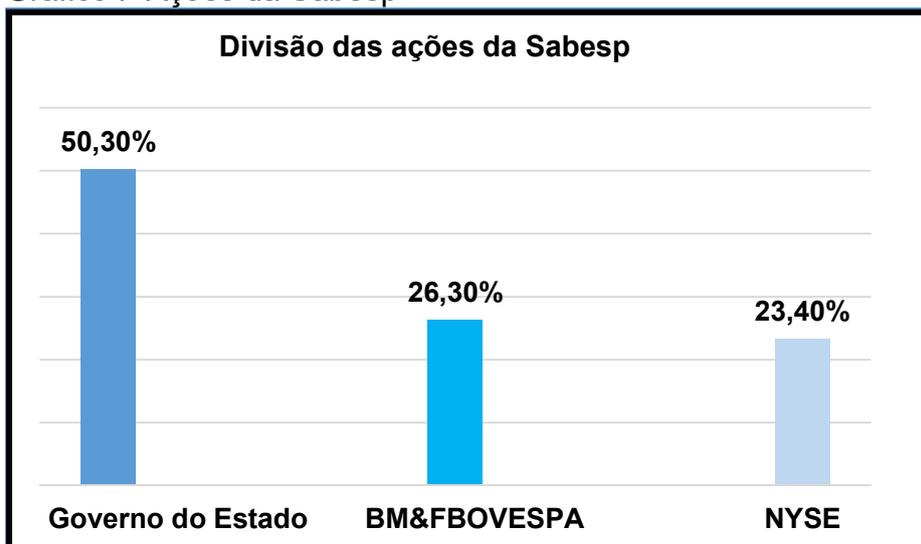
Entretanto, em 2002, sob a administração do governador Geraldo Alckmin, também do PSDB, o afã dos gestores públicos pela praxe neoliberal rendeu mais uma alavancada da Sabesp rumo ao mercado de capitais.

Desta feita, suas ações passaram a ser negociadas na bolsa de valores mais emblemática do mundo mercantilista contemporâneo, a de Nova York (New York Stock Exchange - NYSE). No mesmo período, Alckmin autorizou mais um passo

ousado em se tratando de comercialização dos papéis: a inscrição da Sabesp no chamado Novo Mercado¹⁸ da BM&FBovespa.

As ações da Sabesp são assim distribuídas: 50,3% do Estado, 23,3% negociadas na BM&FBovespa e 23,4% vendidas nos pregões da NYSE, em Nova York.

Gráfico I- Ações da Sabesp



Fonte: Sabesp, gráfico da autora

Depreende-se, contudo, que, nos idos de 1994, o governador Fleury não agiu isoladamente. Seguiu a praxe vigente no contexto mundial e nacional caracterizada pela ânsia dos governos em ceder as empresas públicas ao capital privado. Dentre as que mais atraíram a atenção foram aquelas com demandas reprimidas e com potencial de retorno financeiro no curto prazo.

Somam-se a esses atributos, a questão da essencialidade de seus produtos/serviços; como é o caso da Sabesp que, por si só, é um atrativo inigualável aos especuladores mercantis formalmente estabelecidos: sem água não há vida.

¹⁸ O Novo Mercado é um segmento de listagem das bolsas de valores que negocia ações emitidas apenas por empresas que se comprometem, voluntariamente, a adotar práticas de governança corporativa para além daquelas exigidas pela legislação.

David Harvey, ao resgatar o processo histórico que levou os governos contemporâneos a atender às exigências neoliberalistas, cita o Consenso de Washington¹⁹; encontro realizado na virada da década de 1980 para a de 1990, em Washington (capital dos Estados Unidos da América).

Na ocasião, representantes do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo norte-americano aglutinaram, de forma consensual, as regras que deveriam ser seguidas pelos países da América Latina.

Isto é, estabeleceram normas de sujeição que acabaram sendo impostas, pela pressão do poder monetário desses organismos, às nações latino-americanas que se encontravam endividadas e com o desenvolvimento socioeconômico emperrado após anos de regimes ditatoriais.

O mundo capitalista mergulhou na neoliberalização como a resposta por meio de uma série de idas e vindas e de experimentos caóticos que na verdade só convergiram como uma nova ortodoxia com a articulação, nos anos 1990, do que veio a ser conhecida como o “Consenso de Washington”. A essa altura, tanto Clinton como Blair²⁰ poderiam facilmente ter invertido a afirmação anterior de Nixon²¹ e dito simplesmente: “Agora somos todos neoliberais” (HARVEY, 2014, p.23).

¹⁹ Trata-se o Consenso de Washington da conjugação de medidas – composta por dez regras básicas - formulado em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras situados em Washington D.C., EUA, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. As regras fundamentam-se num texto do economista John Williamson, do *International Institute for Economy*, e que se coverteram na política oficial do FMI em 1990, quando passou a ser receitada para promover o que denominava de "ajustamento macroeconômico" dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades, entre eles, o Brasil.

²⁰ O democrata Bill Clinton foi presidente dos Estados Unidos de 1993 a 2001. Tony Blair, do Partido Trabalhista, esteve como primeiro-ministro da Inglaterra entre 1997 e 2007. Clinton e Blair figuram entre os mais aguerridos defensores da política neoliberal das décadas de 1990 e 2000.

²¹ Richard Nixon, ex-presidente republicano dos Estados Unidos, que perante uma onda de reformas regulatórias promovidas pelo Congresso, então controlado pelos democratas, no começo da década de 1970, chegou a afirmar: “agora somos todos keynesianos”. Aludia-se à teoria

O governo de FHC foi um dos fiéis seguidores das prescrições dos “donos” do Consenso de Washington, caracterizando-se pela transferência de empresas e serviços públicos à iniciativa privada, constituída, em grande parte, por compradores de capital estrangeiro. Ao seguir a cartilha neoliberal, admitiu também a interferência ditatorial do capital privado sobre a governança dos bens públicos nacionais, como atesta Harvey.

(...) Os negócios e corporações não só colaboram intimamente com atores do governo, como chegam mesmo a assumir um forte papel na redação de leis, na determinação das políticas públicas e na implantação de estruturas regulatórias (que são vantajosas principalmente para eles mesmos) (HARVEY, 2014, p. 87).

Para fazer parecer crível e engajar a opinião pública ao seu projeto de privatização, Fernando Henrique e seguidores trataram de usar uma narrativa de ódio e de descrédito ao sistema preestabelecido. Jogou setores emblemáticos do Estado brasileiro uns contra os outros, conforme lembra Biondi:

Em cinco anos, o governo de Fernando Henrique Cardoso não destruiu apenas a economia nacional tornando-a dependente do exterior. Seu crime mais hediondo foi destruir a Alma Nacional, o sonho coletivo. Para isso, e com a ajuda dos meios de comunicação, jogou os consumidores contra os empresários nacionais, “esses aproveitadores”; os contribuintes contra os funcionários públicos, “esses marajás”; os pobres contra os agricultores, “esses caloteiros”; a opinião pública contra os aposentados, “esses vagabundos” (BIONDI, 2014, p. 130).

Como se observa, a decisão de Fleury antecipou-se ao grande programa de desestatização de bens públicos orquestrado pelo presidente da República Fernando Henrique Cardoso, que, em 1994, época da integralização do capital da companhia de água e esgoto de São Paulo, era ministro da Fazenda do governo

econômica do começo do século XX, baseada nas ideias do economista inglês John Maynard Keynes, que defendia maior intervenção do Estado na economia com o objetivo atingir o pleno emprego.

de Itamar Franco²²; este vinculado ao já abolido Partido da Reconstrução Nacional (PRN).

Com exceção dos percalços rotineiros às empresas de saneamento que administram o abastecimento de água e o esgotamento sanitário de milhões de habitantes, a Sabesp transcorreu seus 40 anos de existência sem grandes choques com os setores da imprensa, opinião pública e partidos políticos.

O ambiente mostrou-se ainda mais favorável à companhia a partir de 1995, período no qual o cargo de governo do Estado de São Paulo passou a ser exercido por afiliados do PSDB, e assim continua nos dias atuais. Isto significa que a Sabesp não teve de se submeter à descontinuidade de suas políticas e práticas; fatos comumente observados quando há alternância de legendas na gestão dos Poderes Executivos.

O grande desafio que a Sabesp teve de enfrentar, sob o comando do governo tucano durante duas décadas, se deu entre os anos de 2014 e 2015, quando o longo período de estiagem que se abateu sobre o Sudeste brasileiro expôs os lapsos da administração peessedebista dentro da capital paulista e sua Região Metropolitana (RMSP), onde vivem cerca de 20 milhões de habitantes.

1.3. A maior das Américas

A Sabesp é responsável pelo fornecimento de água para 28,6 milhões de pessoas (25,5 milhões diretamente e 3,1 milhões residentes nos cinco municípios da

²² Após o *impeachment* do presidente da República Fernando Collor de Mello, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), em 2 de outubro de 1992, o vice-presidente Itamar Franco assumiu como chefe interino de governo, de outubro até dezembro de 1992. Em 29 de dezembro de 1992, tomou posse em definitivo como presidente da República até ser sucedido por Fernando Henrique Cardoso, por meio de eleições diretas, em 1º de janeiro de 1995.

RMSP atendidos no atacado), e pela coleta do esgoto produzido por 22,8 milhões de habitantes.

Cerca de 68% da população urbana do Estado de São Paulo é atendida pela Sabesp. Estas informações constam de seu relatório da administração referente ao ano de 2015. Portanto, é fácil depreender o quão significativo é o peso da receita obtida pela Sabesp na capital paulista.

A edição mais atualizada do anuário *Pinsent Masons Water Yearbook* (2012-2013)²³, indica que a companhia é a maior empresa de saneamento das Américas e a quinta maior do mundo em população atendida.

Como é possível verificar no gráfico a seguir, a crise de fornecimento de água, que iniciou em 2014 e se estendeu por 2015, impactou negativamente os resultados anuais da companhia.

Em seu balanço patrimonial, referente ao exercício fiscal de 2014, a empresa informa que gerou um lucro líquido de 903 milhões de reais, apresentando um recuo de 53,1% sobre o 1,9 bilhão de reais registrado em 2013. Em 2015, o montante foi menor ainda, totalizando 536,3 milhões de reais.

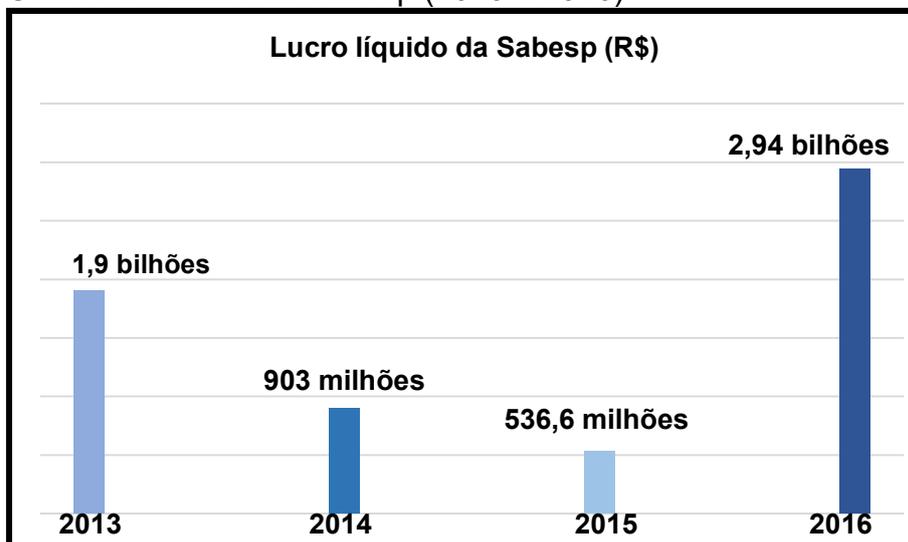
Porém, em 2016 a Sabesp registrou aumento colossal de seu lucro líquido, atingindo R\$2,94 bilhões. Ou seja, um montante 449,5% superior ao de 2015.

De acordo com a empresa, o aumento da receita relaciona-se à majoração tarifária de 8,4% em maio de 2016, ao crescimento de 4,4% no volume faturado, e à menor concessão de bônus aos usuários – cuja soma foi de R\$ 187,4 milhões em 2016 enquanto em 2015 contabilizou R\$ 926 milhões em 2015.

²³ O relatório anual publicado pela *Pinsent Masons* é referência mundial em se tratando de dados do setor de saneamento básico e ambiental em nível global.

As tarifas de contingência (multas aplicadas aos consumidores que aumentaram o consumo) totalizaram R\$ 224,7 milhões em 2016 ante R\$ 500 milhões em 2015.

Gráfico II – Lucro da Sabesp (2013 a 2016)

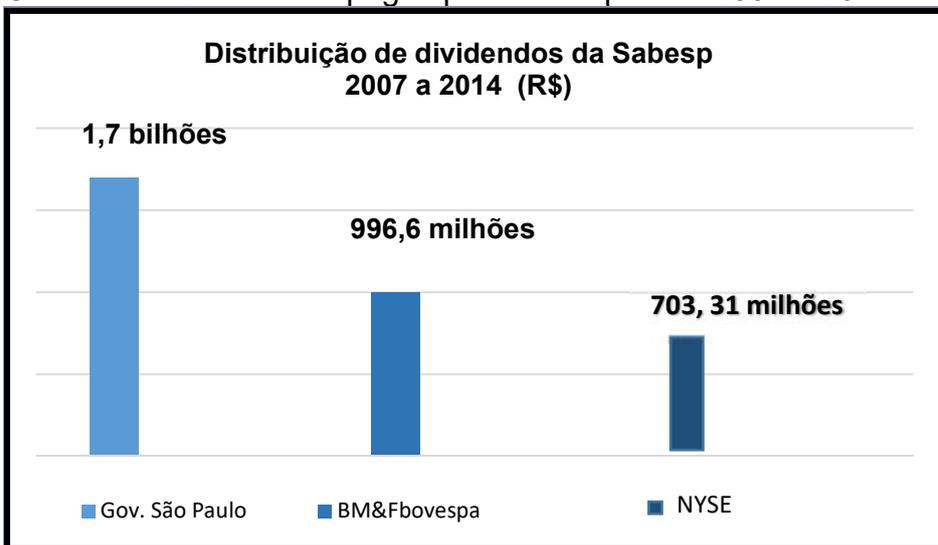


Fonte: Sabesp, gráfico da autora

A diminuição dos rendimentos entre 2013 e 2015 expôs em definitivo as preferências dos governos de Geraldo Alckmin no que diz respeito à administração da companhia, pois parte da opinião pública depreendeu que a crise de abastecimento de água da Grande São Paulo ocorreu pela falta de investimentos em obras prioritárias que garantissem a prestação ininterrupta dos serviços.

De 2007 a 2014, a companhia somou lucro de cerca de 10 bilhões de reais, figurando entre as 20 empresas mais rentáveis do Brasil. Desse montante, R\$ 3,4 bi (três bilhões e quatrocentos milhões de reais) foram repassados a título de dividendos aos seus acionistas, entre os quais, o próprio governo estadual que é o proprietário de 50,3% das ações da Sabesp. Isso significa que nesse período, mais de R\$ 1,7 bi (um bilhão e setecentos milhões de reais) retornaram aos cofres da empresa.

Gráfico III – Dividendos pagos pela Sabesp entre 2007 e 2014



Fonte: Sabesp, gráfico da autora

No ano de 2015, a empresa pagou dividendos aos acionistas na ordem de R\$252.304.061,55 (duzentos e cinquenta e dois milhões, trezentos e quatro mil, sessenta e um reais e cinquenta e cinco centavos). Já em 2016, o valor saltou para R\$823.492.690,17 (oitocentos e vinte e três milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, seiscentos e noventa reais e dezessete centavos).

Em 2014, período de intensificação do estresse hídrico, Alckmin já somava quase uma década no exercício do Poder Executivo paulista. Durante esse período, de acordo com levantamento apresentado em reportagem da revista Exame, de 26 de novembro de 2014, é possível verificar que a Sabesp sofreu com a carência de estratégias operacionais dentro do escopo do plano de investimentos.

Negligenciou, entre outras obras primordiais, a ampliação da capacidade de armazenamento de água dos reservatórios que abastecem a Grande São Paulo e suas interligações.

O vereador paulistano Laércio Benko, do Partido Humanista da Solidariedade (PHS), que em 2014 também disputou o cargo de governo do Estado de São

Paulo, foi o crítico mais contumaz de Alckmin e dos dirigentes da Sabesp em relação ao pagamento de dividendos efetuado pela empresa.

Reiterou à imprensa, e nos palanques eleitorais, que o governo priorizara a quitação dos bônus aos acionistas em detrimento dos investimentos necessários para obras direcionadas à melhoria do sistema de fornecimento de água na Região Metropolitana de São Paulo.

Convém assinalar, entretanto, que a remuneração dos acionistas é dispositivo legal previsto no artigo 202 da Lei 6.404/76 (Lei das S/As), à qual a Sabesp é submetida. É praxe no mercado de ações o pagamento mínimo de 25% do lucro líquido ajustado como dividendos aos cotistas.

Entretanto, o estatuto da S.A., aprovado em assembleia dos acionistas, pode definir outro percentual de remuneração por se tratar de instrumento legal e soberano.

Benko usou ainda os microfones da tribuna da Casa Legislativa paulistana para insistir nas denúncias contra as gestões peessedebistas frente à companhia de saneamento do Estado. Foi dele a autoria, também em 2014, de solicitação para a instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara Municipal de São Paulo para investigar a Sabesp.

O vereador requeria que a “CPI da Sabesp” analisasse as cláusulas do contrato estabelecido entre a Prefeitura do Município e a companhia para a prestação dos serviços de saneamento à capital.

Laércio Benko alegava que ainda que entidade não cumpria com as suas obrigações pois, apesar de um dos tópicos contratuais prever o fornecimento ininterrupto de água aos munícipes, operava um rodízio informal sem dar as devidas satisfações ao Poder Executivo municipal, muito menos à população.

Com relação ao *modus operandi* financeiro do governo Alckmin frente à companhia de água e esgoto verifica-se que, em suas gestões, a Sabesp tem sido a empresa de saneamento cotada na bolsa de Nova York²⁴ com maior quantidade de papéis negociados, e a que mais proporciona o retorno de bons dividendos aos acionistas estrangeiros.

Na última década, a Sabesp contou com aproximadamente R\$ 1,7 bilhão de reais ao ano para investimentos. Porém, ainda de acordo com mencionada reportagem da revista Exame, o dinheiro foi gasto de maneira desequilibrada.

Boa parte dessa verba foi destinada a atividades como aumento da base de clientes, ou seja, para novas ligações de água e de coleta de esgoto. Esses tipos de operações vêm ao encontro de uma das metas mais desafiadoras das empresas de saneamento básico e dos governos em geral; que é a universalização²⁵ dos serviços.

De acordo com os relatórios anuais de sustentabilidade da Sabesp dos últimos sete anos, a universalização dos serviços de saneamento em todo o Estado deve se efetivar em 2020. Entretanto, em se tratando dos 366 municípios atendidos pela companhia, o horizonte é de dois anos a menos, 2018, quando os serviços para 100% dos domicílios neles estabelecidos deverão ser concluídos.

O cumprimento da meta de universalização é fator positivo sob os pontos de vista social, ambiental e econômico. E é por esse motivo que consta do plano de sustentabilidade da empresa. Da perspectiva social, é inegável a salubridade que a água potável e esgoto coletado e tratado proporcionam aos beneficiados.

²⁴ Além da Sabesp, as demais empresas de saneamento básico cotadas na bolsa de valores de Nova York são a *American States Water Companies*, *American Water Works, Incorporation Aqua America*, *California Water Service Group Holding* e *SJW Corporation*.

²⁵ O Brasil quer universalizar o acesso aos serviços de saneamento básico como um direito social até 2033, contemplando os componentes de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, e drenagem das águas da chuva.

A exclusão dos efluentes a céu aberto, ou clandestinamente conectados às redes de drenagem urbana, também contribui na descontaminação do solo, dos corpos hídricos aparentes e lençóis freáticos.

Por último, mas nem menos importante para as empresas de saneamento, vem a questão financeira, pois quanto mais consumidores estiverem conectados às redes convencionais de água e esgoto, maior é a arrecadação devido à aplicação de tarifas pela prestação dos serviços.

A Lei Número 11.445, (05/01/2007), que tem como princípio a universalidade do acesso aos serviços de saneamento, estabelece em seu Artigo 3º que o saneamento básico se fundamenta num conjunto de serviços de infraestrutura e instalações operacionais de:

- A. abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;
- B. esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;
- C. limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;
- D. drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

Se por um lado a Sabesp progrediu entre 2009 e 2014 no atendimento das demandas de fornecimento de água e coleta de esgoto, quando atingiu a marca

de 1 milhão de novas ligações, por outro verifica-se que negligenciou nos investimentos para a redução de perdas e a captação de água.

Em 2014, o desperdício no sistema de fornecimento de água de São Paulo estava na ordem de 36% (representando perto de 435 bilhões de litros por ano). No exercício seguinte, o índice diminuiu para 28,5%, já em 2016 retrocedeu ao patamar de 30,7%.

Isto significa que para cada 100 litros de água captada dos reservatórios e tratada, 30 deles são perdidos em vazamentos das tubulações e nos “gatos”²⁶.

O índice de perdas da Sabesp é melhor do que a média brasileira segundo relatório do Ministério das Cidades, o qual aponta que 41% de toda a água tratada no país é desperdiçada, equivalendo ao redor de R\$ 4 bi (quatro bilhões de reais) de prejuízo.

Contudo, especialistas em recursos hídricos são unânimes em afirmar que uma empresa com a saúde financeira da Sabesp poderia ir além neste quesito, e seguir o exemplo da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), cujo desperdício de água tratada é de 29%.

A Sabesp diz que em 2014, ano de intensificação da crise de abastecimento, aumentou em 31% as vistorias de perdas de água com fraudes. O volume desviado foi de 2,6 bilhões de litros de água potável, quantidade suficiente para abastecer 260 mil pessoas durante um mês.

²⁶ Furtos de água captada diretamente da rede pública de distribuição. Em seu site, a Sabesp informa sobre a operação que empreende denominada “caça-fraudes” e alerta que consumir água tratada sem pagar é crime de furto, tipificado no Artigo 155 do Código Penal e que prevê de um a quatro anos de reclusão, caso o suspeito seja condenado. Também esclarece que quando o furto ocorre com a participação de duas ou mais pessoas ou destruição de equipamentos, o crime é qualificado, o que eleva a pena para até oito anos de cadeia.

O aumento no número de fraudes detectadas foi 13% maior em relação a 2013, e o valor cobrado dos infratores foi de R\$ 17,4 milhões. A companhia revela que o volume recuperado equivale a 2,6 bilhões de litros, correspondente a dois dias de produção do Sistema Cantareira.

Apesar de São Paulo constar como o Estado da federação mais desenvolvido economicamente, sua capital ocupa apenas a 20ª colocação no *ranking* das cidades com os melhores indicadores do saneamento básico do País, de acordo com levantamento realizado pelo Instituto Trata Brasil em 2016.

Soma-se a esta informação, que as operações da companhia estão concentradas no município dados constantes do primeiro Plano Municipal de Saneamento Básico de São Paulo, capital, elaborado em 2010.

Independentemente da importância financeira da maior cidade brasileira aos cofres da Sabesp, observa-se que ainda há muito a ser realizado em termos de saneamento básico localmente.

Estudo efetuado pelo Trata Brasil que identifica os 20 melhores municípios brasileiros, em termos de saneamento básico, evidencia São Paulo em última posição. Franca, no interior paulista, cidade cujo saneamento básico também é gerido pela Sabesp, lidera os indicativos nacionais. São José dos Campos, Santos e Taubaté, abastecidos pela mesma companhia estadual, ocupam a terceira, quarta e 14ª posições, respectivamente.

Outros cinco municípios paulistas, cuja administração do saneamento está a cargo de empresas ou departamentos públicos próprios, se situam entre os 20 mais desenvolvidos da perspectiva do saneamento básico brasileiro: Limeira na sexta posição, Suzano em 12º lugar, Jundiaí na 15ª colocação, Piracicaba na 16ª e Campinas em 17º lugar.

Todavia, há de se destacar que as realidades demográficas e urbanísticas entre primeira colocada Franca e a capital paulista, a última no *ranking*, são

diametralmente opostas. Mas, isso não impediu que entre 2011 e 2015, a Sabesp fizesse um aporte médio de R\$ 820,42 por habitante no Município do noroeste paulista, enquanto na cidade de São Paulo, no mesmo período, limitou-se a R\$ 595,07 por munícipe.

Em termos percentuais, a capital recebeu cerca de 38% a menos do que Franca, apesar de responder por 60% da receita bruta da companhia, conforme indicado no Plano de Saneamento Básico do Município de São Paulo. O fato evidencia que a capital não foi prioridade do governo do PSDB em se tratando de obras para a melhoria da prestação de serviços de saneamento básico.

O mesmo documento do Executivo paulistano, que serve de base para o contrato de prestação de serviço entre a Prefeitura de São Paulo e a companhia estatal, informa em seu Artigo 1º, inciso I, que o total dos investimentos em saneamento possui o respaldo da Lei Municipal nº 14.934, de 18 de junho de 2009.

É este dispositivo legal que instituiu o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura (Fmsai) junto à Secretaria Municipal de Habitação (Sehab), que se destina a apoiar e suportar ações de saneamento básico e ambiental e de infraestrutura no Município.

O Fmsai estabelece também que a Sabesp tem de investir 13% da receita operacional bruta²⁷ aferida na capital em serviços de água e esgotos de interesse do Município de São Paulo.

²⁷ Receita Operacional Bruta de vendas e/ou serviços

TABELA I - Municípios paulistas no *ranking* nacional do saneamento de 2016

Município	Franca	S. José Campos	Santos	Limeira	Suzano	Taubaté	Jundiaí	Piracicaba	Campinas	S. Paulo
Prestador de serviço	Sabesp	Sabesp	Sabesp	Sae ²⁸	Semae ²⁹	Sabesp	Dae ³⁰	Semae ³¹	Sanasa ³²	Sabesp
Ranking 2016	1°	3°	4°	6°	12°	14°	15°	16°	17°	20°
População total (IBGE)	342.112	688.597	433.966	296.440	285.280	302.331	401.896	391.449	1.164.098	11.967.825
Atendimento total de água (%)	99,96	99,96	100,00	97,02	100,00	100	97,80	99,70	97,81	99,20
Atendimento urbano de água (%)	100,00	100,00	100,00	100,00	285.280	100	99,50	100,00	99,50	100,00
Atendimento total de esgoto (%)	99,96	96,12	99,88	97,02	90,74	96,58	97,80	99,95	90,87	96,34
Atendimento urbano de esgoto (%)	100,00	98,10	99,96	100,00	94,05	98,70	99,50	100,00	92,46	97,00
Esgoto tratado x água consumida - (%)	98,00	94,00	97,60	100,00	53,61	56,33	100,00	100,00	64,27	55,51
Investimento 5 anos (milhões R\$/ano)	280,68	413,81	120,22	80,47	166,61	186,32	298,53	180,34	557,97	7.121,71
Investimento médio por habitante/ano (R\$ und.)	820,42	600,95	277,04	271,45	584,02	186,32	742,81	460,69	479,31	595,07
Indicador perdas no faturamento 2014 (%)	13,01	26,33	17,77	11,37	13,42	27,69	28,29	50,69	11,33	24,71
Indicador perdas na distribuição 2014 (%)	26,42	35,96	16,46	15,94	29,50	38,54	37,50	54,43	20,97	30,36

Fonte: Instituto Trata Brasil, 2017

²⁸ Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Limeira

²⁹ Serviços Municipais de Águas e Esgotos de Suzano

³⁰ DAE S.A. – Água e Esgoto

³¹ Serviço Municipal de Água e Esgoto

³² Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A

1.4. Do rural ao urbano

Além do ambiente político autoritário da época, a criação da Sabesp deu-se em uma década na qual o Brasil passava por grandes transformações geodemográficas e que acabaram refletindo em sua estrutura socioeconômica.

Dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) evidenciam, pela primeira vez na história do País, que nos anos 1970 a população urbana já era superior à rural.

Estudos sobre a urbanização brasileira mostram que a velocidade de crescimento das cidades locais foi muito superior à dos países capitalistas mais avançados. A população urbana passou de 19 milhões para 138 milhões na segunda metade do século XX, multiplicando-se 7,3 vezes, com uma taxa média anual de crescimento de 4,1%. Isto significa que, a cada ano, em média, mais de 2,3 milhões de moradores somaram-se à população urbana (Brito & Souza, 2006).

Entre 1960 e o final dos anos 1980, estimativas do IBGE evidenciam que aproximadamente 43 milhões de pessoas saíram do campo rumo às cidades. Nesse período inclui-se também o efeito indireto desta migração, isto é, os filhos que os migrantes rurais tiveram nas cidades.

Os destinos preferenciais do êxodo rural ocorrido nessas duas décadas foram São Paulo e Rio de Janeiro, Estados onde a economia mais se encontrava em expansão. Foi nesse período que a até então predominante economia camponesa passou a ceder lugar ao grande capital. E esses dois entes federativos foram os que mais atraíram a onda migratória, pois se sobressaiam aos demais devido à abundante oferta de emprego na construção civil e nos respectivos pujantes parques industriais.

Esse crescimento desenfreado no Estado paulista resultou em um descompasso entre a disponibilidade de serviços públicos e a demanda recém-estabelecida, em especial nas áreas periféricas da capital. Os novos habitantes da cidade foram

fixando suas residências em áreas limítrofes, onde os terrenos eram mais baratos, ou em locais suscetíveis à ocupação. Os assentamentos ocorreram independentemente da preocupação de se preservar as regiões de mananciais.

Os Poderes Públicos omitiram-se perante grande parte dessas apropriações indevidas de áreas de várzeas, nascentes de água e demais locais dotados de mananciais. Não apresentaram alternativas, nem estabeleceram políticas sociais na medida necessária ao atendimento das demandas básicas dessas comunidades; muitas das quais se transformaram em favelas.

A ocupação urbana descontrolada em suas áreas de proteção é a maior ameaça aos mananciais. Tal ocupação traz esgoto doméstico, lixo, carga urbana difusa de poluição, levando ao comprometimento da água bruta e à possível inviabilização de uso do manancial, dado o aumento do custo de tratamento e também a ameaça de redução e da qualidade da água a ser distribuída à população, devido à possível presença de substâncias tóxicas associadas à poluição urbana (SILVA E PORTO, 2003, p. 133).

Quatro décadas após a instituição do Planasa, é possível verificar que a plena cidadania ainda passa ao largo de vários dessas regiões dentro da RMSP, a mais desenvolvida do ponto de vista financeiro do País.

Entre a falta de prioridades dos governantes em relação ao bem-estar social nessas localidades, destaca-se justamente o déficit de saneamento básico. Principalmente, a falta de coleta e de tratamento dos esgotos gerados nessas áreas.

A rica cidade de São Paulo, por exemplo, depois de 40 anos de criação da companhia estadual de saneamento, continua a expor grande parcela de seus habitantes aos riscos oriundos de efluentes não tratados. Apenas 55,51% da água consumida pelo município recebem os cuidados necessários para reuso ou descarte nos corpos hídricos.

Portanto, foi nesse contexto social e urbano que, na década de 1970, o governador Laudo Natel, sob a égide do Planasa, entregou à Sabesp a tarefa de aglutinar sob seu guarda-chuva os serviços de água e esgoto não só da capital,

mas de todas as cidades do Estado que estivessem dispostas a delegar-lhe estas atribuições.

Não é de hoje que batalhas são travadas, quase todas nos bastidores da política nacional, com o objetivo de conquistar, através de mecanismos privatizantes, a outorga para a administração dos serviços de água e esgoto de empresas públicas nacionais. Os resultados financeiros da Sabesp expõem a ótima capacidade de retorno econômico para aqueles que estão dispostos a investir no setor.

Entre as multinacionais mais sedentas pela gestão de parte das águas brasileiras se colocam como protagonistas as francesas Vivendi (*ex-Générale des Eaux*) e *Suez Lyonnaise des Eaux*, as inglesas *North West Water* e *Thames Water*, e a espanhola Águas de Barcelona. E suas investidas não têm sido em vão.

Em abril de 1995, dois meses após a promulgação da Lei Federal de Concessões de Serviços Públicos (nº 8.987), a *Suez Lyonnaise des Eaux* conseguiu, em consórcio com a brasileira CBPO, a primeira concessão privada para atuar nos serviços de saneamento básico³³. A cidade pioneira no novo modelo de gestão foi Limeira, no interior do Estado de São Paulo.

1.5. Privatizações a vista

As questões relacionadas às privatizações voltaram a ocupar as páginas dos noticiários nacionais logo no início do mandato interino do presidente da República Michel Temer (PMDB), no primeiro semestre de 2016. O governo temporário começou sua jornada propalando a intenção de privatizar “todos os setores possíveis”, incluindo a área de saneamento básico.

³³ Segundo a Constituição Federal de 1988, em seu art. 23, inc. IX, o conceito de saneamento básico abrange a infraestrutura e instalações operacionais do abastecimento público de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem urbana, manejos de resíduos sólidos e de águas pluviais.

Este tema permaneceu alheio à opinião pública desde a última onda privatizante nacional, levada a cabo pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), nas décadas de 1990 e 2000.

Neste sentido, 43 dias após a posse do mandato provisório de Temer na presidência da República, dia 30 de junho de 2016, o secretário Nacional de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, Alceu Segamarchi Júnior, durante evento de lançamento do “Panorama da Participação Privada no Saneamento” em São Paulo, informou à imprensa que a “privatização do saneamento no país é uma prioridade” do Ministério das Cidades.

Antecipou também que sem o auxílio da iniciativa privada, seria impossível o Brasil atingir a universalização³⁴ do saneamento até 2033; meta constante do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), aprovado em 2010 sob a gestão da presidente da República Dilma Rousseff (PT). Disse ainda que uma das responsabilidades do Poder Público federal é estabelecer formas de governança e abertura de espaço para a participação de empresas particulares.

Um dos argumentos do governo do presidente da República Michel Temer para a privatização do saneamento básico apoia-se justamente no montante monetário necessário para a universalização dos serviços até 2033. O Instituto Trata Brasil estima que o custo para fornecer o acesso absoluto aos quatro serviços básicos

³⁴ O Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) - Lei 11.445/2007 -, do Ministério das Cidades, aprovado em 2010, regulamenta e estimula diretrizes e ações ofereçam melhores condições de vida e saúde para a população, aliado à preservação do meio ambiente.

O plano prevê projetos nos três âmbitos do Poder Público (federal, estadual e municipal) com investimentos de 508,5 bilhões de reais até 2033. Estão previstas obras para o fornecimento e tratamento de água, coleta e tratamento de esgoto, deposição adequada de resíduos sólidos e benfeitorias para a drenagem de águas pluviais. Entre as metas do Plansab até o ano de 2030, estão a universalização do abastecimento de água (100% da população), a redução de 41% para 32% do índice de perdas de água e a oferta de serviços de coleta e tratamento de esgoto a 90% dos domicílios.

do setor (água, esgotos -coleta e tratamento-, resíduos e drenagem) é de R\$ 508 bi (quinhentos e oito bilhões de reais).

Em 2 de agosto do mesmo ano, Temer validou o enunciado de Segamarchi ao sancionar a Lei nº 13.329, que altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, estabelecendo diretrizes nacionais para o saneamento básico, e para criar o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico – (Reisb).

O objetivo da nova lei, segundo seu texto, é “estimular a pessoa jurídica prestadora de serviços públicos de saneamento básico a aumentar o volume de investimentos, por meio da concessão de créditos relativos à contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) ”. Em resumo, a nova lei facilita a concessão de incentivos à iniciativa privada para que assuma o saneamento básico do País.

Em uma analogia simplista, é possível dizer que o modelo de Temer é como se algum empresário propusesse a seu devedor a diminuição ou o expurgo dos juros incidentes sobre a dívida, facilitando ao insolvente a aquisição de sua propriedade produtiva. Por meio de uma avaliação econômico-financeira básica, é possível afirmar que a conta não fecha.

Mais uma vez, soam atuais as denúncias feitas pelo jornalista econômico Aloysio Biondi sobre a generosidade dos governantes brasileiros ao capital privado.

Foi à custa de privilégios, perdão de impostos, crédito de bancos oficiais, que determinados impérios empresariais se formaram no Brasil (pode-se contar nos dedos os grupos que fugiram a essa regra). Fantásticas fortunas se formaram às custas da miséria de dezenas de milhões de brasileiros. Hoje, a concessão de incentivos, perdão de impostos, está nas mãos de ministros ou de governadores (via bancos oficiais). É preciso que o Congresso e legislativos estaduais passem a participar desse processo, exigindo-se sua aprovação para transações acima de determinados limites, que envolvam a doação de bilhões de cruzeiros dos impostos as empresas ou setores. Da mesma forma, não se entende que empréstimos bilionários sejam concedidos, a juros favorecidos, por estabelecimentos oficiais de crédito (não raramente, por decisão do Executivo). Todos os dias, nos jornais, surgem notícias desse tipo, mostrando ao observador atento que, em nome da “modernização”, do apoio à iniciativa privada, multiplicam-se os privilégios (BIONDI. 1992)³⁵

Desta forma, o governo federal em exercício voltou a colocar sob os holofotes o debate relativo às privatizações das companhias estaduais de saneamento básico. A questão passou a tomar maior vulto nesta administração de Temer a partir das solicitações de ajuda financeira realizadas pelos entes federativos à União.

Os Estados brasileiros atravessam crise fiscal³⁶ aguda, que resulta na insuficiência de caixa para cumprir com as suas obrigações perante a sociedade e o funcionalismo.

Na linha de frente das empresas públicas de fornecimento de água e coleta de esgotos a serem colocadas à venda na gestão de Temer está a Companhia Estadual de Saneamento Básico do Rio Janeiro (Cedae).

³⁵ In: Revista Visão de 25 de março de 1992, “Congresso, sindicatos e espertos? ” , 4º parágrafo. Disponível em: <http://www.aloysiobiondi.com.br/spip.php?article562>

³⁶ Crise fiscal, numa explicação elementar, refere-se às situações nas quais os Estados gastam mais do que arrecadam e ficam sem fluxo de caixa para quitar suas obrigações financeiras. Em se estando sob esta situação, o primeiro problema a ser debelado é a incapacidade de manter a prestação de serviços públicos essenciais.

O Rio de Janeiro é um dos Estados brasileiros que se encontram em situação fazendária precária, e a privatização da Cedae é a contrapartida imediata exigida pelo governo federal para a liberação de créditos.

Desde a ascensão de Michel Temer à presidência da República, além da Cedae, outras 18 companhias já constam da lista de privatização de seu governo.

Até o dia 14 de março de 2017, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)³⁷ havia publicado aviso de licitação, em sua página na Internet, para os primeiros seis editais, referentes à Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa), Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa), Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema), Companhia de Água e Esgoto do Amapá (Caesa), Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso) e Companhia de Saneamento de Alagoas (Casal).

A nova onda de privatizações, proposta pelos peemedebistas, caminha em direção a um *déjà vu* da política privatista de Fernando Henrique Cardoso. A diferença é que entre os alvos prioritários atuais estão as empresas de saneamento básico; sob cujas alçadas fica a administração imediata da riqueza hídrica do País. Mais uma vez, também é possível verificar a abertura dos cofres do BNDES aos empresários visando facilitar-lhes a aquisição de bens comuns à nação.

Biondi, durante os mandatos de FHC, reiterou em seus escritos o desastre provocado às contas públicas pelos financiamentos feitos aos investidores privados por meio do BNDES.

³⁷ O BNDES é o banco de fomento do modelo de privatização das empresas públicas de saneamento.

As distorções dessa política, agravadora da recessão, estão refletidas nas estatísticas divulgadas pelo BNDES, que mostram o salto explosivo nos créditos para o setor de infraestrutura: eles representam 48% dos desembolsos em 1998, com 8,2 bilhões de reais sobre o total de 17 bilhões de reais que o BNDES emprestou. Em resumo: as privatizações agravaram o “rombo” externo e o “rombo interno”. A política de crédito do BNDES agravou a recessão (BIONDI. 2014, p. 45).

Desde que passou a ocupar o Executivo nacional de forma provisória, o presidente Michel Temer demonstra tanto de forma tácita como ostensiva que está mesmo determinado a promover a desestatização de vários serviços públicos. Valida esta sua resolução o Programa de Parcerias e Investimento (PPI)³⁸, que foi criado por meio da Medida Provisória (MP) 727/2016, em maio de 2016.

De acordo com Temer, o PPI é um instrumento que objetiva tornar mais ágeis as concessões públicas federais. Conforme explicou à época, o PPI limpa os "entraves burocráticos e excesso de interferências do Estado que atrapalham as concessões".

Entretanto, no momento atual de crise financeira do Estado brasileiro, o modelo de venda dos ativos públicos adotado por Temer parece repetir o paternalismo estatal da era de FHC. É possível verificar que o papel social do BNDES não se adequa às concessões. Porém, novamente, tudo indica que os bens da nação serão financiados a juros baixos aos compradores interessados.

Soa irracional essa política de privatização patrocinada pelo PMDB e aliados políticos, uma vez que um país endividado não deveria emprestar dinheiro aos empresários nativos nem aos do exterior para a venda de seus próprios ativos. Pela lógica vigente no mercado internacional, esses adquirentes conseguem

³⁸ O Programa de Parceria e Investimento (PPI) foi criado por meio da Medida Provisória 727/2016 pelo governo de Michel Temer. Segundo o texto original, o objetivo do programa é ampliar oportunidades de investimento e de emprego, estimular o desenvolvimento tecnológico e industrial, expandir a qualidade da infraestrutura pública, promover competição na celebração de parcerias e assegurar a segurança jurídica dos contratos e visa ampliar e fortalecer a relação entre o Estado e a iniciativa privada.

captar recursos financeiros em outras nações que se encontram em condições fiscais melhores do que o Brasil.

Michel Temer não está sozinho na jornada que empreende para a venda ou concessão dos serviços públicos ao capital privado. É avalizado explicitamente pelo PSDB, partido político brasileiro com *know how* desastroso no quesito privatizações. É inquestionável que esta foi a legenda política que mais repassou os bens da União para empresários brasileiros e, principalmente, para entidades particulares estrangeiras na história recente do País.

O PSDB entregou a Temer, no dia 3 de maio de 2016, documento intitulado “Princípios e valores para um novo Brasil”, no qual estabelece as condições da legenda para “apoiar o futuro governo”.

Dos 15 pontos que o partido listou como prioritários, caso o governo peemedebista quisesse a sua participação na administração federal, constam o “combate irrestrito à corrupção” e uma reforma política imediata.

Entretanto, acentua-se que foi na cláusula referente ao setor econômico que o PSDB orientou Michel Temer a adotar um “programa consistente de privatizações e concessões” e a “revisão dos subsídios fiscais” e das “desonerações para empresas”.

As recomendações tucanas sobre a desestatização seguem a ideologia política dos peessedebistas que durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso na presidência do Brasil, de 1º de janeiro de 1995 a 1º de janeiro de 2003, concentraram esforços em todas as instâncias para efetivar a maior onda privatizante vivida pelo País.

No decorrer do governo de Fernando Henrique, verificou-se a articulação dos discursos oficiais no sentido de procurar convencer a opinião pública do grande negócio que seria a privatização de setores dos Estados e da União.

Além de burilar as narrativas para tentar evidenciar à opinião pública a obsolescência das empresas estatais que mais interessavam aos potenciais compradores, também deu publicidade sobre a precariedade dos serviços prestados. Acenou com veemência que o valor que seria obtido com os negócios auxiliaria no saneamento das dívidas brasileiras com países estrangeiros e entidades de fomento internacionais.

Biondi foi uma das poucas vozes atuantes na imprensa brasileira a duvidar das alocações governamentais. Esmiuçou os editais de licitações para os leilões dos aparelhos econômico-estratégicos do Estado e analisou os respectivos balanços financeiros a fim de compreendê-los pormenorizadamente. Também se embrenhou nas narrativas do governo visando captar-lhe as contradições, referentes às suas defesas, para justificar a comercialização das empresas públicas.

O jornalista evidenciou em seus artigos e editoriais a entrega do patrimônio estatal a pessoas jurídicas. Alertou ainda sobre o grande endividamento no qual o Brasil estava mergulhando através dos anseios neoliberais do “governo de coalizão”³⁹ encabeçado pelo PSDB-PFL.

Biondi foi incansável na luta para evidenciar aos cidadãos o “negócio da China” que o Brasil estava realizando. Seu objetivo era sensibilizar a sociedade para mobilizar-se contra as privatizações no formato concebido pelo PSDB e aliados políticos.

Verificou que o formato de financiamento foi incoerente, pois com a anuência do governo, os empresários usaram as linhas disponibilizadas pelo BNDES e também buscaram dinheiro no exterior, desequilibrando ainda mais as contas públicas brasileiras junto ao mercado internacional.

³⁹ O governo de coalizão PSDB-PFL durou de 1994 a 2000, quando o PFL optou por se afastar devido as desavenças entre o então senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e o presidente Fernando Henrique Cardoso.

A venda de estatais, segundo o governo, serviria para atrair dólares, reduzindo a dívida do Brasil com o resto do mundo – e “salvando” o real. O dinheiro arrecadado da venda serviria ainda, segundo o governo, para reduzir também a dívida interna, isto é, aqui dentro do país, do governo federal e dos estados. Aconteceu o contrário: as vendas foram um “negócio da China” e o governo “engoliu” dívidas de todos os tipos de estatais vendidas; isto é, a privatização acabou por aumentar a dívida interna. Ao mesmo tempo, as empresas multinacionais ou brasileiras que “compraram” as estatais não usaram capital próprio, dinheiro delas mesmas, mas tomaram empréstimos lá fora para fechar negócios. Assim, aumentaram a dívida externa do Brasil (BIONDI. 2014, p. 23).

A venda das estatais brasileiras, de acordo com o governo, representaria a maximização de investimentos nos setores essenciais (Saúde, Educação etc.), qualidade superior e melhores preços no acesso da população aos serviços passados à iniciativa privada, que aconteceria a partir de maior competitividade entre as empresas.

Cabe reiterar que o saneamento básico no Brasil é um direito ratificado pela Constituição Federal de 1988, e definido pela Lei Federal nº. 11.445/2007 como o conjunto dos serviços, infraestrutura e instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem urbana, manejos de resíduos sólidos e de águas pluviais.

1.6. Longe dos olhos, longe das urnas

Entre maio e dezembro de 2014, ano em que Geraldo Alckmin disputava sua recondução ao Palácio dos Bandeirantes, o Estado de São Paulo esteve submetido à pior escassez de água de sua história.

O Sistema Cantareira, que abastecia 8,5 milhões de habitantes da Região Metropolitana da capital, chegou a operar com menos de 4,1% de sua capacidade. A situação comprometeu também outros sistemas, como é o caso do Alto Tietê, responsável pelo fornecimento de outras 4 milhões de pessoas.

Apesar de o estresse hídrico vivido pela capital paulista e Grande São Paulo, no decorrer de 2014, ter sido largamente divulgado pelos veículos de comunicação e

ter pautado os temas apropriados pela esfera pública, o governador Geraldo Alckmin e diretores da Sabesp minimizaram a criticidade da questão e negaram vigorosamente que a empresa operava um rodízio de fornecimento de água, apesar das evidências nas torneiras dos consumidores.

Verificou-se que esforços confluíram na blindagem de Alckmin às situações que pudessem expor a sua imagem de bom administrador – conforme argumento-chave do PSDB ao referir-se a seus quadros políticos-, ocorreram de todas as formas possíveis.

A presidente da Sabesp, Dilma Pena, por exemplo, desmarcou duas vezes ida à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara Municipal de São Paulo, que investigava as possíveis irregularidades contratuais da Sabesp na prestação dos serviços de saneamento básico à capital.

Somente depois de Alckmin ter sido reeleito, Pena compareceu às sessões da CPI para prestar depoimento, quando também negou que São Paulo estivesse sob racionamento de água e afirmou que apenas 2% da população era afetada com a crise.

Na ocasião, Dilma Pena, durante reunião interna da Sabesp, ouviu do então vereador do PSDB Andrea Matarazzo que a investigação não passava de um "teatrinho", induzindo ao pensamento de que se tratava de um jogo de cena da oposição para cooptar os votos dos eleitores descontentes com a situação causada pelo estresse hídrico.

As falas de ambos foram gravadas, e é audível o trecho em que Matarazzo responde à executiva da Sabesp que ela não precisava se preocupar porque, no final das contas, a investigação teria "consequência zero". A atitude do vereador demonstrou confiança à política da impunidade que caracteriza várias instâncias dos Poder Público brasileiro.

Além de o governo do Estado de São Paulo ter evitado oficializar o racionamento durante o período eleitoral, a Sabesp passou a utilizar a água do volume morto (reserva técnica)⁴⁰ do reservatório do Sistema Cantareira. Mesmo sem o aval da Agência Nacional de Águas (ANA), e contrariando liminar emitida pela 3ª Vara Federal de Piracicaba no dia 9 de outubro daquele ano, a companhia seguiu adiante e usou também a segunda cota do volume morto.

No decorrer de 2014, áudios de reuniões realizadas dentro da Sabesp foram vazados à imprensa. Ao serem divulgados pela mídia, inclusive pelo *Estadão*, acabaram por comprometer o discurso que Alckmin e aliados vinham adotando perante a sociedade civil, dando conta que a situação hídrica estava sob controle e que não havia riscos de desabastecimento.

As sonoras que se tornaram públicas continham informações de dois porta-vozes da Sabesp que já se faziam presentes nos noticiários sobre a falta de água: a então presidente Dilma Pena, e o diretor metropolitano da companhia Paulo Massato. Entre as gravações de Dilma, pode-se ouvir a frase na qual afirma que “superiores” barraram ações na mídia para estimular economia de água.

Depreende-se, contudo, que Alckmin e a cúpula da companhia de saneamento não pouparam esforços para esconder dos olhos dos cidadãos e cidadãs paulistas a gravidade da crise hídrica, e que a expressão “diminuir a pressão” das tubulações de fornecimento de água na verdade foi um eufemismo ao vocábulo “acionamento”.

1.7. A Comunicação da Sabesp durante a crise

Nesta pesquisa, que versa sobre o fazer jornalístico do periódico digital *Estadão* durante a cobertura da crise hídrica paulistana, entre maio e dezembro de 2014,

⁴⁰ Volume morto e reserva técnica são as denominações dadas às águas localizadas abaixo das comportas dos mananciais, de onde são captadas para o abastecimento público.

procurou-se ouvir também as narrativas da superintendência de Comunicação da Sabesp.

O objetivo foi conhecer, a partir de fonte oficial, as medidas adotadas por intermédio do plano de comunicação da empresa, para informar os munícipes sobre a magnitude da escassez hídrica, assim como para as orientações voltadas ao uso com parcimônia da água devido ao crítico panorama que se descortinava em função da escassez do produto à época.

As ações de comunicação da Sabesp para com a comunidade foram encaminhadas a esta pesquisadora por *e-mail*, por Adriano Stringhini, superintendente de Comunicação da companhia. Ele inicia o documento esclarecendo que a “Sabesp foi a primeira a alertar a população sobre a maior seca da história”.

Diz Stringhini que, em 27 de janeiro de 2014, a companhia iniciou campanha publicitária em que afirmava “o Sistema Cantareira está com o nível mais baixo dos últimos 10 anos. A falta de chuvas em dezembro – o menor índice dos últimos 84 anos –, agravou o problema, deixando o sistema com apenas 24% da capacidade. ” E conclui argumentando que a companhia seguiu pedindo à população para que economizasse água.

Segundo Adriano, a Sabesp realizou oito campanhas publicitárias ao longo de 2014 e mais duas em 2015, com cerca de três mil inserções de TV e 13 mil de rádio. Pelas estimativas da empresa, cada paulistano foi impactado mais de 40 vezes pelas mensagens de economia de água. Além disso, o superintendente informa que a empresa prestou todos os esclarecimentos à imprensa, atendendo mais de 40 jornalistas por dia.

Outra medida adotada pela Sabesp, conta Stringhini, foi a distribuição de aproximadamente 2,7 milhões de materiais impressos, assim como as visitas realizadas pela equipe da Sabesp em mais de 30 mil condomínios, de 89 bairros, para reforçar a necessidade do uso racional da água, em atendimento às metas

do programa “Guardião das Águas”, criado para esta finalidade. O executivo conta ainda que “pesquisa do Datafolha comprovou que 99% da população se dizia informada sobre a crise”.

Em resposta à solicitação feita por este estudo, Stringhini incluiu a descrição das campanhas realizadas pela Sabesp, “desde o início da crise hídrica, em janeiro de 2014”. As ações encontram-se descritas no Anexo I desta dissertação, conforme original encaminhado pelo superintendente.

Dentre as questões enviadas para Stringhini, sobre as medidas de comunicação adotadas, procurou-se conhecer se a Sabesp possuía plano de contingência que contemplasse ações para o diálogo com a comunidade sobre problemas postulados no documento. Entre eles, supõe-se, o colapso do abastecimento público de água. Porém, o superintendente não se manifestou sobre esta pergunta.

Independentemente do alto valor do aporte financeiro (R\$ 44.462.117,03, quarenta e quatro milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil e cento e dezessete reais), feito pela Sabesp para informar a população e sensibilizá-la a usar a escassa água de forma racional durante o período crítico de abastecimento da RMSP em 2014.

Infere-se que a medida que mais apresentou resultado foi aquela de cunho financeiro e não as ações de comunicação. Isto é, a instauração de bônus nas contas de água aos usuários que economizassem o produto dentro das faixas percentuais estabelecidas pela empresa.

Para uma afirmação mais assertiva sobre a efetividade das ações de comunicação e da campanha de agraciamento/punição financeira em função do perfil de consumo de água dos usuários, durante a crise hídrica de 2014, seria necessário o aprofundamento de pesquisa relacionada a esses dois assuntos; que não se constituem no foco principal deste trabalho.

Dentro das administrações públicas são frequentes os comentários de que o bem-estar proporcionado pelos serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário somente são reconhecidos voluntariamente por uma parcela mínima de munícipes.

Constata-se que a maioria apenas se dá conta do conforto e salubridade proporcionados por ambos os serviços quando ocorre a suspensão ou a intermitência de abastecimento, ou perante o retorno de efluentes às residências por entupimentos ou por vazamentos das redes de coleta, entre outros problemas que interferem em suas rotinas.

Por se tratarem de melhorias que se localizam nos subsolos, as obras de saneamento tampouco chamam a atenção de políticos por não exercerem o fascínio conferido por edifícios, pontes e outras benfeitorias durante a construção, inauguração.

No geral, elas não proporcionam os retornos esperados às legendas políticas: os votos do eleitorado. Por essa sua característica, o saneamento básico ganhou de Gilberto da Silva a alcunha de “invisível”. Silva, que é Mestre em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero, em seu livro denominado *Econotas* explica o apelido:

Em época de eleições é bom falarmos sobre saneamento, o invisível, o que não dá votos para muitos políticos. É mais fácil eleitoralmente construir pontes, viadutos, duplicar pistas e passarelas. São obras visíveis, obras que retornam em votos... São os preferidos do poder público. Em matéria de serviço essencial, como o saneamento, o poder público continua agindo de maneira equivocada. É hora de mudança, devemos cobrar dos futuros governantes de nossos municípios mais atenção ao saneamento e aplicação de mais investimentos em obras sanitárias (SILVA. 2015, p.43).

O resultado da pesquisa denominada *Impactos eleitorais de políticas públicas municipais: uma análise de painel de dados para o Brasil: 1996-2007*, apresentado durante a oitava edição do Encontro Nacional da ABCP (Associação Brasileira de

Ciências Políticas), em 2012, reitera a questão do desinteresse dos políticos na realização de obras de saneamento básico.

Diz o trabalho que os resultados comprovam que investir em benfeitorias para a distribuição de água tratada e esgotamento sanitário não aumenta a probabilidade de reeleição dos postulantes ao Executivo municipal, por exemplo.

Gastos com saúde e saneamento básico, indicadores de investimentos em saúde preventiva, não reforçam o conceito de que um “bom” prefeito é aquele que produz obras visíveis.

A investigação mostra que desembolsos voltados à infraestrutura – como urbanismo e habitação –, aumentam a possibilidade de recondução às prefeituras. Constatação que corrobora para a percepção corrente de que a execução de obras ostensivas é mais eficaz dentro dessa perspectiva eleitoral.

Portanto, depreende-se que em parte, o estudo faz emergir uma característica racional de avaliação dos eleitores. Porém, fundamentada em informações limitadas que os induzem a associar o seu bem-estar à habilidade de administração do prefeito.

De acordo com especialistas, este é um dos motivos pelos quais os ocupantes de cargos eletivos junto às três instâncias do Poder Público brasileiro têm relegado o saneamento básico País afora. Fato que contribuiu para que o Brasil ocupe apenas a 112ª posição junto ao *ranking* de 200 países pesquisados pela ONU em 2016.

Esta constatação permeia uma das correntes de avaliação relativas à ausência de investimentos por parte da Sabesp/governo estadual em obras que poderiam ter aliviado a dependência da Grande São Paulo em relação ao abastecimento de água por intermédio do Sistema Cantareira.

Apesar de as recomendações constarem do documento de outorga emitido pela ANA em 2004, a companhia somente iniciou essas melhorias durante o período mais crítico de abastecimento da RMSP, em 2014, ou seja, uma década depois.

Obras com estruturas físicas grandiosas, como o rodoanel paulista e os monotrilhos paulistanos, causam impactos maiores na percepção dos eleitores, mesmo que sob o ritmo lento das construções, preços majorados em níveis estratosféricos e qualidade dos serviços sofrível; que chegam a colocar em risco a vida de operários e transeuntes.

Como foi o caso da Linha 4- Amarela do Metrô, cujo desmoronamento completou uma década neste ano, sem que responsáveis técnicos fossem condenados.

Reconhecemos a importância das duas iniciativas para a melhoria da precária mobilidade urbana dos paulistanos. Porém, há de se admitir que nada se faz mais urgente do que a instalação de redes para o fornecimento de água e a coleta de esgoto.

1.3.8- Desafios do milênio

O Relatório Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos⁴¹ deste ano, adverte que uma enorme quantidade de efluentes continua a ser descartada no meio ambiente sem a devida coleta e tratamento.

A ONU assinala que conforme a demanda por água cresce, a quantidade de produção de efluentes e o seu potencial geral de poluição também aumentam continuamente por todo o mundo. Mais de 80% dos esgotos gerados globalmente – e acima de 95% nos países menos desenvolvidos–, são descartados sem tratamento.

Os índices apontados pela organização são emblemáticos sob diversas perspectivas, inclusive sob a ótica de dividendos eleitorais. Obras de água e

⁴¹ Do original em inglês *UN World Water Development Report, Wastewater*.

esgoto não costumam ser reivindicadas pelos munícipes, e não conquistam o interesse de administradores com tendências populistas. Apesar dos benefícios que proporcionam de imediato em função de sua essencialidade a uma vida digna e salubre.

A ONU também ressalta o resultado oriundo dessa falta de cuidado em muitas regiões do mundo: água contaminada por bactérias, nitratos, fosfatos e solventes descartada diretamente em rios e lagos que desaguam nos oceanos, com consequências negativas ao meio ambiente e à saúde pública.

No texto de apresentação do relatório de 2017, a entidade considera que o volume de efluentes que necessita de tratamento se intensificará consideravelmente num futuro próximo, especialmente em cidades de países em desenvolvimento e com rápida ampliação da taxa populacional. Conclui que a geração de águas residuais é um dos maiores desafios associados à expansão de assentamentos informais (favelas) nos países em desenvolvimento.

O relatório de 2017 pondera que "os custos da melhoria da gestão de águas residuais são geralmente compensados pelos benefícios em termos de saúde humana, desenvolvimento socioeconômico e sustentabilidade ambiental".

As ações para melhorar o gerenciamento dos efluentes estão incluídas nas quatro propostas do documento denominadas "4 R": Redução da poluição na fonte; Remoção de contaminantes dos fluxos de águas residuais; Reutilização de água recuperada, e Recuperação de subprodutos úteis.

Já a Organização Mundial da Saúde (OMS), entidade ligada à ONU, alerta em seu portal da internet sobre a essencialidade da água para a vida. Diz que a quantidade de água doce na Terra é limitada, e sua qualidade está sob pressão constante.

A preservação da qualidade da água doce é importante para o abastecimento humano, produção de alimentos e uso recreativo. A qualidade da água pode ser

comprometida pela presença de agentes infecciosos, produtos químicos tóxicos e riscos radioativos.

O Brasil é signatário do documento “Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável” junto a outros 193 países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU).

A agenda foi concebida para o acompanhamento da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)⁴², que complementam os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)⁴³. Esses dois tratados são indivisíveis, uma vez que vislumbram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

A proposta dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi aprovada no dia 25 de setembro de 2015. Os ODS são como uma espinha dorsal para o alcance da Agenda 2030, e exigem o fortalecimento do compromisso global e a efetuação de ações e políticas nacionais robustas e focadas na realização dos seus 17 objetivos e 169 metas.

O sétimo objetivo do programa do milênio (ODM) é garantir a sustentabilidade ambiental, já o sexto item dentro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é mais específico e refere-se ao saneamento sob o título “Água limpa e saneamento”, e visa garantir a disponibilidade e a gestão sustentável de água e saneamento para todos.

⁴² Do inglês *Sustainable Development Goals (SDG)*.

⁴³ Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) surgiram da Declaração do Milênio das Nações Unidas, adotada pelos então 191 Estados membros no dia 8 de setembro de 2000. Foi criado sob um esforço no sentido de sintetizar acordos internacionais alcançados em várias cúpulas mundiais ao longo dos anos 1990 (sobre meio ambiente e desenvolvimento, direitos das mulheres, desenvolvimento social, racismo etc.). A Declaração trouxe uma série de compromissos concretos que, se cumpridos nos prazos fixados, segundo os indicadores quantitativos que os acompanham, deverão melhorar o destino da humanidade neste século.

Este item compreende seis metas técnicas: água potável, saneamento e higiene, gestão de águas residuais, eficiência hídrica, gestão integrada de recursos e proteção dos ecossistemas aquáticos.

Os governantes dos países membros se comprometem a empenhar esforços necessários para garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

No Brasil, o monitoramento da execução da agenda ODS está a cargo de um núcleo coordenado pelo IBGE. Porém, a meta do País relacionada à universalização dos serviços de água e esgoto avança até 2033, três além do estabelecido pelo ODS.

Uma das maiores esperanças de especialistas brasileiros em saneamento básico, a partir de janeiro de 2007, residia nos desembolsos provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)⁴⁴ voltados para a expansão do setor. As obras de saneamento básico constam, em sua maior parte, do eixo “Cidade melhor” do PAC 2⁴⁵, entretanto, outras obras de saneamento também estão incluídas no eixo “Água e luz para todos”.

Levantamento divulgado pelo Trata Brasil em 2014, mostra que no eixo “Cidade melhor”, o valor total aprovado para as benfeitorias dessa área incluídas no PAC (os chamados projetos selecionados) de 2007 a 2009 foi de R\$ 25 bilhões, e no período 2011 a 2014 foi de R\$ 24,5 bilhões. As obras de saneamento efetivamente contratadas dentro deste eixo somam R\$ 40,9 bilhões.

No núcleo “Água e luz para todos”, o total do desembolso para melhorias de água em áreas urbanas, de 2007 a 2009, foi de R\$ 9,4 bilhões e no período 2001 a

⁴⁴ Lançado em 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável.

⁴⁵ O PAC 2 revisa e complementa as ações da primeira fase, com projetos selecionados através de diálogo com os Estados e Municípios.

2014 foi de R\$ 10,6 bilhões. Nesse eixo, o total de benfeitorias de fato acordadas de água em áreas urbanas foi de R\$ 15,9 bilhões.

Os expressivos montantes monetários designados a esses dois eixos do PAC não significam que valores foram efetivamente utilizados. O Ministério das Cidades afirmou em nota ao jornal *O Globo* de 19 de março de 2014, que, nessa área, “entre 2011 e 2013, foram comprometidos R\$ 41,6 bilhões. Deste total, a média de recursos realmente pagos chega a R\$ 8,5 bilhões por ano, o restante são valores empenhados, cujos desembolsos dependem do cronograma das obras”.

O Plano Nacional de Saneamento Básico – Plansab, promulgado em 2014 pela Presidência da República, apontou a necessidade de R\$ 304 bilhões para que o Brasil tenha os serviços de água tratada, coleta e tratamento de esgotos universalizados em 20 anos (até 2033).

No mesmo dia da nota ministerial, o Instituto Trata Brasil, em parceria com o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds), publicou estudo que aponta, pela primeira vez, as nações que mais avançaram em saneamento básico a partir do ano 2000.

O Brasil ficou na 112ª posição, apesar de ser a sétima economia do mundo, o situando-se atrás de nações da América Latina - como Argentina, Uruguai e Chile -, de países árabes como Omã, Síria e Arábia Saudita, e de nações africanas, como o Egito. Segundo os dados, Tuvalu e Samoa, ambos na Polinésia, encontram-se mais bem avaliados do que o Brasil.

As entidades Trata Brasil e o Cebds destacam, contudo, que não significa que os países à frente do Brasil no levantamento sejam necessariamente mais desenvolvidos em termos de saneamento, mas, sim, que conseguiram melhorar mais no período analisado. O estudo mostra, inclusive, que, no País, houve queda no ritmo da expansão do saneamento. Nos anos 2000, era de 4,6% ao ano e nesta década está em 4,1%.

Édison Carlos, presidente- executivo do Instituto Trata Brasil, lembra que as autoridades brasileiras têm optado pela construção de postos de saúde e hospitais em vez de tratar a causa das doenças, ou seja, os esgotos jogados indistintamente na natureza e a ingestão de água contaminada.

O estresse hídrico na RMSP, em 2014, também afetou obras do PAC programadas para a diminuição do déficit do saneamento básico local. Isto é, em 2014, a Sabesp informou que algumas melhorias previstas com orçamento do PAC para o Estado haviam sido postergadas devido à crise hídrica.

À época, carta enviada pelo presidente da companhia, Jerson Kelman, em resposta a questionamentos do Trata Brasil, apresenta a seguinte explicação: “Devido à extrema escassez hídrica que assola a Região Sudeste e em especial o estado de São Paulo, fez-se necessária uma revisão no plano de investimentos da Sabesp, no qual priorizamos a execução de obras de abastecimento de água”.

Entre as benfeitorias com o início adiado na ocasião constava o sistema de coleta de esgoto no centro da capital paulista, região do Anhangabaú, estimada em R\$ 456 milhões.

A ampliação da estação de tratamento de esgoto Guaraú, em Caieiras planejada para 2014, também foi postergada. Seu orçamento girava em torno de R\$ 100,8 milhões. No total, sete projetos de saneamento foram prorrogados pela Sabesp sob a justificativa de ter de direcionar o foco em obras para o combate da crise hídrica.

Um dos grandes feitos da Sabesp nessas quatro décadas de existência, conforme auto-reconhecimento expresso no *press release* de 1º de novembro de 2016, foi ter conseguido diminuir o índice de mortalidade infantil⁴⁶, principalmente na cidade

⁴⁶ A taxa de mortalidade infantil é obtida por meio do número de crianças de um determinado local (cidade, região, país, continente) que morrem antes de completar um ano, a cada mil nascidas vivas.

de São Paulo; onde se registrou a menor taxa da história local em outubro de 2016: 10,7 óbitos para cada mil nascimentos.

A taxa média nacional de óbitos é de 22 crianças mortas por mil nascidas vivas, de acordo com os dados do último recenseamento nacional elaborado no ano de 2010 pelo IBGE. A entidade também esclarece que a mortalidade infantil no Brasil segue em declínio; na década anterior o índice era de 33,5 por mil.

De fato, o dado referente à mortalidade infantil é relevante sob vários aspectos, principalmente sob o ângulo dos esforços que ainda necessitam ser despendidos com relação à saúde pública por parte de inúmeras nações, incluindo o Brasil.

O índice também é fundamental na avaliação da qualidade de vida, pois é uma das métricas mais comumente utilizadas para aferir o grau de eficácia dos serviços públicos, entre eles, o saneamento básico. A taxa é capaz de evidenciar ainda como andam o sistema de saúde, a disponibilidade de remédios e vacinas, acompanhamento médico, educação, maternidade, alimentação adequada etc.

Em matéria publicada no *site* da Organização das Nações Unidas (ONU) em 20 de novembro de 2014, é possível verificar a importância do saneamento básico à saúde humana e ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mundial.

Diz o artigo que para cada dólar investido em saneamento básico e água, estima-se que o PIB global aumente em 1,5%, e 4,3 dólares sejam economizados em saúde no mundo.

Neste sentido, a instituição alerta para que as nações empenhem esforços para o tema, fazendo-o constar das prioridades das agendas de desenvolvimento pós-2015. Também adverte que a escassez de financiamento voltado a esses benefícios públicos é uma das causas que dificultam o progresso.

De acordo com a ONU, a falta de condições adequadas de saneamento, água e higiene torna milhões de pessoas no mundo mais suscetíveis a doenças como

diarreia – a qual indica ser a segunda maior causa de morte entre crianças abaixo de cinco anos de idade-, o cólera, a hepatite e a febre tifoide.

A entidade informa também que a disseminação do ebola na África Ocidental tem recrudescido paulatinamente pela precariedade desses serviços junto às comunidades e, em especial, às instalações médicas locais.

Segundo a ONU, cerca de 1,8 bilhão de pessoas no mundo usam fontes de água contaminadas por fezes para beber, e, a cada ano, 842 mil mortes são relacionadas a falta de saneamento e higiene, bem como ao consumo de água imprópria, aumentando a taxa de mortalidade por infecções gastrintestinais.

A diarreia situa-se entre os efeitos mais letais decorrentes deste tipo de problema de saúde pública, uma vez que é responsável pela segunda causa de morte no mundo, perdendo somente para as doenças cardiovasculares, como aponta estudo dos pesquisadores da área de gastroenterologia da Escola Paulista de Medicina (Unifesp-EPM), Luiz Chehter e Marcos Cabeça, divulgado na edição de dezembro de 2000 da Revista Brasileira de Medicina.

Verifica-se que a incidência de diarreia é maior nos países em desenvolvimento, especialmente de áreas tropicais. Entre as causas mais frequentes para as contaminações do trato gastrointestinal, das quais decorrem as diarreias, constam a falta de acesso a água adequada ao consumo, assim como a deposição, escoamento e tratamento inapropriados de fezes humanas.

Depreende-se, portanto, que o acesso universal ao saneamento básico, somado à percepção de que a água doce disponível no planeta é um recurso finito, são motivos convincentes para que as ações da Sabesp nas bolsas de valores atraiam diariamente a atenção de investidores, e que a empresa seja considerada a joia da coroa, isto é, do governo do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO 2

O VEÍCULO ESTADÃO, MÃO DE OBRA JORNALÍSTICA E FONTES

Nesta fase do trabalho, traçamos os perfis empresarial e editorial do Estadão, o tipo de atenção que dispensa a dois dos maiores partidos políticos brasileiros (PSDB e PT), e os aspectos de sua produção à luz da ideologia eleita pelos proprietários. Precedemos também à análise de cobertura jornalística, conforme protocolo de SILVA e MAIA (2011) constante do último capítulo, por meio da análise quantitativa de alguns dos tópicos do corpus total do trabalho em pauta.

2.1. Perfis corporativo e editorial do *Estadão*

Trata-se o *Estadão* de um meio de comunicação digital com circulação diária, pertencente ao centenário Grupo Estado (GE), de propriedade da família Mesquita. O carro-chefe do GE, o jornal *O Estado de São Paulo* (OESP), situa-se entre os três maiores veículos do país, com tiragem diária média - de segunda-feira a domingo -, de 165.740 exemplares⁴⁷.

É em São Paulo que se localiza o maior mercado leitor do GE, onde foi campeão de vendas dentro da categoria impressa, em 2014, de acordo com matéria de autoria do jornal e na qual cita dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC)⁴⁸.

O jornal digital *Estadão* foi criado em março de 2000 como resultado da fusão dos sites da Agência Estado, *O Estado de São Paulo* e *Jornal da Tarde*, e encontra-se hospedado no endereço www.estadao.com.br, constituindo-se em um informativo em tempo real.

⁴⁷ Fonte: <http://publicidade.estadao.com.br/estadao/estadao-dados-de-mercado/>

⁴⁸ Fonte: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,estado-e-lider-em-circulacao-em-sao-paulo-imp-,1171231>

Segundo o próprio jornal, em 2014 o veículo ultrapassou a marca de 80 milhões de visualizações posicionando-se entre os líderes em consultas do jornalismo informatizado no Brasil.

O código de conduta e ética empresarial⁴⁹ adotado pelo Grupo Estado, entre outros pontos, afirma que sua missão editorial tem como compromisso “a luta pela defesa da liberdade de expressão e de imprensa, a promoção da livre iniciativa, da justiça e a permanente busca da verdade. ”

Mais adiante acrescenta que “como grupo empresarial do setor de comunicação e informação, persegue a eficiência, a modernidade, a criatividade e a rentabilidade, pré-requisitos da sua independência informativa e editorial. ”

Sobre sua missão jornalística, o grupo diz que a mesma traduz a sua própria identidade. Ou seja, é a “visão opinativa a respeito dos principais acontecimentos, sempre fiel à missão editorial e às orientações aprovadas pelo seu Conselho de Administração. ”

Portanto, justifica-se ainda a presente análise em função de se constatar convergências ideológicas entre o jornal e a legenda política à qual o governador é vinculado, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

É em São Paulo onde, potencialmente, se localizam os maiores anunciantes dos jornais do Grupo Estado, representando significativa fonte de renda à entidade.

Ressalta-se, entretanto, que este estudo não se deterá na questão econômica; apesar de reconhecer que a mesma estará presente na linha mestra do raciocínio que o guiará. Dentro da perspectiva teórica, procurará situá-lo sob o aspecto ideológico.

⁴⁹ Disponível em http://www.estadao.com.br/ext/codigoetica/codigo_de_etica_miolo.pdf

Soma-se, principalmente, às argumentações acima, o fato de o Grupo Estado se caracterizar como um dos poucos empreendimentos da grande imprensa brasileira a posicionar-se de forma ostensiva a favor da legenda política de Geraldo Alckmin.

Corroborando para esta tese o editorial de veículo *O Estado de São Paulo*, publicado em 25 de setembro de 2010, sob o título "O mal a evitar"⁵⁰. Na coluna em questão, os editores declararam abertamente apoio ao candidato José Serra (PSDB) que concorria à presidência do Brasil no mesmo ano. De acordo com o texto, Serra era o postulante com a melhor possibilidade de evitar "um grande mal para o País".

O artigo criticava o presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), pelas suas acusações de que a imprensa brasileira estaria se comportando "como um partido político" e pela "escandalosa deterioração moral" de seu governo.

2.2. O Estadão e a produção de notícias

Por analogia, é possível apropriar-se do pensamento de Louis Althusser (1996), filósofo francês de origem argelina, no tocante ao enquadramento estrutural dos veículos de comunicação na contemporaneidade.

O *Estadão*, enquanto uma empresa de comunicação que integra o sistema vigente dos meios de produção, em sua práxis diária reproduz as orientações estéticas e ideológicas, entre outras, normatizadas por seu proprietário, o Grupo Estado. Logo, a sua prática produtiva, enquanto participante de uma formação social capitalista, pode ser entendida como um:

(...) modo de produção dominante. Podemos dizer que o processo de produção põe em movimento as forças produtivas existentes em e sob a vigência de relações produtivas definidas (ALTHUSSER.1996, p.105).

⁵⁰ <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,editorial-o-mal-a-evitar,615255>

Conclui-se que seria ingenuidade afirmar categoricamente que o trabalho jornalístico realizado pelos veículos de comunicação do Grupo Estado dá-se de forma isenta.

Afinal, ao relatar os fatos, não o executa de maneira livre de seu viés editorial pré-determinado e/ou unicamente regido pelo repertório cultural, no sentido *lato*, de seus repórteres; que, em primeira instância, são quem de fato entram em contato direto com os acontecimentos.

Por se tratar de um empregador que faz parte de uma formação social dentro de um contexto capitalista, assinala-se ainda, em concordância com Althusser, que:

(...) o mesmo tempo que produz, e para poder produzir tem que reproduzir as condições de sua produção. Portanto, tem que reproduzir:

1. as forças produtivas;
2. as relações de produção existentes. (Idem)

Esta análise, entretanto, ficaria incompleta se fosse citado apenas o processo de produção –mesmo que de forma rápida-, sem mencionar como acontece a qualificação da força de trabalho; já que uma não existe sem a outra.

Seguindo a teoria althusseriana, pode-se admitir que, conforme a maioria dos empreendimentos do mundo capitalista, o *Estadão* também se vale do processo de capacitação da mão de obra obtida através do sistema educacional, de outras instâncias e instituições (1996), voltado ao atendimento de suas demandas capitalistas para a composição do quadro funcional de seu setor de redação. Logo, como mencionado acima, a força de trabalho do *Estadão* é habilitada para servir aos interesses prioritários do capital.

Considera-se ainda que o profissional, por mais competente que seja em seu *savoir faire*, exerce suas funções submetendo-se aos regramentos determinados pelo código de conduta e às orientações editoriais. Aquele, um documento disponibilizado aos jornalistas que se constituem na mão de obra que desempenha as atividades fins do *Estadão*: a transformação dos fatos de interesse dos cidadãos no formato de notícias.

Neste sentido, assinala-se que seria ingênuo esperar encontrar matérias jornalísticas de conteúdos neutros nas páginas do *Estadão*, sem que por suas linhas corram uma visão de mundo e crenças que lhe são peculiares; seja explícita ou implicitamente.

Assim, a reprodução da força de trabalho revela, como sua condição *sine qua non*, não apenas a reprodução de sua 'qualificação', mas também a reprodução de sua submissão à ideologia dominante ou da 'prática' dessa ideologia, com a ressalva de que não basta dizer 'não apenas, mas também', pois está claro que *é nas formas e sob as formas da sujeição ideológica que se assegura a reprodução da qualificação da força de trabalho.* (ALTHUSSER.1996, p. 109).

Compreende-se que o ato de apurar os fatos e transformá-los em notícias não acontece de forma automatizada, e em função apenas da qualificação técnica da força de trabalho e de seu contexto cultural. Esta também tem de se sujeitar à ideologia do empregador para que suas práxis não sejam destoantes.

Ao se enveredar no tratado sobre ideologia, elaborado por Althusser, identifica-se o setor da informação (imprensa, rádio, TV etc.), como um Aparelho Ideológico de Estado (AIE), uma vez que funciona predominantemente pela ideologia.

Segundo o autor, há outros AIEs que se regem por padrões ideológicos definidos como o AIE familiar, o jurídico, o escolar, o religioso, o político, o sindical e o cultural.

O teórico também indica mais uma categoria de aparelhos de Estado, as quais nomeia de Aparelhos Repressivos de Estado (ARE). Ao contrário dos AIEs, estes (governo, ministérios, polícia, exército, tribunais, presídios) atuam prioritariamente através de ações repressivas.

Cabe a ressalva, como assinala o próprio Althusser, que tanto um quanto o outro resvalam seus atos no sentido oposto em inúmeras situações. Isto é, há ocasiões nas quais os AIEs chegam a utilizar-se de mecanismos de 'violência', assim como os AREs a pautar-se pela ideologia.

Retomando a questão, esta teoria althusseriana esclarece ainda que enquanto os AREs são de domínio público, os AIEs se materializam em instituições privadas de diferentes matizes e crenças. E, é justamente neste setor, dos AIEs, que se enquadra a maioria dos meios de comunicação ocidentais, como o próprio *Estadão*; objeto desta análise.

Mais uma observação de Althusser enriquece o debate ora proposto. Trata-se daquela que diz respeito à “união do corpo aparentemente desconexo dos AIEs” (1996):

No entanto, esse comentário nos leva a compreender o que constitui a união de corpo aparentemente desconexo dos AIEs. Se os AIEs “funcionam” maciça e predominante pela ideologia, o que unifica sua diversidade é precisamente esse funcionamento, na medida em que a ideologia pela qual eles funcionam é sempre efetivamente unificada, a despeito de sua diversidade e suas contradições, sob a *ideologia dominante*, que é a ideologia da “classe dominante”. (Ibidem, p.116).

Depreende-se deste enunciado que, no sentido amplo da acepção, uns AIEs legitimam os outros ideologicamente, tendo a manutenção da ordem assegurada pelo ARE. E isso acontece por haver leis e tratados, muitas vezes alinhavados tacitamente, entre os próprios AIEs e destes com os AREs.

Dessa forma, entre os aspectos que perpassam o cotidiano da sociedade, fica, sobretudo, a garantia da reprodução da produção de trabalho centrada na geração de riquezas em atendimento aos objetivos do capital dominante. Para arrematar esta questão, recorre-se mais uma vez a Althusser valendo-se da seguinte afirmação:

Ao que saibamos, nenhuma classe é capaz de deter o poder estatal por um período prolongado sem, ao mesmo tempo, exercer sua hegemonia sobre e dentro dos Aparelhos Ideológicos de Estado. Basta-me como prova apenas um exemplo: a angustiada preocupação de Lênin de revolucionar o AIE Educacional (entre outros), simplesmente para possibilitar ao proletariado soviético, que havia tomado o poder estatal, assegurar o futuro da ditadura do proletariado e a transição para o socialismo (Idem).

Hoje, há autores que atualizam o pensamento althusseriano, como o Professor Robert W. Mcchesney (2005, p. 246), do *Institute of Communication Research* da *University of Illinois*. Ele argumenta que no contexto contemporâneo, marcado pela globalização capitalista, a relação Estado e grandes empresas é mais complexa, situação que afeta, inclusive, a mídia.

Para ele, na contemporaneidade, os atores principais são as grandes empresas. Pondera que a globalização tem sido um dos principais agentes das transformações verificadas no campo midiático.

Mcchesney avalia que a mundialização só se concretiza nos termos atuais em função da forma de atuação dos conglomerados de comunicação, onde:

O primeiro poder é o econômico e financeiro, e o segundo é o poder midiático. Porque o poder midiático, da maneira como defino, é o aparato ideológico da globalização. É o sistema, que em certa medida, constitui o modo de inscrever, no disco rígido de nosso cérebro, o programa para que aceitemos a globalização. Esse sistema ideológico, esse aparato midiático em seu conjunto (...) (MCCHESENEY, 2005, p. 246).

Ao observarmos a assertiva do autor sobre os aspectos da globalização, podemos destacar que a questão ideológica vigente no Brasil compactua com os termos propostos por esta visão de mundo. Inclusive, não só do ponto de vista das empresas públicas. O exemplo que podemos citar neste trabalho, para não fugir dos atores envolvidos na trama hídrica, é o da própria Sabesp.

Desde que a empresa passou a ser administrada pelos governos do PSDB, explicitamente favoráveis à ideologia capitalista-neoliberal, teve seu patrimônio fatiado em ações e disponibilizado para comercialização não só em território nacional, mas, também, na meca das megaoperações mercantis dos dias atuais: a bolsa de valores de Nova York (NYSE).

Adentrando-se no fundamento primordial desse ideal - a geração de lucro -, não é de se estranhar que entre efetuar obras fundamentais ou pagar os dividendos aos acionistas, o governo estadual ficou com a segunda opção.

E, este é um dos motivos que especialistas em saneamento apontaram como um dos desencadeadores para a ausência de água nas torneiras dos consumidores paulistanos em 2014. Nota-se que a prática indica uma mudança de foco sobre o que é essencial ao Estado e o motivo de sua existência.

Para além do conceito de Aparelhos Ideológicos do Estado e Aparelhos Repressivos de Estado de Louis Althusser, também se avalia conveniente dialogar com Pierre Bourdieu para fundamentar a análise do tema aqui proposto.

Bourdieu, sociólogo francês e filósofo por formação, em sua obra intitulada *Sobre a televisão*, publicada no Brasil em 1997, opta por iniciar o capítulo dois, denominado *A estrutura invisível e seus efeitos*, com considerações a partir da invocação da noção técnica do que compreende por campo jornalístico.

(...) O mundo do jornalismo é um microcosmo que tem leis próprias e que é definido por sua posição no mundo global e pelas atrações e repulsões que sofre da parte dos outros microcosmos. Dizer que ele é autônomo, que tem sua própria lei, significa dizer que o que nele se passa não pode ser compreendido de maneira direta a partir de fatores externos (BOURDIEU. 1997, p. 55).

Porém, como afirma Bourdieu mais adiante em sua obra, o microcosmo por ele estudado, que é o da televisão, não tem suas relações de força visíveis aos olhos da maioria dos demais microcosmos com os quais e para os quais empreende.

O mesmo pensamento pode ser aplicado ao jornalismo de plataforma virtual, como o *Estadão*, que figura entre os grandes veículos da imprensa brasileira.

Entretanto, como atesta Ignacio Ramonet (2005, p.233), a mão de obra do campo jornalístico não é somente usada para os fins da produção de informação. Em sua crítica à concentração das empresas de comunicação pelos grupos oligárquicos, Ramonet cita que, até mesmo nos mercados com perfil mais concorrencial, há balizadores explícitos à “geração de meios democráticos”, já que os grandes interesses infringem qualquer noção de imprensa livre em termos liberais.

Ramonet assinala que um dos argumentos que usam para barrar esse acesso é fundeado, entre outras justificativas, na qualidade do jornalismo que apresentam a seus públicos. Alardeiam que suas redações contam com profissionais gabaritados e imparciais às disputas do mercado empresarial pelas entidades correlatas, apesar de a realidade se apresentar de forma contrária.

(...) a alegação que a mídia tem apresentado para responder pela falta de competição vem sendo a ideia de que jornalismo estaria sob o controle de jornalistas profissionais experientes que seriam neutros e não tomariam partido. Este argumento é falacioso, porque o poder permanece nas mãos dos proprietários e a já escassa prerrogativa para se ir contra os seus interesses políticos e comerciais diminuiu na última década, como documentou a *Management Review* de novembro de 2000 (RAMONET, 2005, p.233).

O autor comenta ainda que a ausência de autonomia da força de trabalho do campo jornalístico é unicamente a porção mais manifesta das alterações pelas quais a mídia e a comunicação passaram desde que começaram a ser administradas segundo as orientações neoliberais.

Althusser executou o enquadramento do jornalismo em um AIE e Bourdieu o identificou como um campo específico. Convém ressaltar que Bourdieu define os diferentes campos como espaços sociais estruturados, como a seguir:

(...) um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. (Idem)

Essa luta, à qual Bourdieu se refere dentro do sistema capitalista dá-se prioritariamente pela busca de prestígio, que visa garantir o exercício de poder junto à sociedade. O autor também identifica poderes sociais fundamentais:

(...) em primeiro lugar o capital econômico, em suas diversas formas; em segundo lugar o capital cultural, ou melhor, o capital informacional também em suas diversas formas; em terceiro lugar, duas formas de capital que estão altamente correlacionadas: o capital social, que consiste de recursos baseados em contatos e participação em grupos e o capital simbólico que é a forma que os diferentes tipos de capital toma uma vez percebidos e reconhecidos como legítimos." (Ibidem, p.4).

A questão é inerente à sociedade mercantilista como um todo. A classe dominante é constituída pelos proprietários do capital, que detêm os meios de produção, e os dominados são os proletários. Estes são remunerados por sua força de trabalho. Estrutura idêntica é observada junto ao *Estado*.

Bourdieu cita como exemplo o peso que a estrutura do campo exerce sobre seus profissionais ao citar o que se passava, na década de 1990, nas televisões francesas. Questões que – como em outros campos sociais –, passam ao largo dos olhos de seus públicos de relacionamento, incluindo aqueles que recebem o produto acabado, isto é, pronto para o consumo.

Esta estrutura não é percebida nem pelos telespectadores, nem pelos jornalistas; eles percebem-lhe os efeitos, mas não veem a que ponto o peso relativo da instituição na qual se encontram pesa sobre eles, assim como seu lugar e seu peso nessa instituição. Para tentar compreender o que pode fazer um jornalista, é preciso ter no espírito uma série de parâmetros: de um lado a posição do órgão de imprensa no qual ele se encontra, TF1 ou Le Monde, no campo jornalístico; em segundo lugar, sua própria posição no espaço de seu jornal ou de sua emissora (Ibidem, p. 57).

Ressalta-se, contudo, que a mão de obra que não se adequa à ideologia do capital e de seus proprietários não costuma perdurar junto ao quadro funcional. E as redações dos veículos de comunicação não fogem à regra. Não interessam vozes divergentes à sua visão de mundo da classe dominante.

É de conhecimento que dentro do campo jornalístico, ou seja, no interior desse espaço, há relações permanentes de desigualdade. Guy Debord, crítico confesso da mídia, reitera a tese bourdieusiana ao afirmar:

(...). Convém não esquecer que toda pessoa da mídia, por salário ou por outras recompensas, sempre tem um patrão, senão vários; toda pessoa da mídia sabe que pode ser substituída (DEBORD.1997, p.179).

Entretanto, deve-se considerar que esta investigação ficaria incompleta se fosse deixado de lado o conceito de *habitus* idealizado por Pierre Bourdieu. O tema é pertinente para a compreensão, mesmo que breve, dos atores coadjuvantes da trama hídrica e os papéis que desempenharam na interlocução com o governador Geraldo Alckmin, através das páginas do *Estadão*. Sejam eles repórteres, opositores políticos, leitores, manifestantes entre outros. Sobre *habitus*, teoriza Bourdieu:

(...) sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações, e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas que permitem resolver os problemas da mesma forma e graças às correções *incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidas por estes resultados* (BOURDIEU, Pierre. In: ORTIZ, Renato Org. Pierre Bourdieu Sociologia. São Paulo: Ática. 1983. pg. 65).

Compreende-se, portanto, que Bourdieu destaca que, enquanto indivíduos, todos são frutos de um certo princípio gerador e unificador de suas práticas. Ou seja, é o *habitus* que orienta o *status quo* dentro do espaço social que se ocupa, assim como arbitra as preferências estéticas, linguísticas, corporais etc. As escolhas, segundo o autor, são referenciadas a partir do ponto de vista social, independente do grau de sofisticação das mesmas.

Assim, a visão de mundo de um velho marceneiro, sua maneira de gerir seu orçamento, seu tempo, seu corpo, seu uso da linguagem e suas escolhas indumentárias estão inteiramente presentes em sua ética do trabalho escrupulosa e impecável, do cuidado, do esmero, do bem-acabado e em sua estética do trabalho pelo trabalho o que o faz medir a beleza do produto pelo cuidado e paciência que exigiram. *Pars totalis*, cada dimensão do estilo de vida simboliza todas as outras (BOURDIEU.1997, p.84).

Sem a pretensão de esgotar a análise de como se dá a práxis jornalística do *Estadão* neste único trabalho, julga-se conveniente continuar com Bourdieu

(1997), em função de o mesmo afirmar que dentro de cada campo há dominados e dominantes.

Verifica-se, entretanto, que isto não é diferente dentro do campo jornalístico. No interior desse espaço há relações permanentes de desigualdade. Guy Debord, crítico confesso da mídia, reitera a tese bourdieusiana ao afirmar:

(...). Convém não esquecer que toda pessoa da mídia, por salário ou por outras recompensas, sempre tem um patrão, senão vários; toda pessoa da mídia sabe que pode ser substituída (DEBORD.1997, p.179).

Os atores implicados na trama do *corpus* deste trabalho devem ser considerados, segundo a visão bourdieusiana, como sujeitos que se expressam e atuam em conformidade com seus campos, em especial o jornalístico e o político. Também devem ser entendidos dentro do conceito de *habitus*, conforme tratado do mesmo autor.

2.3. Os campos jornalístico e político

A definição de campo formulada por Bourdieu orienta para a compreensão da intersecção entre mídia e política. Dois universos (campos) diferentes, mas que acabam por ingerir-se um no outro.

Observa-se que a formação da agenda pública representa importante matéria-prima à imprensa, pois é a fonte onde, na maioria das vezes, esta busca a geração do fato político midiático.

Por outro lado, nota-se que os meios de comunicação exercem forte peso dentro da esfera política, uma vez que a presença constante na mídia ajuda no reforço público da imagem daqueles que aspiram a cargos eletivos. Mas, o contrário também é verdadeiro, o poder do campo jornalístico é incomensurável em se tratando da desconstrução de uma imagem pública.

Assim como a mídia tem em suas mãos uma arma que lhe garante vantagens sobre o campo político, há de se considerar que os veículos de comunicação também dependem deste setor não apenas para a formação de sua pauta. O campo político tem sob sua alçada uma das maiores verbas do setor publicitário, capaz de assegurar a sobrevivência de muitas empresas de comunicação.

Contudo, ao se retomar um dos conceitos de Althusser, há de se considerar que, uma vez de posse de um dos poderes constituídos, a figura pública consegue com mais facilidade usurpar-se do posto que lhe fora conferido para colocar os mecanismos de punição do Estado, os AREs, para agir a seu favor; mesmo dentro de um sistema democrático de direitos.

Adverte-se que esta se constitui em uma das ameaças mais temidas pelos veículos de imprensa, em especial quando materializada na forma de censura. O *OESP*, por exemplo, vive sob esse tipo de repressão desde 2009, apesar de o Brasil se autointitular uma nação democrática.

Nesse ano, o desembargador Dácio Vieira, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), proibiu o jornal *O Estado de S. Paulo* e o portal *Estadão* de publicar reportagens com informações da Operação Fator, mais conhecida como Boi Barrica.

O recurso judicial, que pôs o jornal sob censura, foi apresentado pelo empresário Fernando Sarney, filho do ex-presidente da República José Sarney (PMDB) que, à época, presidia o Senado e esteve no centro de uma crise política no Congresso.

Apesar de aos olhos da Justiça o assunto ter sido tratado pelo filho de José Sarney, do ponto de vista da opinião pública ficou claro que o fato se deu por ingerência do próprio senador.

Depreende-se, portanto, que a ambos os campos interessa o estabelecimento de relações e acordos, mesmo que tácitos, para que os respectivos *status quo* não sejam ameaçados.

2.4. Públicos-alvo

O *Estadão*, dentro da editoria *São Paulo*, tem como público-alvo os leitores paulistas, pois executa a cobertura dos fatos diretamente conectados à metrópole. Já a seção *Política* direciona-se a uma plateia mais ampla: os leitores brasileiros. Verifica-se que desde o início de 2014, a escassez hídrica paulista também passou a ser tema dessa editoria.

Entretanto, deve-se considerar que, por se tratar o *Estadão* de um veículo hospedado na rede mundial de computadores, todas as suas seções podem ser lidas a qualquer momento e em qualquer lugar do mundo, bastando o usuário conectar seu dispositivo eletrônico à rede mundial de computadores (Internet).

O público-alvo da Sabesp, a atriz principal da cobertura do *Estadão* sobre o estresse hídrico, se constituiu na população por ela atendida dentro da RMSP, ou seja, aproximadamente 20 milhões de pessoas. Foi a esta considerável audiência que os porta-vozes da Sabesp se dirigiram no período para oferecer à opinião pública as suas versões sobre o problema.

Cabe lembrar que 2014 foi um ano crítico para a administração pública estadual, pois sua imagem e credibilidade estiveram sob a ameaça de ruir perante o maior colégio eleitoral do País. A crise de abastecimento de água apresentou-se como séria ameaça aos planos do governador Geraldo Alckmin, que ansiava pela reeleição ao Palácio dos Bandeirantes, uma vez que 2014 foi ano de eleições majoritárias.

2.5. Análise quantitativa preliminar (*corpus totalis*)

A avaliação do *corpus* em questão se realizou, primeiramente, na seleção das matérias publicadas pelo jornal digital *Estadão* sobre a escassez de água na Região Metropolitana de São Paulo entre 15 de maio e 31 de dezembro de 2014.

Para forjar tal intento, utilizamos a ferramenta de busca do seu portal na Internet e a alimentamos com palavras-chave como crise hídrica, Sabesp, Cantareira, entre outras.

A pesquisa resultou em 385 pautas cumpridas junto às editorias *São Paulo* e *Política*, que são as que de fato nos interessa nesta análise. A primeira produziu 305 matérias, enquanto a segunda foi responsável por 80 publicações em mencionado recorte de tempo.

Após esta primeira triagem, procedemos à leitura das mesmas a fim de identificar as fontes consultadas e a quantidade de enunciados que lhes fora destinada individualmente.

Ao se constatar o peso desproporcionalmente maior que foi atribuído ao papel de fonte ao governador Geraldo Alckmin em relação às demais consultadas, decidimos realizar uma nova classificação.

Dessa vez, procuramos nos inteirar do teor de suas narrativas e os possíveis motivos que teriam levado o *Estado* a priorizar a sua fala em detrimento dos demais comentadores, que também poderiam ter contribuído na divulgação, no diálogo/mediação entre os vários atores sociais diretamente implicados na trama. Neste sentido, tratamos de conhecer as fontes elencadas pelo jornal além de Alckmin e os seus enunciados.

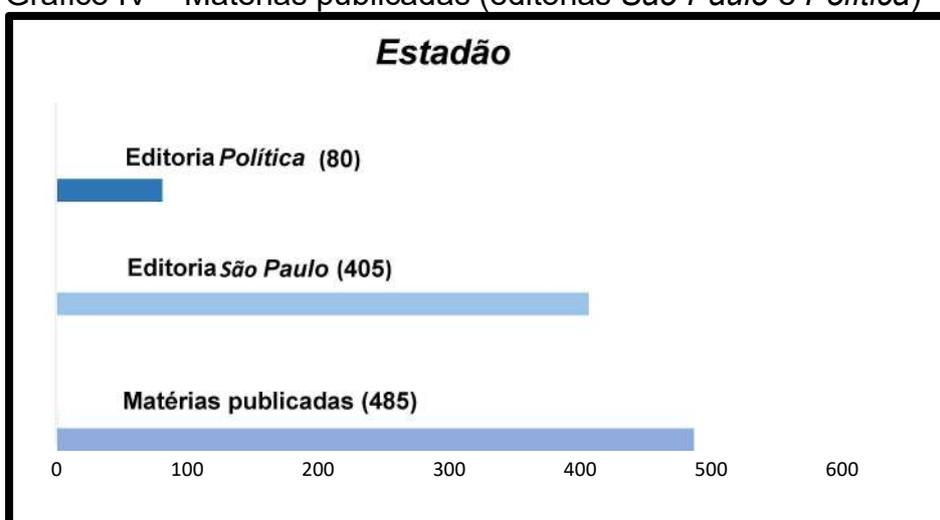
Consideramos que a diversificação e equanimidade das fontes cooperaria para o entendimento mais amplo dos leitores do *Estado* sobre os fatos que implicam em suas rotinas e que fogem de seus controles por serem geridos pelo Poder Público constituído.

Também procuramos identificar os repórteres que estiveram envolvidos na cobertura executada pelas duas editorias em função de, num primeiro momento, termos nos atentado sobre a constância da assinatura de alguns repórteres na

cobertura da pauta hídrica, apesar de *Estadão* não contar com o papel de setoristas nos dois cadernos avaliados.

Quantificamos a participação dos jornalistas de cada uma das seções para verificar se os editores consideraram o assunto como merecedor do destaque de setoristas; que são profissionais com conhecimento mais apurado sobre pautas cobertas e cujo objetivo é oferecer aos leitores notícias com abordagens mais aprofundadas.

Gráfico IV – Matérias publicadas (editorias *São Paulo* e *Política*)

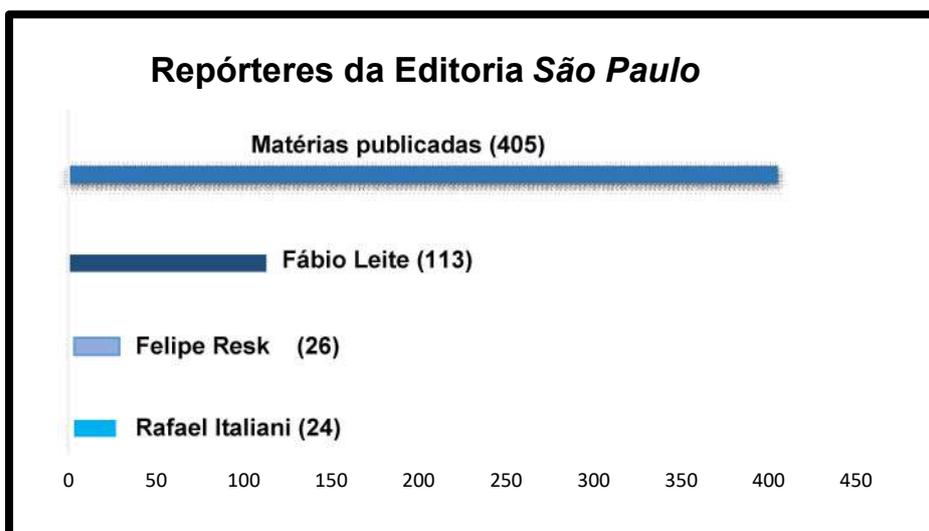


Conforme explicitado anteriormente, na cobertura realizada pelo *Estadão* sobre a crise hídrica, entre 15 de maio e 31 de dezembro de 2014, as editorias *São Paulo* e *Política* efetuaram o total de 485 matérias; 405 e 80, respectivamente.

Isto significa que 83,5% do total das pautas foram desenvolvidas pela seção que cobre as questões da cidade, enquanto 13,5% pelo caderno responsável pela divulgação dos fatos políticos.

2.6. Editoria São Paulo

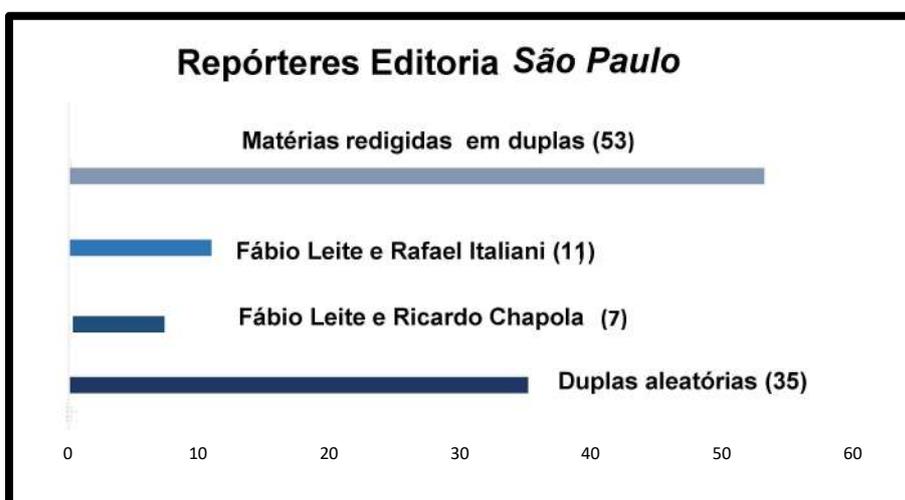
Gráfico V- Repórteres da editoria *São Paulo*



O jornalista Fábio Leite foi o profissional mais constante na cobertura da crise pelo *Estadão*. Escreveu, individualmente, 113 matérias para a editoria *São Paulo* do total de 405 publicadas. Ou seja, quase 28% das notas foram elaboradas por um único repórter. Leite redigiu outras 26 em parceria com jornalistas do setor.

Felipe Resk e Rafael Italiani foram responsáveis por 26 e 24 notícias, respectivamente.

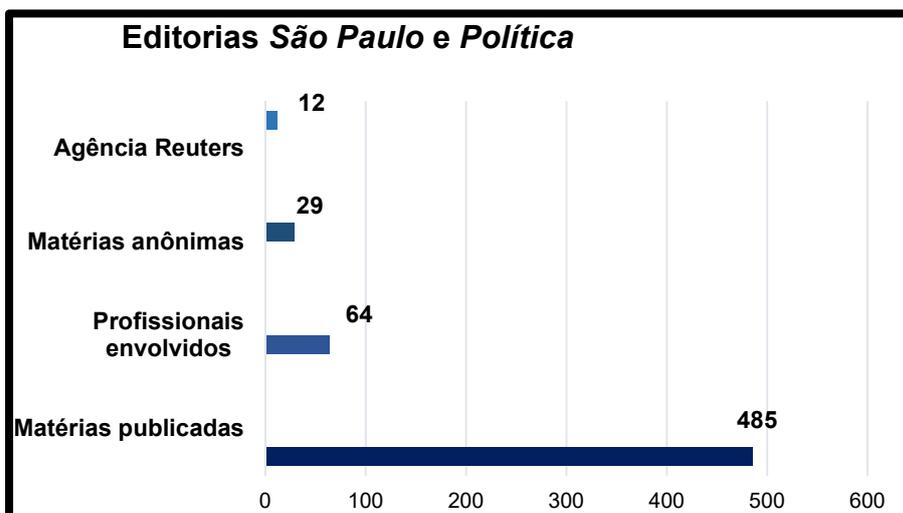
Gráfico VI - Repórteres e suas coberturas na editoria *São Paulo*



Somam-se 35 as matérias elaboradas em pares, representando 9% do total das notícias publicadas. Houve casos de até quatro profissionais estarem envolvidos na redação de uma única matéria. As duplas mais constantes foram Fábio Leite e Rafael Italiani, com 11 notícias, outras sete notas foram escritas em conjunto por Fábio Leite e Ricardo Chapola.

2.7. Editorias São Paulo e Política

Gráfico VII – Notícias de terceiros e anônimas (editorias *São Paulo* e *Política*)

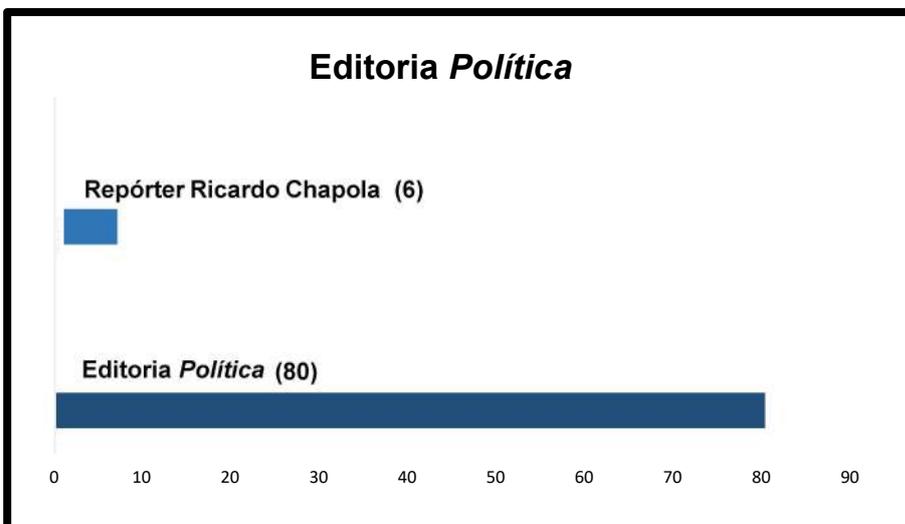


Entre as duas editorias estudadas, verifica-se que o *Estadão* disponibilizou 64 profissionais para o cumprimento das pautas sobre a crise de fornecimento de água.

Apenas 12 matérias das 485 publicadas foram compradas de agência de notícia (Reuters). O total de notícias anônimas, isto é, sem a assinatura de seu redator chegou a 29.

2.8- Editoria Política

Gráfico VIII – Repórteres da *Editoria Política*



Compreende-se que a seção *Política*, ao contrário da editoria *São Paulo*, não optou por destinar repórter específico para acompanhar o desenrolar da trama hídrica em seus aspectos mais amplos.

Diferentes profissionais se alternaram na cobertura dos postulantes aos palácios dos Bandeirantes e ao do Planalto durante o período eleitoral de 2014, sendo que, em algumas dessas situações, retornaram à redação com pautas sobre a crise hídrica.

Nesta seção, atenta-se ainda para o fato de que houve maior rotatividade entre os repórteres na elaboração das matérias que tiveram a crise hídrica como pano de fundo da corrida eleitoral de 2014.

Ricardo Chapola foi o mais frequente, escreveu seis das 80 notícias, ou seja 7,5% das publicações sobre o assunto neste caderno. Ficou constatado ainda que Chapola se dividiu entre as duas seções do *Estadão* aqui estudadas, redigiu suas notas tanto do ponto de vista editorial voltado ao público em geral como da perspectiva política.

2.9. Fontes ouvidas

Nesta primeira abordagem sobre as fontes usadas pelo *Estadão*, procuramos levantar apenas a participação de duas delas em especial: a oficial, representada pelo governador Geraldo Alckmin e a cidadã. Esta composta pela sociedade civil organizada e não organizada.

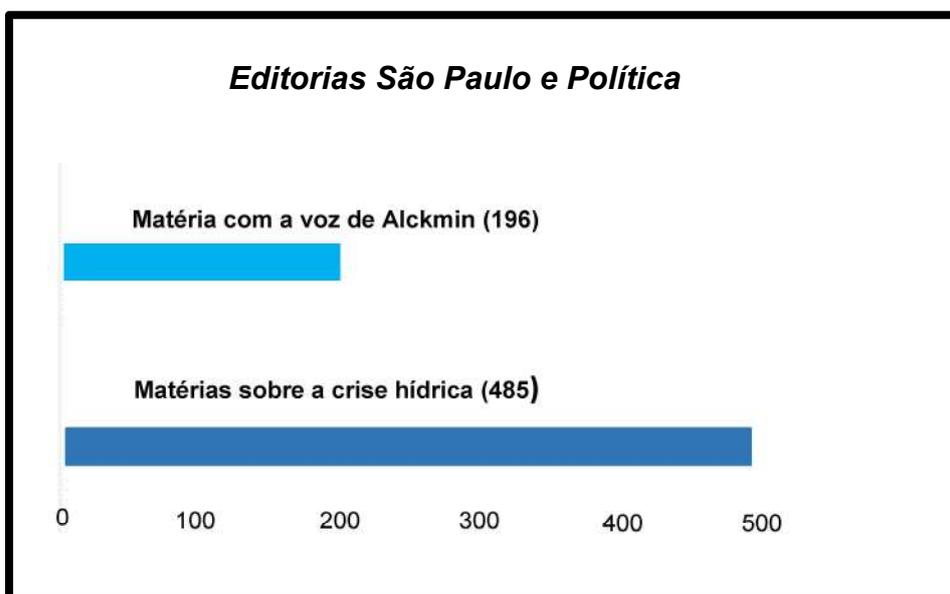
As entidades civis organizadas são aqui retratadas pelos movimentos que se manifestaram publicamente contra a falta de água e por duas associações de bairros.

Com relação à sociedade civil, convém ressaltar que optamos por totalizá-la em um só item a título de facilitar a visualização e pela dicotomia público x civil.

Esta primeira verificação se deu em função de a leitura inicial do *corpus* já ter realçado a discrepância de oportunidades dada aos comentadores nas páginas do *Estadão*.

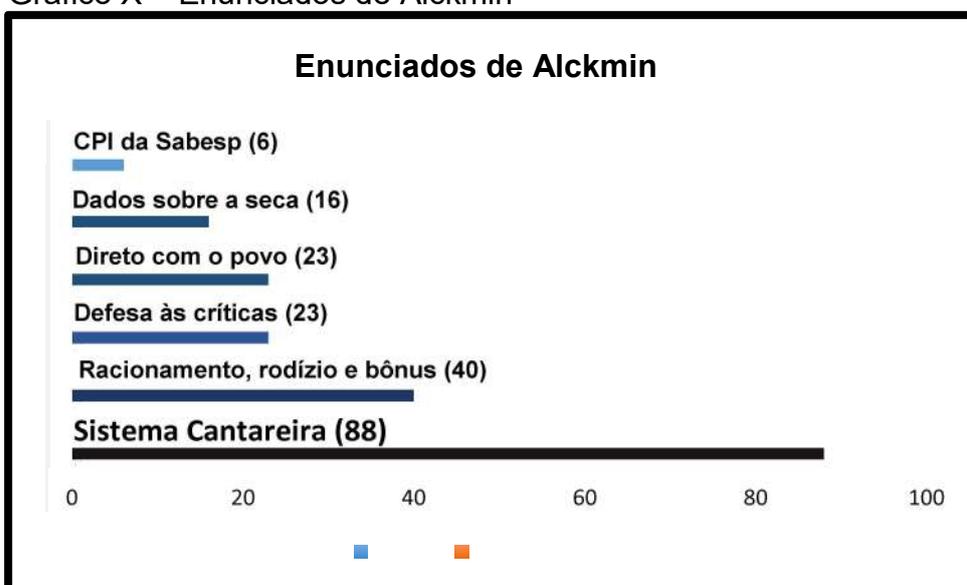
Entretanto, salientamos que todos os aspectos levantados nesta primeira sondagem serão devidamente analisados no último capítulo.

Gráfico IX – Fonte oficial (Geraldo Alckmin)



Do total de 485 matérias, 196 contêm manifestações verbais proferidas pelo governador Geraldo Alckmin relacionadas aos problemas de abastecimento de água da Grande São Paulo. O fato evidencia que os enunciados de Alckmin estiveram presentes em 40% das matérias sobre a escassez de água junto às duas editoriais.

Gráfico X – Enunciados de Alckmin



2.10. Sistema Cantareira e obras

O tema mais frequente nas falas de Geraldo Alckmin foi a questão de obras e investimentos para tentar minimizar os problemas da falta de água nos sistemas que abastecem a Região Metropolitana de São Paulo.

2.11. Racionamento e bônus

Alckmin também dispensou atenção aos assuntos relacionados ao racionamento e bônus, incluindo todas as implicações relativas aos dois temas, mereceram 40 menções no *Estadão*.

Bônus foi o nome dado pela Sabesp aos descontos fornecidos no valor da fatura de água proporcionais à economia registrada no mês, cuja base vinculou-se ao consumo médio dos 12 meses anteriores.

2.12. Defesa contra às críticas e interlocução com a população

Apesar de separar o item em dois campos (defesa às críticas e interlocução com a população), o alvo das mensagens de Alckmin em ambos os casos foi apenas um dentro do contexto do *corpus* desta pesquisa: o eleitor paulista.

Nota-se que Alckmin inculcou o mesmo peso nas manifestações que fez para a defesa de sua gestão e da Sabesp contra as críticas dos adversários, bem como para a interlocução, a priori, com o público paulista. Cada uma delas mereceu a atenção do governador 23 vezes.

2.13. Seca

O *Estadão* divulgou 16 enunciados do governador diretamente relacionados ao longo período de estiagem verificado no Estado de São Paulo. O tema permeou as justificativas usadas por Alckmin para a escassez de água nos reservatórios da Sabesp na Grande São Paulo.

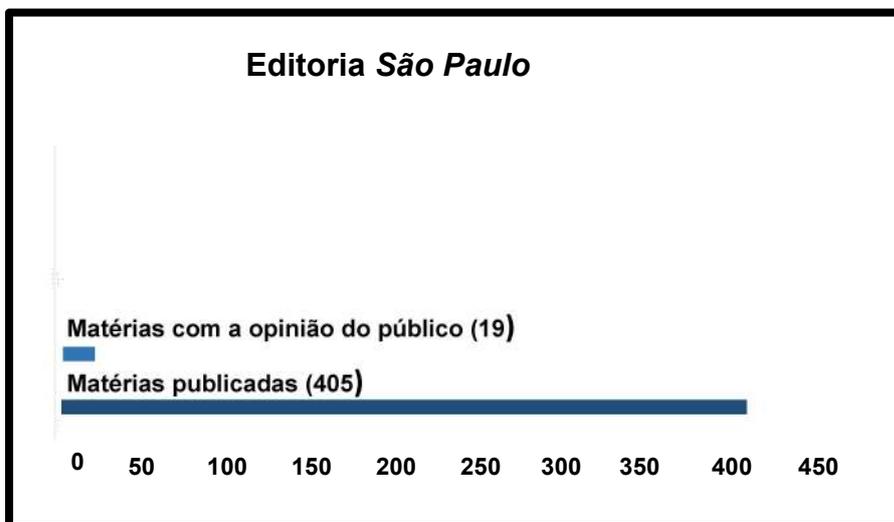
Ressalta-se que o fenômeno climático, de fato, se estendeu pela região a partir da primavera de 2013 e finalizou no verão de 2015.

2.14. CPI da Sabesp

O assunto que menos mereceu destaque do *Estadão*, no tocante às narrativas do governador Alckmin, foi a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Sabesp, proposta pelo vereador Laércio Benko (PHS) e de fato instaurada pela Câmara Municipal de São Paulo. Foram apenas seis menções.

2.15. Fontes cidadãs (sociedade civil organizada e não organizada)

Gráfico XI - Fontes cidadãs



No universo de 405 matérias publicadas pela editoria *São Paulo*, a opinião da sociedade civil foi expressa somente em 19 das 485 pautas realizadas sobre a questão hídrica, ocupando menos de 0,5% do espaço disponibilizado ao assunto. Porém, nenhuma dessas fontes teve narrativas descritas pelo caderno *Política*.

Gráfico XII – A voz do povo

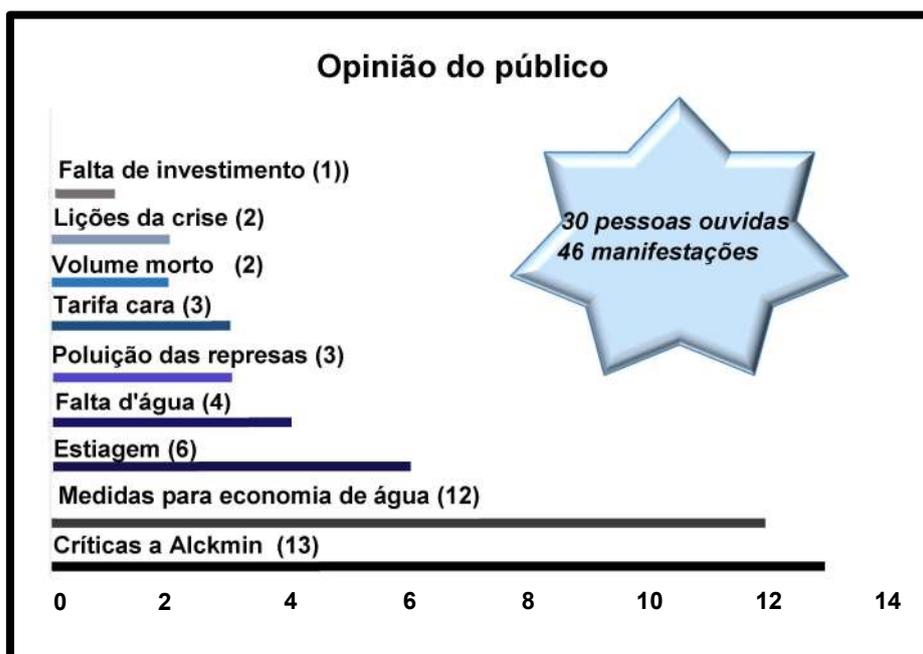


No total, foram colhidos 46 depoimentos de 30 pessoas. Entre elas:

- A. Cinco moradores de regiões diversas da Grande São Paulo;

- B. Sete síndicos de condomínios residenciais (quatro deles para o guia denominado *Como economizar água* publicado na mesma editoria);
- C. Cinco integrantes do protesto intitulado *Dança da chuva no Masp*;
- D. Duas do movimento *Alckmin, cadê a água?*;
- E. Três moradores de condomínios;
- F. Dois presidentes de sociedades amigos de bairro;
- G. Três ribeirinhos da região metropolitana;
- H. Um agricultor e
- I. Duas residentes de condomínios.

Gráfico XIII - Narrativas da sociedade civil



Dos 46 enunciados publicados a partir das manifestações da sociedade civil, aquele que mais mereceu a atenção do *Estadão* referiu-se às falas dos participantes de protestos contra a gestão de Alckmin no tocante à crise de abastecimento. O jornal publicou 13 declarações a respeito deste assunto.

Também se distinguiram as considerações de síndicos de condomínios residenciais, com 12 interlocuções sobre medidas adotadas para o controle do uso da água e campanhas de sensibilização voltadas aos moradores; seguidas de seis comentários sobre os efeitos da longa estiagem.

Apenas quatro cidadãos fizeram declarações sobre a falta de água em suas ruas; outros três se referiram à poluição das represas; três sobre o volume morto; duas vinculadas ao alto preço da tarifa de água; duas sobre as lições a serem tiradas do estresse hídrico, e uma sobre a falta de investimentos nos sistemas de armazenamento da Sabesp.

2.16. Considerações qualitativas

2.16.1. Repórteres do Estadão na cobertura da crise hídrica

O amplo envolvimento do repórter Fábio Leite, da editoria São Paulo, na cobertura dos fatos sobre o estresse hídrico pode indicar duas decisões, ou uma terceira se caso tenha havido a combinação das duas primeiras.

Isto é, que o *Estadão* optou por oferecer a oportunidade a um de seus profissionais de se aperfeiçoar para a cobertura por julgá-la importante a seu público-alvo; preferiu não ter de mobilizar mão de obra para a retomada dos assuntos inerentes a cada nova oportunidade de pauta ou, ainda, as duas possibilidades juntas.

O fato de o *Estadão* priorizar os profissionais da casa para a elaboração de suas pautas, em detrimento de matérias compradas de agências de notícias, pode ser compreendido como um fator de respeito aos seus repórteres. Apesar de as

empresas especializadas prezarem por dar um tratamento mais aprofundado às pautas; o que mais escassamente ocorre com jornais de veiculação diária.

Também merece destaque a questão que diz respeito à pequena quantidade de notícias publicadas sem a assinatura de seus autores. Apenas 0,5% das publicações foram postadas no site do jornal de forma anônima.

2.16.2. Os enunciados das fontes

Ao proporcionar espaço para as manifestações de Alckmin em 40% de sua produção sobre a falta de água, o *Estadão* acabou por conceder-lhe, perante a opinião pública, significativas oportunidades para justificar-se sobre decisões concernentes à gestão da Sabesp, assim como publicitar as medidas que adotou para minorar os problemas de abastecimentos dos paulistanos no período.

Comparativamente, Geraldo Alckmin se manifestou 80% mais nas páginas do *Estadão* do que a sociedade civil organizada e não, que contou com 20% das oportunidades abertas.

Soma-se a estas considerações o fato de o governador ter tido também a chance de se defender dos ataques de seus adversários políticos, que durante a escassez de água usaram a questão para criticá-lo abertamente, aproveitando o período eleitoral que coincidiu com a crise hídrica no intervalo de tempo aqui avaliado.

O fato de a cobertura da crise de abastecimento de água pela editoria *São Paulo* ter sido de 80% maior do que a empreendida pela seção *Política*, pode induzir à pressuposição de que o *Estadão* tratou de resguardar a imagem de Geraldo Alckmin perante seus adversários na disputa eleitoral empreendida à época.

A pauta, que dizia respeito a 100% dos paulistanos, poderia ter sido mais explorada em seus aspectos administrativos, fato que recairia sobre as prioridades de gestão do bem público, uma vez que a Sabesp é controlada pelo governo estadual.

Ressaltamos, contudo, que é notável que o *Estadão* realizou extensa cobertura a respeito do colapso hídrico paulistano de 2014, e que a questão da noticiabilidade do fato é aqui indiscutível. Reputamos esta questão à relevância do assunto, uma vez que se tratou de tópico de interesse da opinião pública em geral convergente em seu aspecto mais crítico: A imprescindibilidade da água no dia a dia de todos.

Entre 15 de maio e 31 de dezembro daquele ano, o jornal digital do Grupo Estado publicou 485 notícias sobre o assunto nas duas editorias estudadas.

Diferentes teorias jornalísticas podem ser usadas para avaliar esta decisão dos editores do *Estadão* (*gate-keeper, agenda-setting, framing, newsmaking* etc.), entretanto, optamos pelo conceito de noticiabilidade sumarizado por Gislene Silva na revista *Estudos em Jornalismo e Mídia*.

Delimitar valores-notícia separadamente do conceito de seleção de notícias, definir valores-notícia como atributos do acontecimento e reconhecê-los ao mesmo tempo como construção social e cultural é apenas um primeiro procedimento para pensar a noticiabilidade, cujo processo exige muitas outras reflexões, passando, como etapas seguintes, pelo tratamento dos fatos noticiosos e pela interpretação que a notícia faz desses acontecimentos (SILVA, 2005, p. 101).

CAPÍTULO 3

A ANÁLISE DE COBERTURA DO ESTADÃO SOBRE A CRISE HÍDRICA EM 2014, SEGUNDO PROTOCOLO DE SILVA E MAIA (2010)

Neste último capítulo, tratamos de proceder à verificação do corpus amostral desta pesquisa por meio do Protocolo de Análise de Cobertura Jornalística elaborado por MAIA e SILVA (2011). Esta recente metodologia propõe a busca de identificação das práticas midiáticas através da delimitação das marcas de produção que são evidenciadas no produto acabado.

Para a realização deste estudo, tratamos de identificar as marcas que o processo de produção da notícia deixa no produto acabado. Neste sentido, o ancoramos no Protocolo de Análise de Cobertura Jornalística proposto conjuntamente pela

Profa. Dra. Gislene Silva, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Ma. Flávia Dourado Maia.

Ambas fizeram a primeira apresentação desta proposta de avaliação em novembro de 2010, durante o VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, realizado em São Luís, Maranhão.

Elas deixam claro que se fundamentam teoricamente na proposta pragmática de Louis Quéré, opção que tem como objetivo agregar novas possibilidades às investigações sobre o fazer jornalístico na contemporaneidade.

Silva (2008) considera que, *a priori*, para estudar o acontecimento jornalístico se faz necessário “problematizar técnicas e métodos de investigação empregados nos estudos sobre a mídia noticiosa”.

Entre as fragilidades observadas, ressalta a abstenção referencial aos métodos utilizados e as habituais indefinições entre “opções teóricas e opções metodológicas”, assim como “as dificuldades de sistematizar os procedimentos metodológicos e as inconsistências entre a metodologia pretendida e a metodologia praticada”.

Silva e Maia também recorrem a QUADROS e BENETTI (2007) para respaldar essa percepção de “insipiência do discurso sobre o método”. Atentam para a carência de metodologias dedicadas a estudar o jornalismo como o próprio objeto científico.

Assinalam que as questões que se sobressaem são aquelas vinculadas aos estudos desenvolvidos do ponto de vista da estruturação especulativa de outras searas acadêmicas.

Esse pensamento também é referenciado pelas autoras por intermédio das observações feitas por GANDINI (2005); STRELOW (2008) e HOHLFEDT e STRELOW (2007) no tocante à ausência de técnicas matizadas – ou mesmo

ajustadas -, que, uma vez estruturadas, permitam constituir a interlocução entre a “pesquisa acadêmica e a prática profissional para a realização de investigações jornalísticas”.

SILVA e MAIA ressaltam que se torna fundamental a criação de procedimentos metodológicos exclusivos para o atendimento das demandas concernentes à pesquisa acadêmica do campo jornalístico.

Por outro lado, advertem sobre a necessidade de se evitar cair na cilada do “isolamento” que, indubitavelmente, vai de encontro à interdisciplinaridade. Acrescentam que a insulação desconsidera os subsídios epistemológicos que são aportados na investigação do fenômeno jornalístico.

(...) O desafio que se coloca para os pesquisadores, portanto, é o de expandir o leque de possibilidades teórico-metodológicas, visando novas alternativas ou tornando as já existentes mais apropriadas para lidar com questionamentos e demandas específicas do campo (SILVA e MAIA, 2011, p.20).

As autoras esclarecem que a proposta do *Protocolo de Análise de Cobertura Jornalística* é fundamentada em Quéré, porque este entende o acontecimento como tudo aquilo que causa uma descontinuidade no cotidiano das coisas, na experiência dos sujeitos; conceito que problematiza os lugares da mídia para pensar o fato.

Realçam que o sociólogo questiona o lugar da mídia ao abordar a dupla natureza do acontecimento, isto é, o fato e o sentido. A problematização colocada por Quéré também contribuiu por suscitar o interesse das pesquisadoras em oferecer a proposta de um protocolo que auxilie especificamente em avaliações de coberturas jornalísticas.

Silva é ainda mais contundente na crítica ao que denomina de “polifonia metodológica aparente” (2008, p.9) nas pesquisas relacionadas ao campo jornalístico.

Apesar de serem utilizados métodos e nomenclaturas diferentes nos estudos das mais variadas intenções junto à área, ela verifica que os mesmos confluem para a Análise do Discurso (AD) ou Análise de Conteúdo (AC). Informa que juntas representam perto da metade das ocorrências de métodos⁵¹.

Porém, as pesquisadoras ponderam que essas recorrências acontecem por “carência de metodologias mais apropriadas para investigar o jornalismo”.

Pode-se dizer, assim, que a escolha pela AC e AD – incluindo suas derivações – dá em um hiato metodológico: perante a falta de opções de métodos, os pesquisadores acabariam por recorrer, de forma pouco reflexiva e criteriosa, às ferramentas de que dispõem e que são tradicionalmente utilizadas para investigar problemáticas adjacentes àquelas que lhes interessam. Tal recorrência comum à AC e à AD pode ser associada, também, ao *locus* do objeto empírico (SILVA e MAIA, 2011, p. 21).

Reputam a dois fatores a sobreposição das avaliações das mensagens em relação as outras fases do processo jornalístico: a falta de hábito na efetivação de pesquisas de recepção e produção jornalística no País, e a questões de ordem mais pragmática. Neste caso, o acesso ao objeto, custo e tempo de duração da investigação. Avaliam que a somas destes fatores colaborariam para tornar o trabalho com textos jornalísticos mais convenientes.

As pesquisadoras entendem que a disposição à fragmentação do processo jornalístico, “segundo o esquematismo dos modelos de comunicação tradicionais”, também representa outro obstáculo às duas possibilidades de investigação. Esta, porém, de ordem epistemológica, uma vez que a produção (emissão), produto (meio/mensagem) e consumo (recepção) são considerados como categorias herméticas, segundo Escosteguy (2007) e Silva (2008).

⁵¹ As considerações de Silva (2008), a respeito de questões metodológicas sobre a análise do campo jornalístico, baseiam-se em mapeamento efetuado por Hohlfeldt e Strelow (2007) referente aos trabalhos apresentados no núcleo de Jornalismo dos congressos da Intercom de 1998 a 2007, (MAIA 2010).

Contudo, antes de iniciar a análise da cobertura aqui proposta, convém citar Silva e Maia (2011) no que diz respeito a algumas considerações referentes à abrangência do método. Em suas observações esclarecem que a dimensão normativa não pode ser atingida pelo procedimento que organizaram, pois está focada no “*dever-ser*”⁵².

Sustentam que isto ocorre porque a questão normativa encontra-se amparada numa “projeção do modelo ideal do jornalismo, que não corresponde necessariamente às práticas produtivas empregadas no dia-a-dia da profissão”. Orientam que outro campo também não alcançado pelo protocolo é aquele que alude à dimensão técnico-procedimental, pois abrange objeções e escolhas de natureza ética próprias da convivência entre seres humanos.

Argumentam ainda que esses princípios até conseguiriam ser apreendidos na observação do produto jornalístico, mas que a análise poderia ficar comprometida. Consideram que os elementos inerentes à questão estão acima de regras que as estabeleçam de serem expostas de forma aberta e que culminem em especificações exatas. Comentam também que os termos restantes se aglutinariam no que preconizam como método de *análise de cobertura*.

Entretanto, Silva e Maia (2011) reconhecem que os modos como os empreendimentos jornalísticos concebem e conduzem suas práticas produtivas internas “sejam mais adequadamente captadas por meio do acompanhamento das rotinas de trabalho”. Neste sentido, assinala-se que esta situação não ocorreu com o estudo em pauta, pois foi baseado nas matérias publicadas em 2014 e que se encontram arquivadas no acervo digital do *Estadão*.

O trabalho de Silva e Maia deu alento às inquietações levantadas pela presente pesquisa, pois a nossa proposta – desde o início -, foi justamente analisar a cobertura feita pelo *Estadão* sobre a crise hídrica no ano de 2014.

⁵² Itálico das próprias teóricas em tela.

O protocolo apresentado por ambas tornou possível a organização dos dados necessários à tabulação das marcas deixadas na produção da cobertura da escassez de água paulistana, entre 15 de maio e 31 de dezembro de 2014, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo.

O levantamento foca na construção do acontecimento jornalístico pelas técnicas e estratégias de apuração e composição visíveis no texto, sem tematizá-lo. Cabe ressaltar, em conformidade com as autoras, que a análise de cobertura jornalística se constitui em um método a mais para investigações voltadas ao *newsmaking*, que habitualmente são efetuadas nas redações com base nas análises de conteúdo e de discurso referentes aos textos.

(...) Trata-se de inversão inspirada também em Quéré. Só que não estamos preocupadas, por enquanto, em tematizar o acontecimento jornalístico, voltando ao contexto que o produziu para esclarecê-lo, e nem focadas na ação desse acontecimento em modificar inteligibilidades, projetando nova luz sobre o que lhe precedeu ou está por vir. A significação constitui o próprio contexto do sentido. E esse contexto de sentido pode começar a ser observado, antecipadamente, nas decisões editoriais que deixam suas marcas no produto, no acontecimento publicado (SILVA e MAIA, 2011, p.22).

3.1. Metodologia

Características relativas à produção da cobertura jornalística imputadas ao *Estadão* sobre o estresse hídrico, vivenciado pela capital paulista em 2014, puderam ser identificadas por meio das notícias publicadas nas editorias *São Paulo* e *Política*, no período de 15 de maio a 31 de dezembro do mesmo ano.

O levantamento das matérias para a análise de cobertura do *Estadão* sobre a crise de abastecimento de água na Grande São Paulo foi efetuado por intermédio do mecanismo de busca disponível no portal www.estadao.com, o qual foi alimentado com palavras-chave como água, Sabesp, crise hídrica, Cantareira, reservatório. O universo resultou em 485 notícias: 405 divulgadas pela editoria *São Paulo* e 80 pela seção *Política*.

Para a composição da amostragem⁵³, com nível de confiança⁵⁴ de 99%, foram selecionadas 54 matérias das 485 publicadas. Sete notícias foram avaliadas em cada um dos seis primeiros meses de estudo (maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro), já para novembro e dezembro optou-se por analisar seis matérias respectivamente.

Justifica-se esta deliberação em função de os dois últimos períodos terem suscitado menos interesse do *Estadão*. Assinala-se que nesse intervalo, a disputa eleitoral para governador, deputados e senador já havia sido definida dentro do Estado de São Paulo. A partir dessa demarcação, é sabido que as polêmicas e pontos fracos de candidatos a esses cargos costumam decrescer nas falas dos concorrentes e, por conseguinte, a ocuparem espaços menores na mídia.

As 54 matérias foram eleitas por intermédio da realização de sorteios com resultados aleatórios⁵⁵ e de acordo com a quantidade de dias de cada mês em questão.

Ou seja, para o intervalo compreendido entre maio e outubro de 2014, foram efetuados quatro sorteios de sete números; considerando os 31 dias existentes nos meses de maio, julho, agosto e outubro. Outros dois foram realizados com base em 30 dias, correspondendo a junho e setembro.

Destaca-se, porém, que foram desconsiderados os primeiros 14 dias de maio, pois esta pesquisa inicia-se a partir de 15/05/2014. Para melhor visualização da

⁵³ SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira. Cálculo amostral: calculadora on-line. Disponível em: <<http://www.calculoamostral.vai.la>>. Acesso em: [18/06/2017].

⁵⁴ Valor da probabilidade associado com um intervalo de confiança ou um intervalo de tolerância estatística, ou seja, probabilidade de que um determinado intervalo de confiança, calculado a partir de um valor amostral, contenha o verdadeiro valor do universo sob avaliação. (<http://www.cimm.com.br/portal/verbetes/exibir/827-nivel-de-confianca>). Acesso em: [18/06/2017].

⁵⁵ Esses cálculos foram obtidos através de ferramenta específica disponível em www.sorteiospt.com/pt. Acesso em: [18/06/2017].

quantidade de notícias analisadas e dos dias em que foram publicadas, respectivamente, segue tabela ilustrativa.

Tabela II - Sorteio dos dias de publicação das matérias para a amostra

Mês	Quantidade de dias considerados para sorteio	Notícia 1 Dia	Notícia 2 Dia	Notícia 3 Dia	Notícia 4 Dia	Notícia 5 Dia	Notícia 6 Dia	Notícia 7 Dia
Maio	16	15	20	23	24	27	28	29
Junho	30	01	02	15	16	18	23	25
Julho	31	04	06	10	11	25	27	30
Agosto	31	02	04	20	21	22	25	28
Setembro	30	02	03	08	18	19	21	27
Outubro	31	07	08	14	15	17	20	26
Mês	Quantidade de dias considerados para sorteio	Notícia 1 Dia	Notícia 2 Dia	Notícia 3 Dia	Notícia 4 Dia	Notícia 5 Dia	Notícia 6 Dia	
Novembro	30	03	04	19	21	23	28	
Dezembro	31	09	10	11	12	23	24	

Outros quadros fundamentais também foram criados com o objetivo de auxiliar na classificação das referências sobre a cobertura do *Estadão*. Esses elementos nos capacitaram na identificação das marcas listadas pelas autoras que, depois de levantadas, permitiram as conjecturas sobre a produção do trabalho realizado pelo veículo. Neste sentido, os ordenamos a partir das três dimensões propostas: Normativa, técnica e organizacional.

(...) A primeira refere-se às determinações legais e aos princípios éticos a serem observados no exercício profissional, que funcionam como um parâmetro de qualidade e um instrumento pedagógico. A segunda subdivide-se em (a) técnico procedimental, ligada à atuação dos jornalistas no sentido de materializar os preceitos normativos que regem as relações entre sujeitos (jornalistas entre si, jornalistas com as fontes, jornalistas com o público e jornalistas com as pessoas-tema das notícias); e (b) técnico-metodológica, relativa ao processo de composição do produto propriamente dito, ou seja, ao conjunto de ações implicadas nas relações sujeito-objeto (jornalista-acontecimento e jornalista-produto) como estratégias de apuração,

práticas de captação das informações, elaboração e formatação do texto jornalístico e apresentação do produto no conjunto do veículo. A terceira, por fim, diz respeito à racionalização do trabalho no contexto geral da organização jornalística, que pode ser traduzida nas rotinas produtivas- pauta, reportagem, edição, veiculação, prazos, cronogramas, quadro de funcionários, divisão e atribuição das tarefas, demandas comerciais, entre outros (SILVA e MAIA, 2011, pp.24-25).

As autoras argumentam que, para além dos vestígios da dimensão organizacional, a dimensão técnico-metodológica também é cognoscível no produto, “naqueles aspectos diretamente vinculados às técnicas e às práticas específicas de produção do material informático”.

Neste sentido, optou-se pela construção de tabelas que foram organizadas em “três níveis” analíticos, a saber: 1º) Marcas de apuração, 2º) Marcas da composição do produto e 3º) Aspectos da caracterização contextual.

(...) O primeiro, mais específico, funciona como uma *teleobjetiva*: recai exclusivamente sobre a matéria jornalística – tomada de forma isolada –, explorando indícios do método de apuração e da estratégia da cobertura em *close-up*. O segundo corresponde a uma lente normal, de alcance médio, pois oferece uma visão um pouco mais aberta do objeto, agora enfocando não só o texto, mas o conjunto amplo do produto, como localização da página, diagramação, foto etc. E o terceiro atua como uma *grande angular* – não capta detalhes, mas oferece um plano geral do objeto, captando aspectos da dimensão organizacional e do contexto sócio-histórico-cultural em que se insere a produção jornalística (SILVA e MAIA, 2011, p.27).

Ressaltam Silva e Maia que as duas primeiras classes representam a “espinha dorsal” do protocolo, já que são essenciais para a execução da investigação do processo produtivo a partir do próprio produto. A última categoria, esclarecem, é acessória, uma vez que tem por finalidade revelar as circunstâncias das informações auferidas nos níveis 1 e 2.

3.2. Análise quantitativa

3.2.1. 1º Nível - Marcas de apuração

O primeiro item averiguado refere-se à *Assinatura*, aqui considerado por Silva e Maia (2011) como a origem do profissional que elaborou a notícia, isto é, se o repórter é da matriz da redação, correspondente, enviado especial, colaborador, agência de notícias ou não assinado. Neste sentido, verificou-se o seguinte:

Tabela III – Assinatura

Meses	Assinadas repórteres da casa	Não assinadas	Agências	Colaboradores (<i>free lancers</i>)	Enviados especiais	Correspondentes
Maio	7					
Junho	4	1	2			
Julho	7					
Agosto	7					
Setembro	6					
Outubro	7					
Novembro	4	2		¹⁵⁶		
Dezembro	7					
Total	49	3	2	1		

Das 54 matérias analisadas nesta parte do estudo, constatou-se que 90% levaram a assinatura de repórteres do próprio veículo. O índice de informações anônimas é de 5,5%. Já as notícias adquiridas junto a agências representam 3,7% da produção, enquanto menos de 1% (0,8%) advém de colaboradores eventuais (*free lancers*).

Também ficou claro que o jornalista Fábio Leite, da editoria *São Paulo*, foi destacado para acompanhar os fatos relacionados à escassez de água em terras paulistanas, apesar de esta seção não contar com repórteres especialistas em seu dia a dia. Outros profissionais generalistas da *São Paulo* também escreveram sobre a falta de água na RMSP, porém, com frequência menor.

⁵⁶ Duas repórteres *free lancers* assinaram a quarta matéria, avaliada no mês de setembro, juntamente com os repórteres da editoria *São Paulo*.

3.2.2. Local de apuração das informações

Tabela IV- Local de apuração

Meses	Interno	Externo
Maio	4	3
Junho	5	2
Julho	7	
Agosto	4	3
Setembro	5	2
Outubro	4	3
Novembro	6	
Dezembro	6	
Total	41	13

Ficou patente que os repórteres das editorias *São Paulo* e *Política* não foram solicitados com frequência a executar em campo as pautas sobre a escassez hídrica. As marcas de produção, perceptíveis no material publicado, evidenciam que 75,3% das notícias sobre a questão foram realizadas a partir da própria redação.

Somente em 13 ocasiões (24,7% das vezes) os profissionais se deslocaram para captar informações *in loco*. Nota-se que este tipo de ocorrência foi mais frequente com os jornalistas da editoria *Política*, responsáveis por 12 coberturas realizadas em campo.

A única vez que fica evidenciada a saída de profissionais da *São Paulo* de suas bases, para o trabalho de apuração *in loco* do tema, refere-se ao primeiro dia do recorte de tempo desta pesquisa, ou seja, 15 de maio de 2014.

Foi nessa ocasião que o governador Geraldo Alckmin reuniu a imprensa para deixar-se fotografar iniciando os botões do painel de controle das bombas de sucção do volume morto do Sistema Cantareira. Também para anunciar o início imediato de grandes obras com vistas à minimização do problema de abastecimento em solo paulistano.

O evento mereceu ser coberto em campo devido à importância das mensagens explícitas e implícitas ao ato, em especial perante a opinião pública, aqui também entendida como o público-alvo do jornal.

Editoria

Tabela V – Editoria

Meses	S. Paulo	Política
Maio	7	
Junho	5	2
Julho	6	1
Agosto	2	5
Setembro	6	1
Outubro	7	
Novembro	6	
Dezembro	6	
Total	45	9

Os jornalistas da editoria *São Paulo* elaboraram 84% das notícias sobre a crise hídrica paulistana, e outras 16% foram redigidas pelos profissionais de *Política*. Este resultado reitera o propósito da divisão setorial da redação do veículo. Ratifica-se que houve coerência na divisão da pauta, pois o assunto referia-se, sobretudo, aos paulistanos.

3.2.4. Origem da informação (fontes consultadas)

Tabela VI – Origem das informações

Meses	Direta	Indireta
Maio	7	
Junho	7	
Julho	7	
Agosto	6	1
Setembro	7	
Outubro	7	
Novembro	6	
Dezembro	6	
Total	53	1

Os profissionais do jornal buscaram as informações diretamente com as fontes em 98,14% das situações. Apenas em 1,86% das situações elas foram obtidas de forma indireta.

3.2.5. Natureza da fonte

Tabela VII – Natureza das fontes

Meses	Humana	Documental	Eletrônica
Maio	5		2
Junho	4	5	3
Julho	4	6	6
Agosto	3		4
Setembro	5	1	4
Outubro	7	3	
Novembro	5	4	6
Dezembro	4	5	1
Total	37	24	26

Observa-se que no estudo amostral relativo às 54 matérias, o veículo recorreu a 87 fontes para compor as notícias a respeito da falta de água na RMSP. A maioria delas foi de natureza humana, representando 42,5% das opiniões e/ou informações obtidas sobre o tema. As eletrônicas e documentais representaram 30% e 27,5%, respectivamente.

3.2.6. Procedência das fontes

Tabela VIII – Procedência das fontes

Meses	Poder Público	Institucional	Cidadã	Especializada	Ass. Impr.	Off	Recursos Alternativos
Maio	14	2		4		2	
Junho	15	8	1				
Julho	20	3	1	1			
Agosto	12	13	1	1			
Setembro	20	2	1				
Outubro	16	4	3	1			
Novembro	9	4	3	2			
Dezembro	14	1	2				
Total	120	37	12	9		2	

3.2.6.1. Percentuais

Tabela IX- Percentuais da procedência das fontes

180 = 100% das fontes
67% poder público
20,5% institucional
6,7% cidadã
5% especializada
0,8% <i>off</i>

Das 37 fontes humanas consultadas, o *Estadão* gerou 180 enunciados, dos quais 67% tiveram como lugar de fala o Poder Público, quer seja na instância Executiva, Legislativa ou Judiciária.

Nesta última, incluiu-se o Ministério Público, que atuou nas celeumas entre a Sabesp, alguns municípios paulistas e outros entes da Federação. As questões referiram-se, particularmente, às decisões da empresa paulista de saneamento a respeito dos volumes de captação ou de fornecimento de água.

A segunda fonte mais ouvida foi a de cunho institucional, com 20,5% das representações. A maior parte desta categoria foi originária de partidos políticos que, durante significativo período do recorte de tempo deste estudo, estiveram mobilizados em torno de seus candidatos aos cargos eletivos disputados em 2014.

Já as fontes cidadãs apareceram em terceira posição, com cerca de 6,7% de participação. A maioria de suas narrativas esteve relacionada às ações que adotaram para minorar a escassez hídrica em seus lares, e sobre os prejuízos causados a seus estabelecimentos comerciais pela ausência de água nos mananciais locais.

Os depoimentos de especialistas em conservação ambiental, hidrologia, climatologia e construção civil voltada para obras de saneamento básico foram

repercutidos em apenas 5% das notícias. Dois deles tiveram seu sigilo garantido; o que contribuiu para que se alcançasse a marca de 0,8% de declarações publicadas em *off record*.

3.2.7. Informação de segunda mão

Tabela X - Informação de segunda mão

Meses	Agências de notícias	Outros veículos	Publicações científicas	Impressas e eletrônicas	Reedição (cozinha)
Maio					
Junho	2				
Julho					
Agosto		1 ⁵⁷			
Setembro					
Outubro					
Novembro					
Dezembro					

Apenas duas matérias, das 54 analisadas, foram compradas de agências de notícias. Registra-se que o único caso verificado de uso de dados gerados pela concorrência foi aquele obtido junto ao debate com candidatos a governador do Estado de *São Paulo* promovido pelo *site* UOL, jornal *Folha de São Paulo* e rádio *Bandeirantes*, com transmissão televisiva pelo SBT. Este fato ocorreu antes do primeiro turno das eleições de 2014.

⁵⁷ Debate com candidatos a governador do Estado de São Paulo promovido pelo site UOL, jornal *Folha de São Paulo* e rádio *Bandeirantes*, com transmissão pelo SBT.

3.3 - 2º Nível- Marcas da composição do produto

3.3.1. Gênero do texto

Tabela XI - Gênero do texto

Meses	Notícia	Reportagem	Nota	Fotonotícia/ Fotolegenda
Maio	6	1		
Junho	7			
Julho	4	3		
Agosto	5	2		
Setembro	3		4	
Outubro	5	2		
Novembro	3	2		1
Dezembro	5		1	
Total	38	10	5	1

Quanto ao gênero do texto, o veículo privilegiou o formato notícia, que representou 71% da produção de informação. O estilo reportagem foi utilizado em 18,5% das publicações, enquanto 9% referiram-se às notas e apenas 1,5% foi divulgado na configuração de fotolegenda.

3.3.2- Localização/hierarquização

Tabela XII - Localização/hierarquização

Meses	Manchete	Destaque secundário	Sem destaque
Junho		1	
Julho		4	
Agosto			
Setembro		3	
Outubro		3	
Novembro		2	
Dezembro		2	
Total		17	

Este item da análise ficou comprometido devido à impossibilidade de resgate da página principal do *Estadão* em relação aos dias consultados. O veículo não disponibiliza para consultas a diagramação original de *homepages* de edições anteriores ao dia em vigor.

O número indicado na tabela diz respeito à quantidade de vezes - dentro do *corpus* amostral-, que o tema crise hídrica ocupou a primeira página de *O Estado de São Paulo*, não correspondendo, necessariamente, à versão do jornal digital do grupo Estado.

A questão hídrica não mereceu manchete em nenhuma das edições verificadas de *OESP*, e apenas figurou como destaque secundário em 32% das publicações do período consultado.

3.3.3. Recursos visuais

Tabela XIII- Recursos visuais

Meses	Foto	Galeria de fotos	Infográfico	Fotolink ⁵⁸
Maio	1	1	1	1
Junho	2		1	
Julho	4		1	
Agosto	5		1	
Setembro	4			
Outubro	5	1	4	
Novembro	7	1	3	
Dezembro	5	1		
Total	33	4	11	1

Aproximadamente, 90% das notícias contaram com recursos visuais. Os meios mais usados para o apoio das narrativas escritas foram as fotografias e as galerias

⁵⁸ Neologismo aqui utilizado para designar uma foto que direciona a outras imagens fotográficas relativas ao mesmo tema.

de fotos, que em conjunto contribuíram com 75,5% das divulgações feitas pelo *Estadão* sobre a crise no fornecimento de água aos paulistanos.

Os infográficos foram o segundo tipo de mecanismos mais utilizados pelo periódico nessa cobertura, pois acompanharam 22,5% das publicações. Apenas 2% foram compostas com *fotolinks*/hiperlinks.

3.4. 3º Nível – Caracterização contextual

3.4.1. Contexto Interno

3.4.1.1. Caracterização visual

O jornal digital *Estadão* é o veículo de comunicação via web do Grupo Estado e encontra-se hospedado em www.estadao.com. Conta com estrutura gráfica que visa facilitar a navegação de seus internautas.

Em julho de 2017, o portal ganhou uma “nova edição digital”. O objetivo, segundo os editores, foi permitir navegabilidade mais rápida e a possibilidade de se ouvir os conteúdos na própria *web*. Esses benefícios fazem parte das utilidades constantes de tecnologia canadense adquirida pelo GE e identificada como *PressReader*.

Outra funcionalidade à disposição do leitor é a possibilidade de selecionar assuntos que pretende acompanhar. Para isso, basta criar (denominar) um tópico, para encontrar uma compilação diária das notícias de seu interesse.

Com a nova edição digital, o usuário também pode escolher as matérias favoritas e arquivá-las em pastas para ler no momento que julgar oportuno. Outros recursos ainda acoplados ao *Estadão* estão as ferramentas para o compartilhamento de notícias em redes sociais e aplicativos de armazenamento, como *Evernote* e *OnNote*.

Em termos de *layout*, logo no início de sua página principal, o veículo é identificado com a logomarca do Grupo Estado, que se localiza entre dois menus horizontais. O superior é de cunho institucional e disponibiliza *links* para a linha de produtos e serviços que podem ser adquiridos por leitores e anunciantes.

Na segunda lista, os usuários acessam diretamente as editorias, sem a necessidade de navegar por toda a *homepage* para encontrar a seção que lhe interessa. Esse guia também conta a possibilidade de o interessado ingressar no setor de assinaturas. Ao lado dessa alternativa, encontra-se o campo para busca de conteúdos junto aos arquivos do *Estadão*.

Já, o anúncio à direita é relativo apenas à venda de assinaturas do veículo digital. Na sequência, o jornal apresenta propaganda horizontal de um de seus clientes, que ocupa toda a faixa de leitura.

A primeira vinheta, denominada *Saiba Agora*, indica que o leitor visualizará na sequência as principais notícias daquele momento. Logo abaixo das imagens que acompanham as matérias, vêm as chamadas secundárias relativas às mesmas; desde que não se trate de assunto inédito.

No que se refere à apresentação das notícias na página inicial, o veículo opta pelo processo de hierarquização, isto é, as disponibiliza em ordem crescente.

O assunto de maior relevo recebe o número 1, e a cronologia, nos dias consultados, seguiu até a 13ª notícia reputada como a mais importante daquele momento, segundo critérios editoriais.

Quanto à legibilidade, o jornal segue preceitos ocidentais; com diagramação que conduz a leitura da esquerda para a direita. A matéria principal (manchete) abre

com título com o tipo serifado⁵⁹ LatoRegular em corpo 32, linha fina e foto em destaque. As chamadas que a acompanham seguem a mesma tipologia, porém, em tamanho 11.

Com o objetivo, ainda, de facilitar a leitura, a página é dividida em três colunas de 8,5 cm cada. As duas primeiras à esquerda são reservadas para as matérias em destaque, e a terceira para os colunistas e *blogs* do veículo. Isso em se tratando do primeiro 1/3 da página principal do *site*, onde se concentram as 13 notícias em evidência.

A partir daí a ordem das editorias se altera de acordo com o dia da semana e dos assuntos que se sobressaem. Aos domingos, por exemplo, os colunistas podem ocupar as duas primeiras colunas da esquerda e figurar entre a dezena de destaques dos editores.

Com a inclusão das palavras-chave de interesse junto ao mecanismo de busca disponível, o internauta vê o *site* ser carregado imediatamente com os títulos de todas as notícias relativas ao tema. Ao abrir os respectivos *links*, o leitor acessa a notícia na íntegra e ainda conta com a opção de se aprofundar na questão, bastando para isso conectar-se aos hipertextos localizados no final de cada matéria.

Verifica-se que os locais destinados aos anúncios e não ocupados pelos clientes patrocinadores são absorvidos pelo próprio jornal para a venda de assinaturas. Essa alternativa de preenchimento dos espaços publicitários não negociados corresponde à técnica do uso de calhaus nas publicações impressas.

⁵⁹ Fontes com serifas auxiliam o olho humano a perceber uma palavra como um bloco ótico, fato que favorece a legibilidade.

3.4.1.2. Acessibilidade⁶⁰

É possível observar que para ler determinadas notícias e se conectar ao acervo do *Estadão*, e demais arquivos dos produtos do Grupo Estado⁶¹, se necessário tornar-se assinante do veículo. A subscrição tem valores diferenciados, de acordo os planos disponibilizados pelo setor comercial da entidade.

Ao leitor não subscrito o acesso é gratuito ao conteúdo publicado na página principal do *Estadão*, porém, com limitações de acessos. Para os interessados, o veículo fornece ainda assinatura não onerosa da *newsletter* veiculada diariamente. O produto é enviado para o *e-mail* do usuário também com restrições sobre a quantidade de matérias que pode ser lida na íntegra num único dia.

Outra possibilidade de leitura se dá por meio de *tablets*, que contam com formato próprio viabilizado pelo *Estadão*. Esses produtos exclusivos para padrões de tecnologia móvel também visam o ingresso do leitor do *Estadão* aos vídeos exclusivos, áudios, fotos e a sua interação com os colunistas do jornal.

Apesar do grande destaque dado à facilidade de navegação, constata-se que o *Estadão* se utiliza de mecanismos publicitários intrusivos. Os recursos com tecnologias *flashes* e *pop ups* dos comerciais publicados pululam com frequência na tela e atrapalham a propalada legibilidade/acessibilidade.

⁶⁰

Outros acervos do Grupo Estado podem ser alcançados por intermédio da mesma plataforma digital.

3.4.2. Contextualização editorial e organizacional do veículo/empresa

3.4.2.1. Contextualização editorial do veículo/empresa

O *Estadão* é um produto segmentado, contando com seções fixas (*São Paulo*, *Política*, *Economia*, *Esportes*, *Opinião*) e com editorias que se alternam cotidianamente. Diferentes colunas e *blogs* também são publicados de acordo com o dia da semana. As seções diárias coincidem, em sua maioria, com os cadernos publicados no formato impresso, que é nomeado *O Estado de São Paulo*. Este, por sinal, também pode ser visualizado a partir de *link* específico disponibilizado pelo *site* do *Estadão* aos assinantes.

Na sequência das notícias em relevo no *site*, que são antecidas pela vinheta intitulada *Saiba agora*, o usuário é conduzido às editorias, colunas e *blogs* que podem variar de um momento para o outro ou apenas no dia seguinte. Prática que depende do grau de importância dos assuntos que se sucedem no dia, segundo diretrizes editoriais.

A seção *São Paulo* do jornal digital, é a única cujo nome modifica-se em relação à versão impressa (*O Estado de São Paulo*), na qual denomina-se *Metrópole*. Em ambos os casos, são reservadas para tratar de questões relativas à cidade de São Paulo e municípios adjacentes, em especial dentro da região metropolitana da capital. Também publicam temas da vida atual, como assinalado pelo setor de venda de assinaturas e de espaços publicitários do Grupo Estado.

O navegador do *Estadão* conta ainda com a oportunidade de se aprofundar sobre os conteúdos das matérias. No final das mesmas é possível conectar-se aos *hiperlinks* que são identificados como *Notícias relacionadas*, cujo objetivo é oferecer ao leitor a oportunidade de esquadrihar os assuntos de interesse. A opção somente fica disponível caso a questão já tenha sido anteriormente abordada pelo veículo; mesmo que sob outros aspectos.

3.4.2.2. Perfil da redação e rotinas produtivas

O *Estadão* não possui redação própria. As matérias, reportagens, notas, fotografias e demais produtos originários das práticas jornalísticas são executados pelos repórteres e fotógrafos do jornal *O Estado de São Paulo*. A mão de obra é comum para ambos os meios de comunicação. Esta circunstância é tratada às claras pelo Grupo Estado, pois ao lado do nome do profissional autor do conteúdo/fotografia/infográfico consta a inscrição “O Estado de São Paulo”.

Do ponto de vista organizacional, percebe-se que as áreas de atuação, a distribuição de atribuições, a hierarquia funcional e o organograma são comuns tanto ao jornal digital quanto ao veículo impresso do Grupo Estado.

Em termos de conteúdo e formato editoriais, verifica-se que o *Estadão* segue linha idêntica àquela adotada pelo *O Estado de São Paulo*. Inclusive, utiliza-se da mesma mão de obra jornalística do veículo impresso.

Apesar de os profissionais serem os mesmos para os dois veículos, salienta-se que nem todas as matérias publicadas na versão impressa são também divulgadas em formato digital, e vice-versa.

Dentro das rotinas produtivas do *Estadão*, é possível perceber que as mesmas notícias podem ser republicadas várias vezes ao dia, a depender da obtenção de dados capazes de acrescentar novos fatos de interesse do leitor. Esta característica, que no jornal impresso é denominado suíte, ganha maior agilidade e flexibilidade no trato do conteúdo editorial junto ao veículo hospedado na *web*.

3.4.2.3. Contextualização organizacional do veículo/empresa

O *Estadão* é o jornal digital do Grupo Estado, cujo carro-chefe é o veículo impresso denominado *O Estado de S. Paulo*, que foi fundado 4 de janeiro de 1875, e é uma das referências do setor de imprensa no Brasil, assim como no mercado de comunicação.

Nos arquivos autobiográficos o Grupo Estado argumenta que preza pela sua independência editorial desde o primeiro número de *O Estado de S. Paulo*, e acrescenta⁶² que veículo nasceu sob princípios republicanos e abolicionistas na época em que o País ainda vivia sob regime monárquico.

O Grupo regozija-se de ter noticiado todos os acontecimentos históricos do Brasil, do mundo e da cidade de São Paulo. Diz também que carregou a ousadia de sua atuação jornalística para os setores empresarial e publicitário, tratando de integrar avanços tecnológicos e novos formatos.

Esclarece ainda, que se aprimora constantemente e contribui para o desenvolvimento do campo de comunicação e da sociedade. Sobre os quais tece a seguinte consideração:

(...) das primeiras páginas coloridas às modernas telas dos computadores, tablets e celulares, todos publicam o que há de melhor em conteúdo jornalístico, o jornal ampliou a sua gama de ofertas com a criação de unidades específicas para cada área de atuação, formando o Grupo Estado (atualmente composto também por Agência Estado, Rádio Eldorado, Rádio Estadão⁶³, Oesp Mídia e Estadao.com.br). Apesar da particularidade de cada meio, todos atuam de forma integrada, proporcionado aos leitores e anunciantes uma experiência que engloba diferentes formatos de acordo com a necessidade. O compromisso com a ética e a qualidade que norteia o jornal desde a sua fundação levaram a um reconhecimento sempre renovado pelo público e pelo mercado (disponível em <http://publicidade.estadao.com.br/estadao/>, acesso em 04 de junho de 2017).

⁶² Disponível em <http://www.estadao.com.br/historico/resumo/conti1.htm>

⁶³ Este posicionamento ainda não foi atualizado pelo Grupo Estado, uma vez que, no dia 10 de março de 2017 a empresa anunciou o fim de operação da Rádio Estadão, que era transmitida na estação 92,9 FM. Em comunicado oficial, à época, o GE informou que o desligamento da emissora iria permitir-lhe deslocar investimento maior no segmento digital. Parte da programação foi transferida para a Rádio Eldorado.

3.4.2.4. Abrangência

A área de abrangência do *Estadão* é ilimitada, uma vez que seu acesso se dá por meio da rede *World Wide Web* (WWW), que significa em português rede de alcance mundial.

3.4.2.5. Público-alvo

O último levantamento sobre o público-alvo do jornal foi empreendido pela Estudos Marplan/EGM⁶⁴ entre janeiro e dezembro de 2013. O resultado indica que 56% dos leitores são do sexo masculino e 44% feminino.

A faixa etária que mais segue o conteúdo produzido pelo jornal (22%) situa-se entre 25 e 34 anos de idade, 21% possui entre 35 e 44 anos, 15% de 45 a 54. Empatados em 12% cada estão os jovens de 18 a 24 anos e os adultos entre 55 e 64. O menor público leitor do *Estadão* situa-se na faixa de 65 anos de idade, representando 10% do total.

3.4.2.6. Acessos

Quanto ao número de acessos ao *Estadão*, dados publicados pelo próprio veículo dão conta que a página foi vista por 80,7 milhões de internautas no acumulado de janeiro a dezembro de 2014. Esses números foram obtidos considerando-se a métrica de visitante único por ingresso no Brasil, por meio de auditoria realizada pela empresa *.comScore Media Metrix*.

⁶⁴ Fonte Ipsos: Estudos Marplan/EGM – janeiro/2013 a dezembro/2013 – Grande São Paulo – Filtro: AS 10+ anos – total líquido de leitores de segunda a domingo – Estadão (1.016.000).

3.5. Contexto externo

3.5.1. Caracterização do tema/acontecimento/assunto específico e da conjuntura sócio-histórico-cultural envolvente.

Esta questão foi antecipada no capítulo anterior, no qual se contextualiza amplamente o tema estresse hídrico paulistano em 2014. O acontecimento foi abordado dentro dos diferentes contextos que o caracterizaram. Entre os quais, a questão climática (o longo período de estiagem no Estado de São Paulo à época) e as obras de saneamento que não foram efetuadas na nos reservatórios de água na região metropolitana.

Construções, estas, que foram alertadas pela ANA com uma década de antecedência do efetivo colapso hídrico e que poderiam ter minimizado o desconforto da população.

O modelo de gestão da Sabesp também foi tratado no fragmento em questão, caracterizado pelo padrão peessedebista de governar. Até aquele momento, a sigla somava quase duas décadas de exercício junto ao Poder Executivo paulista, por meio do qual a companhia de saneamento do Estado é administrada.

Além dos tópicos acima listados, também estão contemplados no trecho mencionado os aspectos cidadãos e político-eleitorais que se fizeram presentes no decorrer do período de tempo estudado nesta dissertação e diretamente ligados aos fatos que permearam a crise hídrica na capital paulista.

3.6. Análise qualitativa

3.6.1. Contexto interno

3.6.1.1. Assinatura

Conforme o roteiro das autoras, iniciamos com a análise da assinatura. Tendo em vista a quantidade de matérias realizadas pelos profissionais da casa, fica claro

que o *Estadão* priorizou a produção das notícias sobre a crise hídrica paulistana a partir dos jornalistas que trabalham na redação.

A primeira observação a se fazer sobre esta questão refere-se à importância que o veículo destinou ao assunto, pois preferiu priorizá-los aos profissionais da casa do que reproduzi-lo por meio de matérias adquiridas junto a agências de notícia ou de *free lancers*⁶⁵.

Outro ponto explicitado neste item da cobertura diz respeito à plena identificação dos repórteres que foram envolvidos na confecção das matérias. Por intermédio deste ato, o *Estadão* demonstra respeito aos profissionais concedendo-lhes espaço para assinarem com seus próprios nomes.

Porém, ressalta-se que esta prática também pode se configurar em uma forma de dividir responsabilidades sobre o teor do material divulgado, mesmo que os originais entregues pelo jornalista sofram alterações promovidas pelos editores, como a praxe das redações.

Apesar de o protocolo proposto pelas autoras não considerar a questão da assinatura dos recursos visuais utilizados pelos veículos, nesta análise pudemos observar que o *Estadão* repetiu procedimento adotado em relação aos seus profissionais.

O jornal, além de creditar-lhes todas as imagens publicadas, e somente em duas ocasiões recorreu a fotografias compradas da agência Reuters. Também em uma única oportunidade publicou uma foto de divulgação fornecida pela assessoria de imprensa do Governo do Estado.

Essas decisões demonstram a deferência dos editores aos repórteres fotográficos, assim como aos *designers* gráficos da casa. Todos foram

⁶⁵ Convém deixar claro que não nos opomos a esses tipos de prestação de serviço, que também contam com profissionais gabaritados.

identificados junto às suas respectivas produções relativas ao estresse hídrico da Grande São Paulo em 2014.

3.6.1.2. Local de apuração

Quanto ao local de apuração, sublinha-se que 2014 foi ano de eleições majoritárias no Brasil e, não por coincidência, os repórteres da editoria *Política* foram os que mais se movimentaram para além da sede do jornal; fato que resultou em pautas ligadas à crise de abastecimento de água dos paulistanos.

Associaram-se com mais regularidade às comitivas eleitorais para percorrer os trajetos que os candidatos ao Governo do Estado paulista e à Presidência da República executaram na busca de votos do eleitorado local.

Nessas ocasiões, verificou-se que o assunto sobre a escassez hídrica se juntou aos demais temas comumente abordados nas campanhas políticas, devido às implicações dele decorridas aos cidadãos e outros Estados brasileiros.

Também deve-se imputar o interesse ao papel representativo de São Paulo perante a Federação e, em menor escala, mas não desprezível, a outros países. Suas questões costumam chamar a atenção da população brasileira, independente da região geográfica dentro do território nacional, de governos estrangeiros e de empresas internacionais que possuem unidades no Estado paulista.

Depreende-se que a pauta hídrica também foi apropriada pelos jornalistas da seção *Política* devido à essencialidade da água para a vida humana, às atividades produtivas ou comerciais, e pela magnitude da crise estabelecida em São Paulo. Entretanto, é perceptível que quantidade de vezes das coberturas executadas *in loco* não deve ter demandado grandes mobilizações da redação.

Por outro lado, as marcas deixadas no material publicado evidenciam que os repórteres envolvidos na questão pela editoria *São Paulo* a fizeram a partir da

própria redação, contando com o apoio de fontes que puderam ser acessadas por telefone ou pela Internet.

Outro ponto que merece destaque é o fato de a *São Paulo* ter realizado a maioria das pautas sobre o tema. Isso se deu pelo próprio perfil desta editoria, que é responsável por cobrir, entre outras atribuições, e de acordo com posicionamento do próprio veículo, questões ligadas a todas as esferas municipais, “de forma objetiva e analítica”⁶⁶. Neste caso, os assuntos relacionados ao dia a dia dos paulistanos.

Salienta-se, contudo, que o *Estadão* demonstra estar adaptado ao chamado “jornalismo de gabinete”, prática na qual os repórteres realizam as suas funções a partir das dependências da própria redação. Apesar da facilidade/agilidade dos processos, e sem querer desmerecer as fontes, incorre-se na práxis tendenciosa da repetição dos comentaristas habituais, sem propiciar aos leitores pontos de vistas e vozes diferentes das habituais. É sabido que a variedade de narrativas conduz ao debate cidadão e democrático.

3.6.1.3. Fontes

A cobertura jornalística publicada pelo *Estadão* sobre a crise hídrica evidencia que os jornalistas do veículo se mobilizaram para abrir canais diretos de comunicação com as fontes sem abusar de informações mediadas por terceiros.

Mesmo que o acesso aos agentes informantes tenha se dado sem intermediários, registra-se que, no período verificado pelo estudo amostral, nenhuma matéria foi publicada com dados inteiramente inéditos. Muitas das informações foram resgatadas de arquivos; obtidas por meio de notas ou *press releases* disponibilizados pelas entidades governamentais e civis, e ainda por intermédio de acervos eletrônicos.

⁶⁶ Disponível em <http://publicidade.estadao.com.br/estadao/1o-caderno/>

O fato de o *Estadão* ter divulgado as pautas sobre os problemas de abastecimento de água dos paulistanos a partir de enunciados já abordados, revela que seus profissionais não obtiveram furos jornalísticos (narrativas inéditas) entre maio e dezembro de 2014.

Ficou patente a preferência do *Estadão* pelas fontes oriundas dos poderes públicos e institucionais. Entende-se que este favoritismo pode estar amparado em diferentes pilares como, por exemplo, a disponibilidade das fontes governamentais e institucionais em anos eleitorais – caso de 2014 -, quando costumam colocar-se mais abertamente

Essa disponibilidade deve-se ao interesse de exposição maior junto à mídia, uma vez que anseiam pelos retornos favoráveis que suas declarações podem representar nas urnas. Outro ponto que pode ser considerado é o caráter oficial das declarações desses agentes e a sua, presumível, confiabilidade.

Porém, não se pode negar a via de mão de dupla dos interesses que se estabelecem entre fontes e jornalistas, e vice e versa. Os dois lados são cientes de seus papéis junto às sociedades entendidas como democráticas.

(...). Noticiar tornou-se a forma mais eficaz de agir no mundo da democracia e do mercado. E criar acontecimentos, recheá-los de conteúdo jornalístico, a mais competente intervenção discursiva das instituições. Quem controla os acontecimentos produz os fatos, os atos, as falas, os saberes, serviços e produtos que nutrem irrecusavelmente os conteúdos jornalísticos. E a competência de produzir e difundir discursos – isto é, a competência de dizer para agir e de agir quando se diz – enriquece a democracia, dinamiza as tramas culturais, dá sentidos novos à cidadania (Chaparro, 2000, p. 295-304).

As fontes encontram na mídia a lente telescópica que necessitam para obter ampliar a difusão dos fatos que lhes interessam junto à opinião pública. E, nesse sentido, sabe-se que é grande a quantidade de informantes em potencial que se habilitam para falar com a mídia, como lembra Chaparro:

Esse é o cenário de uma profunda perturbação dos processos jornalísticos, a que podemos chamar “Revolução das Fontes”. As fontes se profissionalizaram, assimilaram os conceitos, a linguagem e a lógica do jornalismo, capacitaram seus protagonistas, desenvolveram competência no uso das novas tecnologias para a valorização decisiva da dimensão comunicativa dos acontecimentos. Governos, partidos políticos, empresas, igrejas, clubes, minorias organizadas, movimentos sociais, grupos culturais, sindicatos – os sujeitos institucionais se manifestam por meio de acontecimentos planejados para serem notícia. Em decorrência disso, porque controlam os acontecimentos noticiáveis e noticiados, geram também os conteúdos jornalísticos (Idem).

Deve-se considerar ainda que a facilidade de acesso também se constitui em uma das questões preponderantes na hora da escolha das fontes dos poderes públicos, associações e organizações. Afinal, a grande maioria costuma fazer parte das mailings lists das redações; bastando o repórter/editor enviar uma mensagem eletrônica ou realizar uma ligação telefônica para ser atendido sem ter de sair de sua base.

Considera-se ainda a questão do tempo despendido na apuração dos fatos. Este tópico é crucial dentro dos veículos diários de comunicação, especialmente àqueles vinculados à Internet, como o *Estadão*, que entre suas propostas editoriais consta a disponibilização de notícias em tempo real na página principal de seu *site*.

3.6.1.4. Informações de segunda mão

Na análise empreendida fica claro que o *Estadão* não se apropriou com frequência de informações obtidas por outros veículos (informações de segunda mão) para executar a cobertura em questão. Preferiu publicar os dados apurados por intermédio dos profissionais residentes.

3.6.1.5. Formato

Sobre a escolha prioritária do *Estadão* em veicular as pautas sobre a falta de água em formato de notícia, pode ser entendida como um padrão predeterminado, pois o jornal está ancorado em plataforma digital. As reportagens são, em geral,

elaboradas com narrativas mais longas e não condizem com o perfil predominante dos internautas, que costumam buscar informações concisas e claras.

Além da questão do público-alvo, há de se considerar que as reportagens demandam mais tempo de elaboração e exigem dedicação maior do repórter, comprometendo a produção diária para a alimentação da *homepage* do jornal, cuja proposta principal, reitera-se, é apresentar as notícias de forma ágil e em tempo real.

Entretanto, para os usuários que desejassem se aprofundar no tema, o *Estadão* disponibilizou, imediatamente após cada matéria sobre os problemas de abastecimento do paulistano em 2014, *hiperlinks* que conduziam aos conteúdos anteriormente publicados e diretamente relacionados ao caso.

3.7. Localização/hierarquização no portal

Consideramos que este tópico ficou, de certa forma, comprometido junto à análise de cobertura empreendida, pois o protocolo proposto por SILVA e MAIA (2011) não contempla veículos digitais de informação.

Aproveitamos para propor a atualização⁶⁷ do mesmo a fim de que também possa vislumbrar análises de cobertura empreendidas por veículos digitais, que contam com particularidades de específicas em suas práxis.

No caso do *Estadão*, os editores adotam formatos de armazenamento das edições diferenciados daqueles eleitos por jornais impressos, televisivos e radiofônicos, que são atendidos pelo método.

As primeiras páginas do jornal digital *Estadão*, que poderiam auxiliar na avaliação sobre a localização/hierarquização das matérias referentes à escassez de água nos dias de suas referidas publicações, encontram-se catalogadas no espaço

⁶⁷ Coloco-me à disposição para auxiliar nesta atualização.

cibernético de forma individualizada e em formato de texto corrido. Isto é, descontextualizadas de seu modelo original.

Contudo, salienta-se que os elementos visuais, que eventualmente as compuseram nas respectivas datas de divulgação, ficam à disposição do leitor tardio. Este pode ver as fotografias e legendas, infográficos e galerias de fotos que acompanharam a edição. Porém, acentua-se, com diagramação não coincidente à edição do dia de sua primeira publicação.

Sobre a diagramação básica vigente no *Estadão*, e que deve ter sido a regra em 2014, constata-se neste estudo que os editores procuram oferecer à audiência uma diagramação que lhe permita navegar pela página de acolhimento de forma intuitiva.

Com a intenção de ampliar o público de seu *website*, o *Estadão* conta ainda com *design* especialmente desenvolvido para telefones celulares. Pelo navegador do aparelho móvel, o leitor conecta-se à versão *mobile* jornal *Estadão*, onde encontra notícias, *blogs*, áudios e vídeos. A ferramenta para *smartphones* está disponível gratuitamente nos aplicativos do *Estadão* junto à *Apple Store* e à *PlayStore*.

Deve-se considerar que esses atrativos “gratuitos”⁶⁸ oferecidos pelo *Estadão* visam suscitar o interesse de novos assinantes e o aumento da audiência, uma vez que se trata de um produto que integra um sistema de produção capitalista que visa ao lucro.

3.7.1. Recursos visuais

No tocante ao uso abundante de recursos visuais como complementação de 90% das notícias e reportagens divulgadas, depreende-se que os editores se

⁶⁸ Considera-se que boa parte da receita gerada pelo *Estadão* provém dos anúncios que abundam em sua *homepage*. Logo, a gratuidade de acesso é largamente questionável.

preocuparam em transmitir à audiência as informações sobre a crise hídrica de forma clara e didática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegarmos à parte final desta pesquisa, no qual estudamos a práxis dos grandes veículos de comunicação contemporâneos, aqui representados pelo jornal digital *Estadão*, pertencente ao Grupo Estado - um dos maiores conglomerados e tradicionais empreendimentos do setor de mídia do Brasil -, verificamos, principalmente, que a imprensa tende a dar continuidade à prática de privilegiar as fontes oficiais em detrimento das vozes daqueles diretamente afetados pelos possíveis problemas sociais; mesmo que estes coloquem milhões de vidas em risco, como uma crítica escassez hídrica.

Neste sentido, ratificamos as premissas que animaram o presente trabalho, de que os poderes simbólicos e financeiros, inerentes ao capitalismo de matiz neoliberal, são determinantes na escolha da linha editorial que guia os veículos de comunicação na contemporaneidade. Resta claro o caráter empresarial da grande imprensa brasileira.

E este foi o caso do *Estadão* na cobertura jornalística que empreendeu sobre a crise de abastecimento de água na capital paulista e Grande São Paulo em 2014. Apesar da criticidade da situação, o jornal priorizou as narrativas do governador Geraldo Alckmin, relegando as demais fontes de informação a outros planos.

Enquanto Alckmin teve suas falas transcritas em 196 matérias, a sociedade civil organizada e pode se manifestar apenas em 19 notícias, representando menos de 10% das oportunidades concedidas ao governador.

A presente pesquisa partiu da hipótese que dentro do quadro de vulnerabilidade observado no período estudado - potencializado pela quantidade de cidadãos e cidadãos paulistanos exposta à falta de água -, que o *Estadão* tivesse mesmo aberto as suas páginas os enunciados de Alckmin. Porém, de forma a procurar

estabelecer um diálogo aberto com a população, de forma transparente e sem subterfúgios.

O que se viu na reprodução das interlocuções oficiais feita pelo *Estadão* foi um discurso repetitivo sobre o Sistema Cantareira; a “benevolência”⁶⁹ da Sabesp em conceder bônus sobre aos usuários que economizassem água; a autodefesa do governador/Sabesp/PSDB às críticas lançadas por seus opositores políticos.

Reitera-se que naquele ano, Geraldo Alckmin concorria à própria recondução ao Palácio dos Bandeirantes -; a busca pela compreensão popular a respeito do problema; a responsabilização da escassez hídrica unicamente ao longo período de estiagem, e o uso político da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada pela Câmara Municipal de São Paulo para investigar o contrato de prestação estabelecido entre a capital e a companhia de saneamento do Estado.

Do outro lado da balança, as narrativas publicadas a partir da sociedade civil organizada (e não) deixaram a impressão de antagonismo das fontes consultadas. Apesar de naquele momento – em função da profundidade da crise de abastecimento de água -, se esperasse discursos menos dissonantes.

Porém, o fato também pode ser analisado do ponto de vista de direcionamento de pauta. Afinal, quanto mais antagônicos os enunciados, menor a identificação à causa. Isto dificulta a compreensão do fenômeno abordado, e apenas simula-se o cumprimento da máxima do campo jornalístico que exorta os profissionais a ouvir os dois lados na notícia.

Notou-se ainda que, apesar de o momento ter se mostrado apropriado pela ampla sensibilização cidadã para o tema, o jornal se ausentou no alerta a seus leitores sobre a finitude da água própria para o consumo humano.

⁶⁹ Aspas nossas.

Poderia ter suscitado o debate sobre a escassez de água doce junto às reservas naturais do planeta em função do alto índice de contaminação causado pelo lançamento dos mais diferentes tipos de dejetos; assoreamento dos leitos de rios, lagos e represas; desmatamentos, adensamento populacional e ocupação irregular das várzeas entre outros agravantes.

Ainda sobre as questões da práxis jornalística, com base na análise de cobertura realizada nesta dissertação, depreende-se, pelas evidências deixadas nas marcas de sua produção, que o *Estadão* desempenha papel majoritariamente de coadjuvante de *O Estado de São Paulo* (OESP), o veículo impresso do Grupo Estado; pelo menos no que tange às editorias *São Paulo* e *Política*.

Convém ressaltar que foram em vão as tentativas de se manter contato com o jornalista Fábio Leite (o repórter mais constante na cobertura da crise hídrica pelo Estadão em 2014) para colher diretamente com o mesmo os seus pontos de vista sobre o fazer jornalístico do veículo e, mais especificamente, sobre o *modus operandi* da editoria para a qual trabalha (São Paulo).

Além disso, tampouco foi possível ouvi-lo sobre a composição das pautas que desenvolveu sobre a falta de água em São Paulo em 2014. Os contatos foram tentados por intermédio da ferramenta *Messenger* e constam do apêndice deste trabalho.

Entretanto, em *off*, fontes internas do veículo analisado esclareceram que, de fato, os repórteres das duas seções trabalham no cumprimento majoritário das pautas do OESP, mas que durante o dia, e no decorrer da apuração dos fatos, vão alimentando o *site* de notícias.

O mesmo se passa com os profissionais de outro produto da casa, a Agência Estado. Estes também “sobem” suas matérias na página do *Estadão*, apesar de prioritariamente as mesmas serem produzidas para a venda a outros veículos, informou a fonte.

A dinâmica conferida na redação do *Estadão* se faz presente junto a outros departamentos diretamente envolvidos com a produção de notícias, como os repórteres fotográficos e *designers* gráficos. Apesar de, neste último caso, a questão se dê de forma contrária. Via de regra, primeiramente o produto é desenvolvido para a página da *web* do *Estadão* e depois aproveitada na impressão de *OESP*.

Neste sentido, não seria exagero a analogia com Althusser no tocante à exploração da mão de obra, e a questão do *habitus* dentro do campo jornalístico, conforme os conceitos de Bourdieu, ambos abordados nesta análise.

Podemos afirmar, com base em Althusser, que o *Estadão* é típico representante do sistema vigente dos meios de produção, uma vez que em sua práxis diária reproduz as orientações estéticas e ideológicas – entre outras -, normatizadas pelo seu proprietário.

É evidente junto à redação do jornal a duplicação do modo de produção dominante, que atua em conformidade com a ideologia de seus proprietários coincidindo com a definição do autor sobre Aparelho Ideológico de Estado (AIE).

Deslocando a discussão para conceitos mais atuais (apesar de não enxergar caducidade nos argumentos althusserianos), a item sobre a importância financeira e a manutenção do *status quo* também pode ser depreendida da prática verificada junto ao *Estadão* por meio de Mcchesney.

O autor reitera o pensamento de Louis Althusser ao incluir a mídia como o segundo na linha hierárquica do poder vigente em função de sua força ideológica perante o mundo capitalista. Para Mcchesney, o primeiro é o poder econômico e financeiro, porém, a mídia é por ele definida como o aparato mundial de globalização.

Na questão da crise hídrica, o que se observa é uma mistura, até certo ponto explosiva, da confluência dos poderes à compactuação do poder econômico da

Sabesp – uma empresa globalizada -, e do governo do Estado brasileiro com o maior Produto Interno Bruto (PIB), ao poder de influência da mídia.

Neste caso o *Estadão*, que pode exercê-la perante a opinião pública com seus discursos direcionados para aquilo que deseja fazer crer que seja verdadeiro; mesmo que as evidências mostrem o contrário. Como adverte o autor, são as regras de mercado impondo comportamentos. Logo, nota-se que o *Estadão* procura não quebrar os contratos estabelecidos de formas tácitas e/ou explícitas com seus públicos-alvo (leitores, clientes, fornecedores etc).

Outro fato que merece destaque nestas considerações finais diz respeito ao governo Federal, que tem exigido dos entes federativos a venda de suas empresas de saneamento à iniciativa privada.

Michel Temer evidencia que ao capital não interessa um Estado minimamente forte, seja do ponto de vista econômico ou ideológico. Nem mesmo na defesa dos serviços essenciais aos cidadãos como o fornecimento de água potável e a coleta de esgoto.

A finitude do fundamental produto à vida humana faz com que as companhias de saneamento públicas sejam disputadas por grupos com interesses de exploração segundo a lógica de mercado: quanto menos disponível, mais caro.

Na análise da práxis do *Estadão*, depreendemos ainda que existem questões tácitas entre empregados e empregadores midiáticos na acepção capitalista atual. Para garantir a empregabilidade, o repórter sabe que não tem autonomia para abordar determinados fatos tais como se apresentam.

E, essa ausência de independência – que representa a reprodução do *habitus*-, como adverte Ignacio Ramonet, é a parte de maior visibilidade dentro das alterações sofridas pelas mídias desde que o neoliberalismo adentrou às redações.

Por fim, tomando por base a cobertura aqui analisada, pode-se afirmar que o jornalismo contemporâneo, exercido pelas grandes empresas midiáticas do Brasil, não existe enquanto um espaço de conflitos e de vozes dissonantes.

Em sua missão é praticamente nula a equanimidade no tratamento dispensado às fontes efetivamente consultadas. Tampouco se constata qualquer movimento em direção à ampliação de espaço para enunciados que, de fato, poderiam retratar a realidade social sob os diferentes ângulos que lhes são inerentes.

BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de estado. In: Um mapa da ideologia, S. Zizek (org). Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARTHES, Roland. A câmara clara. Trad. Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro. Nova Fronteira: 1984.

BIONDI, A. *O Brasil privatizado - um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BRITO, F.; SOUZA, J. *Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza*. Revista Perspectiva, Fundação Seade, jan. 2006.

CHAPARRO, M.C. *O acontecimento como discurso*. *Comunicação e Sociedade* 2, 14(1-2):295-317, 2000. (Cadernos do Noroeste, Série Comunicação)

CORTESÃO, Jaime. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1943.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

MACCHESNEY W. ROBERT. In *Por uma outra comunicação- Mídia, mundialização cultural e poder* (MOARES, D. (org.)). Rio de Janeiro: Record, 2003

RAMONET, IGNACIO. In *Por uma outra comunicação- Mídia, mundialização cultural e poder* (MOARES, D. (org.)). Rio de Janeiro: Record, 2003

REZENDE, S. *Aspectos demográficos da cobertura de serviços de saneamento no Brasil urbano Contemporâneo*. 2005. F. 22: il. Tese (doutorado). Centro de

Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005 Ori.: Wajnman, Simone.

SILVA, G. *Econotas, para uma vida sustentável*. Produção independente. São Paulo, 2015 - **ISBN-10**: 1507764553

SILVA, R. Toledo: PORTO, M. F. A. *Gestão urbana e gestão das águas: caminhos da integração*. Estudos avançados, v. 17, n.47, p. 129-145, 2003.

SILVA, Gislene; MAIA, Flávia Dourado. Análise de cobertura jornalística: Um protocolo metodológico. Revista Rumores (Revista Online de Comunicação, Linguagem e Mídias), São Paulo, ECA/USP, ano 5, n. 10, jul./dez. 2011.

SITES CONSULTADOS

[http://www.sabesp.com.br/Sabesp/filesmng.nsf/77C5B47F7B351FF783257DC6005FADBE/\\$File/apresentacao_apimec_191214.pdf](http://www.sabesp.com.br/Sabesp/filesmng.nsf/77C5B47F7B351FF783257DC6005FADBE/$File/apresentacao_apimec_191214.pdf)

<https://vantunes.jusbrasil.com.br/artigos/151668183/a-titularidade-do-servico-publico-de-abastecimento-de-agua>

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000400003

http://www.greenpeace.org/brasil/Global/brasil/documentos/2015/greenpeace_relatorio_hidrica_A4-ALTA.pdf

<http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/water/wwap/wwdr/2017-wastewater-the-untapped-resource/>

<http://www.unwater.org/publications/glaas/en/>

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-03/dia-mundial-da-agua-78-dos-empregos-no-mundo-dependem-de-recursos-hidricos>

http://www.cienciapolitica.org.br/wp-content/uploads/2014/04/24_6_2012_1_9_2.pdf

<http://www.revista.pucminas.br/materia/saneamento-zero/>

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/fmsai/apresentacao/index.php?p=145635>

<http://www.un.org/en/mdg/summit2010/>

<http://www.tratabrasil.org.br/o-que-e-o-pac>

<http://oglobo.globo.com/brasil/saneamento-brasil-ocupa-112-posicao-em-ranking-de-200-paises-11918085>

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-09/52-das-obras-de-saneamento-do-pac-enfrentam-problemas-aponta-levantamento>

<http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/uploads/estudos/expansao/BOOK-Benef%C3%ADcios%20-logos.pdf>

http://www.moreirajr.com.br/revistas.asp?fase=r003&id_materia=608

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2016/lei-13329-1-agosto-2016-783466-norma-pl.html>

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-03/lucro-da-sabesp-aumenta-450-em-2016-e-chega-r-29-bilhoes>

[http://www.sabesp.com.br/sabesp/filesmng.nsf/02FB2799559E6BC5832580F10062D8F0/\\$File/SBSP3_4T16_13.pdf](http://www.sabesp.com.br/sabesp/filesmng.nsf/02FB2799559E6BC5832580F10062D8F0/$File/SBSP3_4T16_13.pdf)

<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,rodizio-seria-drastico-2-dias-com-aqua-e-5-sem-diz-diretor-da-sabesp,1625487>

<http://www.aesabesp.org.br/arquivos/saneas/saneas52.pdf, 25/07/2016>

[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/pdf/analise_estimativas_2014.pdf \(25/07/2016\)](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/pdf/analise_estimativas_2014.pdf (25/07/2016))

<http://www.sdmropolitano.sp.gov.br/portalsdm/sao-paulo.jsp>

http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/audiencia/arquivo/2005/004/contribuicao/lig ht_anexo_i.pdf Usinas da Light no PS

<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/11/chuva-ja-resolveu-crise-da-agua-em-sp-veja-perguntas-e-respostas.html 25/07/2016>

<http://super.abril.com.br/crise-agua/ofundodopoco.shtml>

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Sabesp>

<http://site.sabesp.com.br/site/interna/Default.aspx?secaold=505>

<http://site.sabesp.com.br/site/interna/Default.aspx?secaold=169>

<http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2014/10/1525347-alcmin-mantem-vantagem-sobre-adversarios-em-sao-paulo.shtml>

<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Julho/presidente-do-tse-anuncia-aumento-de-5-17-do-eleitorado-brasileiro>

<http://www.estadao.com.br/historico/resumo/conti8.htm>

[http://www.estadao.com.br/ext/codigoetica/codigo de etica miolo.pdf](http://www.estadao.com.br/ext/codigoetica/codigo_de_etica_miolo.pdf)

<http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2015/08/pib-paulista-cai-3-5-em-12-meses-em-queda-puxada-pela-industria-4614.html>

<http://publicidade.estadao.com.br/anuncie-no-site/estadao-pontocom-dados-de-mercado/>

<http://publicidade.estadao.com.br/estadao/estadao-dados-de-mercado/>
(<http://www.brasil.gov.br/ciencia-e-tecnologia/2010/10/aqua-e-consumo-consciente>).

<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>

[http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,justica-censura-estado-e-proibe-informacoes-sobre-sarney,411711_\(09/08/2016\)](http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,justica-censura-estado-e-proibe-informacoes-sobre-sarney,411711_(09/08/2016))

https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Estado_de_S._Paulo

<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/sp/noticia/2014/07/numero-de-eleitores-em-sp-cresce-24-em-relacao-eleicoes-de-2012.html>

<http://planetasustentavel.abril.com.br/noticias/relatora-onu-critica-gestao-agua-sao-paulo-brasil-807140.shtml>

<http://jornalggn.com.br/noticia/relatora-da-onu-mantem-criticas-ao-governo-alckmin>

<http://www3.ethos.org.br/cedoc/nossa-sao-paulo-e-fecomercio-sp-lancam-6a-edicao-da-pesquisa-irbem/#.V54fkl-cHio>

<http://eleicoes.folha.uol.com.br/2014/2turno/presidente/sp.shtml>

<http://www.sabesp.com.br/CalandraWeb/CalandraRedirect/?temp=4&proj=AgenciaNoticias&pub=T&docid=3B3851C287055C148325770600671FDD>

<http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/horario-eleitoral-gratuito-ajuda-o-eleitor/>

<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,sp-vai-tratar-esgotos-para-usar-mais-agua-de-rios,1547456>

<http://www.climatempo.com.br/noticias/268788/sao-paulo-tem-segundo-outubro-mais-seco-em-71-anos/>

<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/10/aecio-tem-46-e-dilma-44-diz-1-pesquisa-ibope-do-segundo-turno.html>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Grupo_Globo

www.estadao.com.br (Fonte primordial)

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/02/17/governo-sabia-da-insuficiencia-do-sistema-cantareira-desde-2004.htm> (Acessado em 12/01/2017 – 13h05)

<http://www.cartacapital.com.br/politica/201corientacao-superior201d-impediu-sabesp-de-alertar-populacao-sobre-crise-da-agua-8329.html> (Acessado em 12/01/2017 – 13h05)

<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/10/cpi-pede-que-presidente-da-sabesp-explique-erro-em-orientacao-superior.html> Acessado em 12/01/2017 – 14h56

<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>
(Acessado em 13/01/2015 – 10h52)

APÊNDICES

Apêndice I – Sabesp (Adriano Stringhini)

De: Maria Telma Vieira de Oliveira <telmamondoni@yahoo.com.br>
Para: "astringhini@sabesp.com.br"< astringhini@sabesp.com.br>
Data: 05/09/2016 18:09
Assunto: (Tese Mestrado) Sobre o plano de comunicação e campanha publicitária durante a crise hídrica em 2014

Boa tarde, Adriano!

Reitero os agradecimentos e aproveito para dizer que fiquei muito feliz e esperançosa com o seu retorno. Estava meio descrente de que o obteria. Desejo realizar uma abordagem real do ponto de vista da empresa, e não apenas uma que seja baseada em inferências a respeito dos dados divulgados de forma explícita ou nas entrelinhas da grande mídia. Não que eu duvide de tudo o que é publicado, mas, sabemos que muitas questões são divulgadas sob um viés editorial. E, como dita a boa e velha máxima jornalística: ouvir os dois lados é primordial.

Apenas para situar, o corpus da minha pesquisa vai do dia 15 de maio de 2014 a 31 de dezembro de 2014. Caso deseje entender os motivos que ensejaram esse recorte de tempo, por favor, leia os dois parágrafos abaixo. Se não interessar, sugiro que pule direto para as perguntas.

Foi nesse período que a Sabesp teve de iniciar a captação de água do volume morto do Sistema Cantareira e fazer a transferência de grande quantidade de usuários desse setor para outros complexos de reservação; também teve de acelerar obras de interligação entre outros sistemas para minimizar o estresse hídrico do Cantareira.

Do ponto de vista político, ressalta-se o protagonismo do governador Geraldo Alckmin, que esteve imbuído dos papéis de porta-voz da Sabesp, de candidato à reeleição e como suporte fundamental do PSDB no sentido de "garantir" a transferência de seus votos ao candidato à Presidência da República Aécio Neves. Somam-se a essas questões, a instauração da CPI da Sabesp pela Câmara Municipal de São Paulo, a polêmica com os Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais sobre uso das águas do Rio Paraíba do Sul, com ênfase para os posicionamentos do governador Pezão, da ANA e Aneel.

Vamos lá:

a) PLANO DE COMUNICAÇÃO DE CRISE

- 1- Dentro do Plano de Contingência da Sabesp já constavam cláusulas que contemplavam uma possível escassez de água em função de condições climáticas desfavoráveis na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)? Em caso positivo, quando foi que vocês efetuaram uma última revisão anterior a 2014?
- 2- Por gentileza, poderia me passar os nomes e cargos dos profissionais responsáveis por cada um dos setores envolvidos no plano?
- 3- Dentro do Plano de Comunicação de Crise estabelecido junto ao Plano de Contingência sobre a escassez de água, quais são os públicos prioritários (stakeholders) estabelecidos para a RMSP?
- 4- Quem são os porta-vozes habilitados a tratar com a mídia por ordem decrescente e por competência dos pontos de vistas político e técnico?
- 5- O governador Geraldo Alckmin sempre constou da lista de porta-vozes ou somente foi acionado após a intensificação da escassez hídrica devido às críticas divulgadas através da mídia em função do vazamento dos áudios da presidente Dilma Pena e Paulo Massato, assim como às declarações feitas por ambos?
- 6- A Comunicação da Sabesp contratou empresa para realização de media training? Qual?
- 7- Quantas sessões de media training foram efetuadas entre maio e dezembro/2014?
- 8- Quais foram os *statements* (posicionamentos) estabelecidos e aqueles efetivamente utilizados junto à mídia?

- 9- Durante quanto tempo vocês usaram os mecanismos do Plano de Comunicação para tratar com a mídia a respeito da crise hídrica?
- 10- O Plano de Comunicação de Crise, dentro do P. de Contingência previamente estabelecido pela empresa, já contemplava capítulo especial sobre eventuais problemas de fornecimento junto ao Sistema Cantareira?
- 11- Os *statements* referentes ao Cantareira foram divulgados conforme demanda ou vocês liberaram a todo o mailing de acordo com o assunto e de forma proativa?
- 12- Em linhas gerais, como é constituído o mailing da RMSP? Isto é, além da grande mídia vocês também acionam jornais regionais, de bairros, rádios comunitárias?
- 13- Tendo em vista que 2014 foi ano de eleições majoritárias e o governador Alckmin concorria à reeleição, em algum momento as assessorias de imprensa da Sabesp, do Palácio dos Bandeirantes e/ou do PSDB se reuniram para compor/amarrar estratégias e táticas voltadas à imprensa com referência ao estresse hídrico da RMSP? Quando e em quais circunstâncias?
- 14- A Sabesp montou os posicionamentos apenas de forma impressa para disparo por e-mails ou também disponibilizou vídeos, spots e fotos?
- 15- Os posicionamentos para as mídias digitais tiveram redação e abordagens audiovisuais específicas?
- 16- Os *statements* estiveram disponíveis no site da Sabesp? Qual periodicidade foi estabelecida para que cada um permanecesse no ar?
- 17- Qual foi a verba disponibilizada para o Plano de Comunicação de Crise (media trainings, clippings, monitoramento das mídias sociais, fotos, vídeos, sonoras...)? Poderia listar cada um dos serviços contratados e os respectivos valores?

b) CAMPANHA DE COMUNICAÇÃO PÚBLICO EXTERNO (USUÁRIOS)

Tendo em vista que a opinião pública foi o alvo ao qual todos buscavam, infiro que houve uma concentração de esforços no sentido de dotá-la de informações oficiais e de buscar a sua adesão em vários sentidos.

Então, seguem as minhas dúvidas:

1. A primeira campanha de divulgação elaborada pela Sabesp, relativa à escassez hídrica na RMSP, foi de fato proibida pelo TRE/TSE?
2. O foco realmente possuía um viés de propaganda explícita da Sabesp ao invés da prestação de serviço que se fazia necessária naquele momento?
3. As peças dessa campanha já estavam impressas e formatadas para as diferentes mídias?
4. Há como disponibilizar uma peça publicitária dessa campanha para constar da minha dissertação de mestrado? (pdf ou jpg)
5. Qual era a data para o disparo da primeira campanha e qual seria o prazo que ela permaneceria ativa?
6. Qual foi o prejuízo da Sabesp na suspensão dessa campanha?
7. Quando vocês conseguiram colocar a segunda campanha nas ruas? Qual foi o prazo de validade da mesma?
8. A Sabesp elaborou alguma pesquisa de opinião ou grupo focal antes de listar os assuntos que comporiam a segunda campanha publicitária? Em qual data, qual a empresa/instituto que a realizou e o valor?
9. Qual assunto mais crítico indicado pelo resultado da pesquisa e/ou grupo focal dentro do universo da falta de água na RMSP, e que mereceu especial atenção da Sabesp na composição da segunda campanha?
10. Qual foi o valor dessa segunda campanha?
11. Qual foi o budget (R\$) foi destinado à compra de espaços publicitários junto à grande mídia impressa e mídia social paulistas?
12. Qual foi a verba dispensada ao Grupo Estado, proprietário dos jornais O Estado de São Paulo e Estadão online, entre outros?
13. Quantas peças foram elaboradas e os respectivos propósitos (tipo: economia de água, caça-vazamentos, aprenda a acompanhar seu consumo, bônus...)? Para quais mídias?
14. Houve a composição de peças exclusivas aos consumidores do Sistema Cantareira? Quais e qual foi o teor?
15. Há como disponibilizar uma peça publicitária da segunda campanha para constar da minha dissertação de mestrado? E também uma específica para a região abastecida pelo Cantareira? (pdf ou jpg)

16. Qual a avaliação da Sabesp sobre a efetividade da segunda campanha?

17. Ainda de acordo com a avaliação final de vocês, o que de fato foi mais eficaz e efetivo para a adesão à economia de água por parte dos consumidores: a campanha publicitária (de esclarecimento) ou os bônus fornecidos junto às contas de água para aqueles usuários que diminuiram o consumo mensal?

Por favor, sinta-se à vontade para acrescentar algum fato/assunto relevante que eu possa ter deixado passar despercebido.

Um milhão agradecimentos pela gentileza e atenção.

Abraços,

Telma

astringhini@sabesp.com.br

Fwd: Enc: SIC acoes comunicacaoEspecificação

MESTRADO PRIVATIZAÇÃO

09/10/16

astringhini@sabesp.com.br

Fwd: Enc: SIC acoes comunicação

Telma,

Para ir ajudando

As resposta passo em breve

Abaixo resumo com acoes e campanhas.

A

ADRIANO C. STRINGHINI

Superintendente Superintendência de Comunicação –

Tel.: 11 3388-8216 - 29/09/16

astringhini@sabesp.com.br

Re: Assunto: Re: (Dissertação Mestrado)

Sobre o plano de comunicação e campanha publicitária ja vou te passar um relato de ações q fizemos ja vai ajudando, acho.

Enviado do meu iPhone Em 9 de set de 2016, às 12:55,

Maria Telma Vieira de Oliveira < telmamondoni@yahoo.com.br > escreveu:...

MESTRADO

29/09/16

astringhini@sabesp.com.br

Re: (Dissertação Mestrado) Sobre o plano de comunicação e campanha publicitária durante a crise hídrica

Prezada Telma,

Peço mais uns dias. Responderemos em breve. Semanas corridas.

Qual seu prazo?

Adriano ADRIANO C. STRINGHINI

Superintendente Superintendência de Comunicação –

PC Tel.: 11...

MESTRADO

08/09/16

astringhini@sabesp.com.br

astringhini@sabesp.com.br

Documentos

Resposta SIC Publicidade atualizado

Abr16.doc

29/09/16

astringhini@sabesp.com.br

Para Maria Telma Vieira de Oliveira

09/08/16 às 9:21 PM

Re: (Dissertação Mestrado) Sobre o plano de comunicação e campanha publicitária durante a crise hídrica

Prezada Telma,

Peço mais uns dias. Responderemos em breve.

Semanas corridas.

Qual seu prazo?

Adriano ADRIANO C. STRINGHINI

Superintendente Superintendência de Comunicação –

PC Tel.: 11 3388-8216 -

Imprima apenas o Essencial - Prefira as opções Frente & Verso e Branco & Preto

SABESP 3Rs: Reduzir/Reutilizar/Reciclar

Antes de imprimir pense em sua responsabilidade e compromisso com o MEIO AMBIENTE.

Este ambiente está sujeito a monitoramento. This environment can be checked

AVISO LEGAL

As informações contidas nesse e-mail e documentos anexos são dirigidas exclusivamente ao(s) destinatário(s) acima indicados, podendo ser confidenciais e/ou legalmente privilegiadas. Qualquer tipo de utilização dessas informações por pessoas não autorizadas esta sujeito as penalidades legais. Caso você tenha recebido essa mensagem por engano, envie por favor uma mensagem ao remetente, apagando-a em seguida.

LEGAL ADVICE

This message is for use by the intended recipient and contains information that may be privileged, confidential and/or under applicable law. If you are not the intended recipient, you are hereby formally notified that any use, copying or distribution of this e-mail, in whole or in part, is strictly prohibited. Please notify the sender by return e-mail and delete this e-mail from your system.

astringhini@sabesp.com.br

Para telmamondoni@yahoo.com.br

09/29/16 às 4:15 PM

Telma,

Para ir ajudando

As respostas passo em breve

Abaixo resumo com acoes e campanhas.

ADRIANO C. STRINGHINI

Superintendente Superintendência de Comunicação –

PC Tel.: 11 3388-8216 - Fax.: 11 3388

ADRIANO C. STRINGHINI

Superintendente

Superintendência de Comunicação - PC

Tel.: 11 3388-8216 - Fax.: 11 3388-9116

(Consulte o arquivo anexado: Resposta SIC Publicidade atualizado Abr16.doc)

A Sabesp foi a primeira a alertar a população sobre a maior seca da história. Em 27 de janeiro de 2014, a companhia iniciou campanha publicitária em que afirmava “o Sistema Cantareira está com o nível mais baixo dos últimos 10 anos. A falta de chuvas em dezembro – o menor índice dos últimos 84 anos – agravou o problema, deixando o sistema com apenas 24% da capacidade.” Seguiu pedindo à população que economizasse água.

A Sabesp realizou oito campanhas publicitárias ao longo de 2014 e mais 2 campanhas em 2015, com mais de três mil inserções de TV e mais de 13 mil inserções de rádio, o que permite estimar que cada paulistano foi impactado mais de 40 vezes pelas mensagens de economia de água. A empresa tem prestado todos os esclarecimentos à imprensa, atendendo mais de 40 jornalistas por dia. Mais de 2,7 milhões de materiais impressos foram distribuídos. A equipe da Sabesp visitou mais de 30 mil condomínios, em 89 bairros, no âmbito da ação Guardiã das Águas. Tudo para conscientizar os clientes da necessidade de economizar água. Ainda em fevereiro, foi lançado programa de bônus, ao qual quase 80% dos consumidores aderiu. A última pesquisa do Datafolha comprova que 99% da população se diz informada sobre a crise.

Com a população conscientizada e com uma série de obras de engenharia, como a interligação dos sistemas, controle de perdas e uso da reserva técnica, a Sabesp conseguiu reduzir a dependência do Cantareira de 9 milhões para 6,5 milhões e garantir o abastecimento sem penalizar a população com medidas

drásticas.

Abaixo, a descrição das campanhas realizadas pela Sabesp, desde o início da crise hídrica, em janeiro de 2014.

Período: de 27 a 29 de janeiro/2014

A primeira etapa da campanha teve início com o filme (link para assistir <https://www.youtube.com/watch?v=TgtAZkCbIMM>)

em formato de lettering que alertava sobre o nível baixo do sistema Cantareira e informava a população sobre a necessidade da economia de água. Foi veiculado nas emissoras de TV Globo, Record, Rede TV, SBT e Band, com cerca de 20 milhões de impactos. Veiculamos também um spot nas rádios: Transamérica FM, Alpha FM, Eldorado, Estadão, Jovem Pan, Capital, Iguatemi, Globo, Bandeirantes, Band News, Sul América Trânsito, Bradesco Esportes, Band FM, Nativa FM, Cultura FM, Tupi FM, 89 FM com o resultado de 10 milhões de impactos.

Agência de Publicidade: Lew´Lara\TBWA

Valor Investido: R\$ 3.040.600

Período: 03 e 04 de fevereiro/2014

Um novo comercial contou com o Apresentador Rodrigo Faro que alertava a população sobre a necessidade de economia de água e veiculou nas emissoras de TV Globo, Record, Rede TV, SBT e Band com 24 milhões de impactos. (Link para assistir <http://youtu.be/M2AUHfCjd3I>)

Agência de Publicidade: Lew´Lara\TBWA

Valor Investido: R\$ 2.820.400

Período: 03 a 28 de fevereiro/2014

Com a falta de chuvas recorde em São Paulo a Sabesp fez nova campanha com Rodrigo Faro informando sobre a implantação do bônus (link para assistir <https://www.youtube.com/watch?v=6ulHtgnJbxE>) para incentivar os consumidores abastecidos pelo sistema Cantareira a economizarem água. Os clientes que economizassem em 20% teriam 30% de desconto na conta. Foi criado um comercial para TV (160 milhões de impactos) que foi veiculado nas emissoras Globo, Record, Rede TV, SBT e Band, além da TV

Minuto/Outernet (Metrô SP) e 2 spots veiculados nas rádios: Transamérica FM, Alpha FM, Eldorado, Estadão, Jovem Pan, Capital, Iguatemi, Globo, Bandeirantes, Band News, Sul América Trânsito, Bradesco Esportes, Band FM, Nativa FM, Cultura, Tupi FM, 89 FM (100 milhões de impactos). Desenvolvemos anúncios que foram veiculados na revista Veja São Paulo, e nos jornais Estado de SP, Diário de SP, Metro, Folha de SP e Agora. E também desenvolvemos peça publicitária que foi veiculada em 1.000 relógios de rua espalhados pela cidade com total de 600 milhões de impactos.

Agência de Publicidade: Lew´Lara\TBWA

Valor Investido: R\$ 2.678.162,00

**ECONOMIZE
20%
E GANHE
30%
DE BÔNUS NA SUA
CONTA DE ÁGUA.**



VÁLIDO PARA CLIENTES SABESP DA REGIÃO METROPOLITANA QUE OBTIVERAM 20% DE ECONOMIA DE ÁGUA, DE ACORDO COM A MÉDIA DOS ÚLTIMOS 12 MESES.

Período: 11 a 14 de abril/2014

Para informar os consumidores sobre a ampliação do bônus para 31 cidades da região metropolitana de São Paulo e ainda Continuar alertando a população sobre a importância de continuar a economia de água, veiculamos um novo comercial no formato “lettering” (link para assistir: <http://youtu.be/Ct2gEdsltWA>) nas emissoras TV Globo, Record, RedeTV, SBT e Band com 20 milhões de impactos.

Agência de Publicidade: Lew’Lara\TBWA

Valor investido: R\$ 1.198.681,00

Período: 16 de abril a 20 de junho/2014

Logo após o “lettering”, voltamos com o ator Rodrigo Faro em um novo comercial (link para assistir <https://www.youtube.com/watch?v=wcb1MBpxbf8>) que reforça as dicas de economia e comunica a ampliação do bônus. O comercial foi veiculado nas emissoras Globo, Record, Rede TV, SBT e Band para informar sobre a ampliação do bônus, com 62 milhões de impactos. Um spot foi veiculado no mesmo período com 220 milhões de impactos nas rádios Eldorado, Estadão, Jovem Pan, Capital, Globo, Bandeirantes, BandNews, Band FM, Cultura, Tupi FM e CBN. Também veiculamos um anúncio sobre a ampliação do bônus em revistas, 153 jornais de bairro e nos jornais de grande circulação (Estadão, Folha de SP, Diário de SP e Agora). Foram feitos também 32 Publieditoriais nos jornais DCI, Diário de São Paulo, APJ, Estadão e Diário do Grande ABC e veiculação de peças na internet informando sobre a ampliação do bônus com cerca de 350 milhões de impactos.

Agência de Publicidade: Lew’Lara\TBWA

Valor Investido: R\$ 12.272.552,00

ECONOMIZE 20% NO CONSUMO DE ÁGUA E REDUZA 30% DA SUA TARIFA.

Graças à economia voluntária feita por 90% dos clientes abastecidos pelo Sistema Cantareira, estamos mantendo o abastecimento de água para nossos consumidores, mesmo durante a maior falta de chuva dos últimos 84 anos. Mas a seca continua, assim como o desafio de todos nós.

Por isso, estamos ampliando o bônus para as 31 cidades da região metropolitana de São Paulo atendidas pela Sabesp e para mais 12 cidades do interior paulista.

Quem economizar 20% vai ganhar 30% de desconto na conta de água. Aproveite e faça o consumo consciente.

Válido para clientes que atingem a meta indicada na conta, durante a vigência do programa. A lista dos municípios participantes e demais informações estão no site www.sabesp.com.br

FAÇA A SUA PARTE:

- TOME BANHOS RÁPIDOS.
- NÃO LAVE CARROS E CALÇADAS COM MANGUEIRA.
- ENSABOE TODA A LOUÇA ANTES DE ENXAGUÁ-LA.
- LAVE SUA ROUPA UMA VEZ POR SEMANA.
- FIQUE DE OLHO NOS VAZAMENTOS INTERNOS DA SUA CASA.

ÁGUA. SABENDO USAR, NÃO VAI FALTAR.



MUITA GENTE JÁ ESTÁ ECONOMIZANDO ÁGUA E GANHANDO O DESCONTO DE 30%. AGORA, MAIS PESSOAS PODERÃO AJUDAR.

GRAÇAS À ECONOMIA VOLUNTÁRIA FEITA POR 76% DA POPULAÇÃO DE SÃO PAULO, ESTAMOS MANTENDO O ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA Nossos consumidores, mesmo durante a maior falta de chuva dos últimos 84 anos. Mas a seca continua, assim como nosso desafio. Por isso, a partir de abril, a Sabesp está ampliando, para toda a região metropolitana de São Paulo, o bônus de 30% de desconto para quem economizar 20% da média de consumo dos últimos 12 meses. Aproveite e faça o consumo consciente.

FAÇA A SUA PARTE:

- TOME BANHOS RÁPIDOS.
- LAVE SUA ROUPA UMA VEZ POR SEMANA.
- ENSABOE TODA A LOUÇA ANTES DE ENXAGUÁ-LA.
- NÃO LAVE CARROS E CALÇADAS COM MANGUEIRA.
- FIQUE DE OLHO NOS VAZAMENTOS INTERNOS DA SUA CASA.



ÁGUA.
SABENDO USAR,
NÃO VAI FALTAR.

sabesp

Período: 23 a 30 de abril/2014

No final de abril, lançamos nova campanha com o objetivo de informar para a população a respeito das obras que a Sabesp realiza para melhorias no abastecimento e dicas de economia de água. O comercial foi veiculado nas emissoras Globo, Record, Rede TV, SBT e Band com cerca de 96 milhões de impactos. (Link para assistir <https://www.youtube.com/watch?v=LEB6sN0IP3o>)

Agência de Publicidade: Fischer América

Valor Investido: R\$ 11.305.479,00

Período: 10 a 24 de maio/2014

No mês de maio, o comercial Paulistas (Link para assistir https://www.youtube.com/watch?v=G_UHxQBo32A) exalta a força e a solidariedade dos paulistanos e pede a colaboração da população para economizar água e enfrentar a maior seca da história de São Paulo. A peça teve 103 milhões de impactos veiculados nas emissoras Globo, Record, Rede TV, SBT e Band.

Agência de Publicidade: White Propaganda

Valor Investido: R\$ 9.505.050,00

Período: 20 de agosto a 18 de outubro/2014

Devido à restrição no período eleitoral, a campanha veiculada pela Sabesp foi feita após a aprovação do TRE. (Link para assistir <http://youtu.be/7cgUKb-qJwI>) A comunicação reforçou a importância da economia de água e incentivou a população a continuar economizando. Foram 62 milhões de impactos na televisão (emissoras: Bandeirantes, Gazeta, Globo, Record, Rede TV, SBT, Cultura) e mais 157 milhões de impactos com os spots nas rádios Band AM/FM, Bandnews, Globo AM/FM, Jovem Pan AM, CBN AM/FM, Capital AM, Estadão FM, Top FM, Iguatemi AM, Metropolitana FM, Difusora AM, Sulamérica Trânsito, Eldorado FM, Capital AM, Transamérica FM, Bradesco Esportes FM, Nativa FM, Bandeirantes AM/FM. Também foram veiculados anúncios em revistas com dicas de economia de água e peças na internet.

Agência de Publicidade: Fischer América

Valor Investido: R\$ 13.022.800,00

CLIENTE SABESP: ECONOMIZE ÁGUA



Aprenda a controlar seu consumo

O hidrômetro, instalado em sua casa, é o aparelho que mede o consumo de água. Registre a leitura regularmente. Dessa forma, você poderá conferir a sua conta, controlar a água usada e até descobrir possíveis vazamentos.



No banheiro

Mantenha a torneira fechada enquanto escova os dentes, a economia é de 11,5 litros (casa) e 79 litros (apartamento).

Mantendo-a fechada ao fazer a barba, a economia é de 9 litros (casa) e 79 litros (apartamento).

Não utilize a bacia sanitária como lixeira, jogando papel higiênico, cigarro etc.

Não aperte a descarga mais tempo que o necessário, pois cada acionamento de 6 segundos gasta de 10 a 14 litros de água. Conserte vazamentos e mantenha a válvula sempre regulada.

Tome banhos de no máximo 5 minutos, mantendo o registro fechado ao se ensaboar, a economia é de 90 litros (casa) e 162 litros (apartamento).



No quintal ou no jardim

Ao lavar o carro, use um balde em vez de mangueira, a economia é de 1,76 litros.

Regue as plantas com um regador ou mangueira com esguicho-revólver, pela manhã ou à noite, para evitar a evaporação; a economia é de 96 litros.

Use a vassoura para varrer a calçada, não a mangueira, pois o desperdício chega a 279 litros a cada 15 minutos.



Na cozinha

Fechem bem a torneira. Uma torneira gotejando desperdiça 40 litros/dia. Já com um filete de água correndo, o desperdício é de 130 litros/dia.

Limpe bem os restos de comida de pratos e panelas antes de lavá-los, jogando-os no lixo e nunca nos ralos das pias.

Mantenha a torneira fechada ao ensaboar a louça, a economia é de 97 litros (casa) e 223 litros (apartamento). Faça o mesmo quando desfolhar verduras e hortaliças, descascar frutas e legumes, cortar aves, carnes, peixes etc.

Utilize a máquina de lavar louças somente quando estiver na capacidade total.



Na lavanderia

Ao lavar roupas no tanque, mantenha a torneira fechada enquanto ensaboa e esfrega a roupa, pois a cada 15 minutos aberta, o gasto de água é de 270 litros (o dobro de um ciclo completo de lavagem em uma máquina com capacidade de 5 kg).



Para mais informações acesse: www.sabesp.com.br ou ligue para: 195 ou 0800 011 9911 (capital) e 0800 055 0195 (interior/litoral)



Período: 27 de outubro/2014 a 31 de janeiro/2015

No final de outubro a Sabesp criou novas faixas de bônus, para que consumidores que economizassem menos de 20% na conta de água também ganhassem desconto. (Link para assistir

<https://www.youtube.com/watch?v=MSBG5IOhnWo>). A campanha contou com a colaboração do ator Juca de Oliveira e foi veiculada nas emissoras de TV Globo, Record, Bandeirantes, SBT, Rede TV, Gazeta, Cultura, TV Singular, TV Altiora – Bragança Paulista, com cerca de 90 milhões de impactos. Nas rádios, os spots atingiram 92 milhões de impactos e foram veiculados nas rádios: Jovem Pan AM, Capital AM, Globo AM, Estadão/Eldorado, Rede de Rádio Bandeirantes - São Paulo, Radio TOP FM, Rádio Cultura FM, Rádio Nova Brasil, Rádio Iguatemi AM, Transamérica – São Paulo, Rádio Bandeirantes – Campinas, Nova Difusora – Osasco, Rádio 102 FM – Bragança Paulista, Rádio Serra Negra e Rádio Atibaia.

Também veiculamos anúncios informando sobre as novas faixas de bônus nos jornais Diário de São Paulo, Diário do Grande ABC, Diário Regional, Folha do Trólebus, Diário da Região, Gazeta de Pinheiros, Tribuna de Santo Amaro, Jornal do Butantã, Morumbi News, São Paulo News, Bragança – Jornal Diário, na revista Leia ABC, e peças em mídia online.

Agência de Publicidade: White Propaganda

Valor Investido: R\$ 18.430.887,00

A Sabesp ampliou o bônus para quem reduzir o consumo.

Para todo mundo economizar água e ganhar ainda mais.

QUEM ECONOMIZAR*	GANHA
DE 10% A 15%	+10% DE DESCONTO NA CONTA
DE 15% A 20%	+20% DE DESCONTO NA CONTA
ACIMA DE 20%	+30% DE DESCONTO NA CONTA

Saiba como aproveitar o bônus reduzindo o consumo.

Como descobrir seu consumo médio:
Na sua conta de água, a Sabesp informa qual foi o seu consumo médio no período de fevereiro/2013 a janeiro/2014. Ela também informa qual é a sua meta para ganhar 30% de bônus.

Como descobrir quanto você vai ganhar de bônus:
Se utilizarmos, como exemplo, uma conta com consumo médio de 18 m³/mês, a economia poderá ser de quase 50%, veja os cálculos:

Consumindo 18 m ³ no mês o valor da conta será de R\$ 75,72	Reduzindo seu consumo de água em 10%	Consumirá 16 m ³ no mês e pagará R\$ 58,88
	Reduzindo seu consumo de água em 15%	Consumirá 15 m ³ no mês e pagará R\$ 47,95
	Reduzindo seu consumo de água em 20%	Consumirá 14 m ³ no mês e pagará R\$ 38,28

Água. Se economizar não vai faltar.

SABESP.COM.BR



*A Sabesp calcula o bônus oferecido com base no consumo médio registrado no período de fevereiro/2013 a janeiro/2014. A redução de consumo é calculada em relação ao consumo médio registrado no período.

Período: 5 de dezembro/2014 a 26 de fevereiro/2015

Em dezembro iniciamos campanha de Verão no litoral paulista já que nessa época do ano o consumo de água aumenta devido as altas temperaturas. A campanha foi desenvolvida com o objetivo de comunicar os moradores e turistas que passam as férias no Litoral Sul e Norte do estado de São Paulo; e o foco da comunicação é dar dicas de economia de água. A Sabesp veiculou a campanha em jornais do litoral (Imprensa Livre, Jornal Local, Jornal da Orla, Boqueirão News, O Povo Cubatão, Cidade News, A Estância de Guarujá, Jornal da Hora, Jornal do Guarujá,

O Itapema, Litoral News, Diário do Litoral, Costa Norte); na revista Beach e Co e nos sites Tamoios News e Radar Litoral. E ainda nas rádios: Guarujá AM, Guarujá FM, Tri FM, CBN Santos, Mix FM, Cultura AM, Cultura FM, Santa Cecília FM, Saudade FM, Cacique FM, Antena 1, Morada FM, Beira Mar, Oceânica, Caraguá FM.

Agência de Publicidade: Lew'Lara\TBWA

Valor Investido: R\$ 1.363.072,20

PASSE O VERÃO DE CONSCIÊNCIA LIMPA. ECONOMIZE ÁGUA.

Apesar do investimento de mais de R\$ 141 milhões no sistema de água do Guarujá, a pior seca dos últimos 84 anos reduziu pela metade o nível do Rio Jurubatuba.

Por isso, a Sabesp continua com a campanha de conscientização do uso racional de água. A ajuda de todos é fundamental para, juntos, superarmos este desafio.

FAÇA A SUA PARTE:

- TOME BANHOS RÁPIDOS.
- NÃO LAVE CARROS E CALÇADAS COM MANGUEIRA.
- ENSABOE TODA A LOUÇA ANTES DE ENXAGUÁ-LA.
- LAVE ROUPA UMA VEZ POR SEMANA.
- FIQUE DE OLHO NOS VAZAMENTOS INTERNOS DA SUA CASA.



PASSE O VERÃO DE CONSCIÊNCIA LIMPA. ECONOMIZE ÁGUA.

Estamos vivendo a pior seca dos últimos 84 anos, e a chegada do verão intensificará o calor.

Por isso, a Sabesp continua com a campanha de conscientização do uso racional de água. A ajuda de todos é fundamental para, juntos, superarmos este desafio.

FAÇA A SUA PARTE:

- TOME BANHOS RÁPIDOS.
- NÃO LAVE CARROS E CALÇADAS COM MANGUEIRA.
- ENSABOE TODA A LOUÇA ANTES DE ENXAGUÁ-LA.
- LAVE ROUPA UMA VEZ POR SEMANA.
- FIQUE DE OLHO NOS VAZAMENTOS INTERNOS DA SUA CASA.

ÁGUA.
SE ECONOMIZAR,
NÃO VAI FALTAR.



**PARA A PELE,
O PROTETOR
SOLAR.
PARA A ÁGUA,
TODOS NÓS.
SEJA PROTETOR
DA ÁGUA:
ECONOMIZE.**



O verão chegou. Por isso, a Sabesp investiu R\$ 500 milhões para ampliar a rede e melhorar o abastecimento de 2 milhões de pessoas em todo o litoral. Faça você também a sua parte: economize água. A ajuda de todos é fundamental.

ÁGUA.
SABENDO USAR.
NÃO VAI FALTAR.



sabesp

**BANHO RÁPIDO
E CONSCIÊNCIA
LIMPA: A MODA
DE VERÃO QUE
VEIO PARA FICAR.
SEJA PROTETOR
DA ÁGUA:
ECONOMIZE.**



O verão chegou. Por isso, a Sabesp investiu R\$ 500 milhões para ampliar a rede e melhorar o abastecimento de 2 milhões de pessoas em todo o litoral. Faça você também a sua parte: economize água. A ajuda de todos é fundamental.

ÁGUA.
SABENDO USAR.
NÃO VAI FALTAR.



sabesp

Período: maio de 2014 até novembro de 2015

Uma outra forma de ação e de comunicação que a Sabesp atuou durante todo esse período foi o Programa A.G.U.A. Este programa consiste em uma ação volante que faz parte do Guardiões da Água. Seu objetivo é visitar condomínios e comércios em toda a Região Metropolitana de São Paulo. Para isso cada uma das diversas equipes atuantes é composta por um Veículo tipo Van com comunicação visual, carros de apoio e agentes de abordagem e treinamento. Em cada visita os agentes A.G.U.A procuram entender a situação do local e conscientizar moradores, zeladores, síndicos e gerentes de estabelecimentos em relação ao uso racional da água e a situação atual. Afixam cartazes em áreas comuns, elevadores e distribuem folhetos informativos para moradores. Como ação de suporte, são realizadas atividades em Parques e Praças nos finais de semana, além de visitas em estações de trem, Metrô e em locais de grande concentração de pessoas, onde além do efetivo já citado, as equipes contam com carros de som para ajudar na fixação da mensagem e dicas de consumo consciente. Essa ação de comunicação apresenta números expressivos: 72.757 visitas em condomínios e abordagens, com um total de 19 milhões pessoas atingidas com a ação.

Valor Investido: R\$ 5.631.057,56





Período: 13 de fevereiro/2015 a 30 de abril/2015

No início de 2015, a SECOM – Secretaria de Comunicação do Governo do Estado de São Paulo desenvolveu uma campanha com o conceito “Cada gota conta” onde apresenta pessoas reais mostrando o que estão fazendo para economizar água. São 5 exemplos:

- Antonio economiza água em sua cafeteria:
(link para assistir: <https://www.youtube.com/watch?v=TZn9uuOb1rl>)
- Eliana reaproveita a água da máquina de lavar roupas
(link para assistir: <https://www.youtube.com/watch?v=Gt8Impe7uB8>)

- Ilaise mostra como reaproveita água do chuveiro (link para assistir: <https://www.youtube.com/watch?v=uswHFFPDss4>)
- Alexandre economia água quando escova os dentes e faz a barba (link para assistir: <https://www.youtube.com/watch?v=tivgLwcEM9c>)
- Osmar conta como economiza água no edifício em que trabalha (link para assistir: <https://www.youtube.com/watch?v=IYO14fkcpql>)

A campanha foi veiculada nas principais emissoras de TV e nas principais emissoras de rádio – jornalísticas e FM, além de peças em mídia exterior.

Período: 23 de julho/2015 a 30 de agosto/2015

Dando sequência à campanha “Cada gota conta”, em julho, a Sabesp voltou à mídia com uma nova campanha. Desta vez, além de agradecer à população pela economia feita – já que 85% da população economizou água, a campanha mostra também todas as obras que a Sabesp vem fazendo para manter o abastecimento de água para a população. A campanha chama “Cada atitude conta” e é composta por comercial (link para assistir: <https://www.youtube.com/watch?v=l6lcX-m4abE>) e peças de rádio (spot e merchan).

A campanha foi veiculada nas emissoras de TV Globo, Record, Bandeirantes, SBT, Rede TV, Gazeta, Cultura, Rede Vida, Globo News, TV+ABC, BandNews, TV Singular e TV Mix, com cerca de 81 milhões de impactos. Nas rádios, os spots e merchans atingiram 92 milhões de impactos e foram veiculados nas rádios: Jovem Pan AM, Capital AM, Globo AM, Estadão/Eldorado, Rede de Rádio Bandeirantes - São Paulo, Radio TOP FM, Rádio Nova Brasil, Super Rádio Tupi, Transamérica – São Paulo, Nova Difusora – Osasco, Rádio 102 FM – Bragança Paulista, Rádio Serra Negra e Rádio Atibaia.

Agência de Publicidade: Lew’Lara\TBWA

Valor Investido: R\$ 12.901.923,00

Período: 2 de outubro a 29 de dezembro/2015

Como reforço à campanha “Cada atitude conta” que foi veiculada em TV e rádio em julho e agosto; a Sabesp veiculou spots de rádio, anúncios em jornal e revista, durante o mês de outubro.

Nas rádios, a campanha veiculou nas emissoras Jovem Pan AM, Capital AM, Globo AM, Estadão/Eldorado, Rede de Rádio Bandeirantes – São Paulo, Rádio TOP FM, Rádio Nova Brasil, CBN, Super Rádio Tupi AM, Nova Difusora – Osasco. Também veiculamos anúncio do jornal O Estado de São Paulo, no caderno “Empresas Mais” e também no seu anuário, além de publeditoriais nos seguintes jornais: Folha de S. Paulo, Agora SP, O Estado de São Paulo, Diário de S. Paulo, DCI, Correio Popular, Diário do Grande ABC, Folha do Trólebus e ABC Repórter. Agências de Publicidade: White Propaganda e Fischer América

Valor Investido: R\$ 4.339.030,00

Período: 13 de dezembro/2015 a 13 de fevereiro/2016

Campanha de Verão no litoral

Como fazemos todos os anos, em meados de dezembro demos início à campanha de uso racional da água no litoral de São Paulo. A cada ano que passa, aumenta o número de turistas no nosso litoral, chegando a 3 ou 4 vezes da população residente.

Por isso, fizemos uma campanha voltada para TV, rádio, jornal e revista dos litorais sul, norte e Vale do Ribeira. Os textos remetem sempre ao uso racional da água e dicas de economia para a população.

O comercial (link para assistir: <https://www.youtube.com/watch?v=oEr5qE1s1UY>) veiculou nas TVs Globo (TV Tribuna), SBT/VTV e Band/TVB. Os spots e testemunhais veicularam nas rádios ConectCar, Caraguá, Morada do Sol, Oceânica, Nativa FM, Jovem Pan, Costa Azul, Beira Mar FM, Antena 1, Guarujá, Tri FM, City, Santa Cecília, CBN Santos, Praia FM, Cacique AM, Saudade FM, 99 FM e Vale Verde. Os anúncios veicularam nos seguintes jornais: A Tribuna, Jornal da Orla, Jornal BoqNews, Costa Norte, O Povo e Diário do Litoral; além das revistas Beach & Co. e Sintonia Social.

Agências de Publicidade: White Propaganda

Valor Investido: R\$ 632.565,00

Período: 24 de dezembro/2015 a 15 de janeiro/2016

Mais uma vez, usamos o tema “Cada gota conta”, para apresentar a nova campanha da Sabesp tem como objetivo agradecer à população paulista, que continua fazendo a sua parte e também mostrar as obras que a Sabesp vem fazendo para manter o abastecimento de água.

A campanha é composta por comercial (link para assistir: <https://www.youtube.com/watch?v=CMDC3Lq7dwE>) e peças de internet.

A campanha foi veiculada nas emissoras de TV Globo, Record, Bandeirantes, SBT, Rede TV e TV+ABC, com cerca de 54 milhões de impactos. Na internet, a campanha atingiu 17 milhões de views e veiculou nos portais R7, Globo.com e UOL.

Agência de Publicidade: Fischer América

Valor Investido: R\$ 3.393.451,00

Período: 1º. de abril/2016 a 30 de abril/2016

Assim como no ano passado, a SECOM – Secretaria de Comunicação do Governo do Estado de São Paulo desenvolveu uma campanha para agradecer a população pela economia feita e também para divulgar as obras que a Sabesp vem fazendo para manter o abastecimento de água em toda a Grande São Paulo.

A campanha é composta por um comercial (link para assistir:

<https://www.youtube.com/watch?v=kjawRi4Uh5o>), spots

e testemunhais de rádio.

A campanha foi veiculada nas emissoras de TV Globo, Record, SBT e nas rádios

Jovem Pan, CBN, Rádio Globo, entre outras.

Apêndice II – Prof. Antonio Carlos Zuffo (UNICAMP)

Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
Faculdade de Engenharia Civil - FEC
Departamento de Recursos Hídricos - DRH
CRISE HÍDRICA PAULISTANA/MESTRADO

[Maria Telma Vieira de Oliveira <telmamondoni@yahoo.com.br>](mailto:telmamondoni@yahoo.com.br)

Para zuffo@fec.unicamp.br

CC Claudionpcoelho

Jan 2 em 3:02 PM

Prezado Prof. Zuffo,

Em primeiro lugar, gostaria de desejar-lhe um 2017 de muita saúde, realizações e alegrias.

Até o próximo dia 24/01, necessito entregar os dois primeiros capítulos de minha dissertação de Mestrado em Comunicação – Faculdade Cásper Líbero- que versa sobre a **cobertura da crise hídrica na capital paulista, e em sua região metropolitana, realizada pelo *Estadão* (versão digital do jornal *O Estado de São Paulo*)**. Meu orientador é o Prof. Dr. Cláudio Coelho, que nos lê em cópia.

Neste sentido, ficaria imensamente grata se o Senhor pudesse dirimir algumas de minhas dúvidas a respeito do evento climático que resultou na maior estiagem vivida pelo Estado de São Paulo nos últimos tempos. Também possuo outras poucas questões de cunho técnico em termos de abastecimento de água para o consumo humano.

Minha pesquisa começa em 15 de maio e termina em 31 de dezembro de 2014. Este recorte coincide com o acionamento das bombas de sucção do primeiro volume morto do Sistema Cantareira pelo governador Geraldo Alckmin, e percorre o período de campanha eleitoral. O término em 31/12 deve-se ao ineditismo da quantidade de obras empreendidas pela Sabesp em um único ano.

Ficou claro o seu empenho, e do governo do Estado, no sentido de tentar contornar o desconforto, a desconfiança e uma possível desaprovação da opinião pública paulista.

Questões:

1- Com qual antecedência os dispositivos que medem as condições meteorológicas em território nacional conseguem antecipar eventos extremos (chuvas, estiagens, tempestades de ventos...)?

2- Existe algum tipo de convênio entre o governo paulista e laboratórios/institutos de meteorologia? Qual(is)? Desde quando?

3- Em caso positivo para a pergunta nº 3, com qual frequência os boletins são disponibilizados/enviados ao governo do Estado?

4- Existe algum mecanismo de alerta emitido ao governo sobre condições climáticas que impliquem em riscos à integridade física de pessoas e bens?

5- Quais são as secretarias de Estado que recebem os boletins meteorológicos dos institutos conveniados?

6- A quais fatores podemos imputar a estiagem verificada no Estado de SP entre 2013 e 2015?

7- Há quanto tempo o Estado não registrava seca de tal monta? Há contradições entre o período anunciado pelo governo (84 anos) e especialistas (35/45 anos), por quê?

8- Quais ações poderiam ter sido adotadas preventivamente pela Sabesp/governo do Estado com o objetivo de minimizar a situação de

vulnerabilidade hídrica verificada na capital e RMSP em 2014? Com qual antecedência elas deveriam ter sido colocadas em prática?

9- Sob sua ótica, qual é o “prazo de validade” das obras realizadas pela Sabesp a partir de 2014, no sentido de garantir abastecimento pleno à capital e cidades do entorno? Por quê?

Esta minha preocupação refere-se a alguns fatores como o crescimento demográfico e das atividades econômicas locais, dependência da Sabesp de fontes de fornecimento externas a SP, comprometimento dos aquíferos e demais mananciais, mudanças climáticas, nível de reservação de água gerido pela Sabesp (quantidade de sistemas, respectivos volumes nominais e formas de reabastecimentos dos mesmos) etc.

10- Para o Senhor, quais seriam as situações/eventos mais comprometedores para a reincidência do caos hídrico em mencionada região? Por quê?

11- Quais seriam as medidas que a Sabesp e o governo do Estado já deveriam estar colocando em prática para evitar uma nova crise de abastecimento nos próximos 10 anos?

12- O governo Federal e a sociedade civil tiveram alguma parcela de culpa em relação à crise hídrica de SP entre 2013 e 2015? Quais teriam sido as suas faltas neste sentido?

13- Por gentileza, sinta-se à vontade para os acréscimos que julgar necessários.

Desde já, muitíssimo obrigada pela atenção e inestimável ajuda.

Excelente 2017!!!!

Abraços,

Maria Telma

Apêndice III – Fábio Leite (Repórter Estadão)

Tentativas de contato por intermédio da ferramenta Messenger:

31 de julho de 2017 16:57

Telma

Boa tarde, Fábio! Antes de mais nada, mil perdões por invadir seu Messenger. Espero que esteja tudo bem contigo.

Elegi como objeto de meu mestrado a cobertura do Estadão (digital) sobre crise hídrica paulistana entre 15/05 a 31/12/2014.

No momento, encontro-me na parte da dissertação. E, como você foi o repórter mais constante da editoria São Paulo, tenho 11 perguntas para ti.

Por gentileza, teria como auxiliar-me?

Independentemente de sua resposta, agradeço imensamente pela atenção.

Enviarei as questões em minutos.

Grande abraço,

Telma

A editoria São Paulo corresponde à Metrópole no impresso?

Os editores também são os mesmos? Por quê?

Você é repórter contratado da editoria Metrópole ou São Paulo? OU ao ingressar no jornalismo do grupo Estado os profissionais já são avisados sobre a necessidade de atender às diferentes plataformas?

Percebi que você foi um bom matemático no decorrer do período da pesquisa, inclusive, chegando a algumas contas sobre vazão/volume de água dos sistemas que os colegas da concorrência não alcançaram. Vc teve ajuda? Técnicos do poder público, ONGs, técnicos em hidrologia e saneamento...?

Você foi procurado por fontes com informações inéditas que te propiciaram furos? Quantos furos obteve (maio a junho/14), mais menos? Fontes de quais procedências?

Tendo em vista o amplo conhecimento que você foi adquirindo com o passar dos dias, isso incomodou a ponto de sofrer algum tipo de cerceamento? Poder público e/ou Grupo Estado/editores?

Telma

Desculpe, foram 17 perguntas!!! Já envio as demais,
Telma

Pelo que percebi, seu trabalho foi principalmente desenvolvido de dentro da própria redação (sem ter de ir muito a campo), certo? Qual porcentagem aproximada interna e externa?

Os arquivos sobre a crise hídrica, que começaram a tomar proporção especial a partir de janeiro de 2014, te ajudaram na composição das matérias? Muito () pouco ()?

Você entrevistou muitas fontes ou as informações e/ou fontes chegaram até você em fluxo normal?

Você “sumiu” em alguns curtos períodos. Foi estratégico ou coincidiu com outros compromissos?

Houve orientações editoriais no trato das pautas a respeito do estresse hídrico? Quais?

Com qual frequência a Sabesp subsidiou a redação com press releases e notas a respeito das questões inerentes ao problema?

Não consegui captar offs em suas reportagens/matérias, eles existiram? Com qual frequência?

Vocês são orientados a redigir as matérias tendo a editoria São Paulo ou Metrópole como prioridade?

Vocês são cobrados por produção diária para o portal Estadão?

Com qual frequência a homepage do Estadão muda diariamente?

Será que consigo resgatar as homepages do período que estou analisando? De que forma? (Preciso saber com que frequência o assunto foi manchete etc). Se eu me fiar pela diagramação do impresso, eu estaria muito longe do que foi real à época?

UM MILHÃO DE OBRIGADAS

Abraços, Telma

31 de julho de 2017 20:37

Telma

Caso prefira, meu e-mail é telmamondoni@yahoo.com.br

7 de agosto de 2017 09:28

Telma

Bom dia, Fábio! Como tem passado?

Então, você viu as minhas dúvidas?

Conseguiria me ajudar?

Caso não tenha condições de auxiliar-me, sem problemas.

E, desculpe por importunar-lhe.

Prometo não invadir mais o seu MSN.

Tudo de bom.

Abs.,

Telma